

# COLETÂNEA DE ARTIGOS CONTABILIDADE & ADMINISTRAÇÃO

Nivianne Lima dos Santos Araujo  
Ronaldo da Silva Araujo  
(Orgs.)

Nivianne Lima dos Santos Araujo  
Ronaldo da Silva Araujo  
(Orgs.)

**COLETÂNEA DE ARTIGOS**  
**CONTABILIDADE & ADMINISTRAÇÃO**

1ª edição

**Editora Itacaiúnas**

Ananindeua – Pará

**2021**

**Conselho editorial / Colaboradores**

Márcia Aparecida da Silva Pimentel – Universidade Federal do Pará, Brasil

José Antônio Herrera – Universidade Federal do Pará, Brasil

Márcio Júnior Benassuly Barros – Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Wildoberto Batista Gurgel – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil

André Luiz de Oliveira Brum – Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Mário Silva Uacane – Universidade Licungo, Moçambique

Francisco da Silva Costa – Universidade do Minho, Portugal

Ofélia Pérez Montero - Universidad de Oriente – Santiago de Cuba, Cuba

Editora-chefe: Viviane Corrêa Santos – Universidade do Estado do Pará, Brasil

Editor e web designer: Walter Luiz Jardim Rodrigues – Editora Itacaiúnas, Brasil

Editor e diagramador: Deividy Edson Corrêa Barbosa - Editora Itacaiúnas, Brasil

©2021 por Nivianne Lima dos Santos Araujo e Ronaldo da Silva Araujo (Orgs.)

©2021 por Vários autores

*Todos os direitos reservados.*

1ª edição

**Editoração eletrônica/ diagramação:** Deividly Edson

**Organização e preparação de originais:** Walter Rodrigues

**Projeto de capa:** Editora Itacaiúnas

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**

A658 Coletânea de artigos contabilidade e administração / organizado por Nivianne Lima dos Santos Araujo e Ronaldo da Silva Araujo. – Ananindeua, PA : Itacaiúnas, 2021.  
185 p. ; PDF ; 3 MB.

Inclui bibliografia e índice.  
ISBN: 978-65-89910-46-6 (Ebook)  
DOI: 10.36599/itac-coacad

1. Contabilidade. 2. Administração. 3. Artigos. I. Araujo, Nivianne Lima dos Santos. II. Araujo, Ronaldo da Silva. III. Título.

CDD 657  
CDU 65.012.42

**Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410**

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Contabilidade 657
2. Administração 65.012.42

---

O conteúdo desta obra, inclusive sua revisão ortográfica e gramatical, bem como os dados apresentados, é de responsabilidade de seus participantes, detentores dos Direitos Autorais.

*Esta obra foi publicada pela [Editora Itacaiúnas](#) em outubro de 2021.*

## **APRESENTAÇÃO**

A obra “Coletânea de Artigos Contabilidade & Administração” possui nove capítulos com temáticas importantes, que evidenciam o empreendedorismo, dificuldades dos microempreendedores, relevância da gestão financeira e empresarial, gestão de recursos humanos e consultoria contábil.

Quem empreende precisa entender que ter uma boa gestão financeira é essencial para o negócio. E claro, não importa o tamanho do empreendimento ou o tipo de atividade que a empresa desempenha, é preciso mantê-la saudável para conseguir bons resultados

Dessa forma, as pesquisas científicas presentes na presente obra, explanam a realidade de algumas cidades, diante o contexto temático. Os autores esperam contribuir com conteúdo pertinentes para proporcionar auxílio técnico, científico e construtivo ao leitor.

Desejamos uma boa leitura!

**Nivianne Lima dos Santos Araujo  
Ronaldo da Silva Araujo (Orgs.)**

## *SUMÁRIO*

<b>Capítulo 1 - EMPREENDEDORISMO: NOVOS CONCEITOS DE EMPREENDEDORISMO EM OEIRAS-PI.....</b>	<b>8</b>
Ildete Maria Ribeiro de Sousa	
Marlene Miranda Lustosa Sousa	
Cristiane Mendes Mauriz	
Nívia Lima dos Santos Araujo	
<b>Capítulo 2 - DESAFIOS DO MICROEMPREENDEDOR EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE BARRAS-PI .....</b>	<b>31</b>
Glenda Beatriz Torres Rabelo	
Jamile Alves de Oliveira	
Miguel Rodrigues da Costa Filho	
Nívia Lima dos Santos Araujo	
<b>Capítulo 3 - A RELEVÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA EFICAZ NO CONTEXTO MERCADOLÓGICO ATUAL NA CIDADE DE OEIRAS-PI.....</b>	<b>44</b>
Selma Maria da Silva	
Cristiane Mendes Mauriz	
Nívia Lima dos Santos Araujo	
<b>Capítulo 4 - DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAL, NA CIDADE DE SIMÕES PIAUÍ NOS ÚLTIMOS 10 ANOS.....</b>	<b>59</b>
Fernando Emanuel de Carvalho Fernandes	
Vanderlânjia Maria de Carvalho	
Nívia Lima dos Santos Araujo	
<b>Capítulo 5 - A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO EMPRESARIAL COMO LÍDER E AGENTE DE MOTIVAÇÃO PARA COLABORADORES DOS SUPERMERCADOS EM MARCOLÂNDIA-PI .....</b>	<b>86</b>
Cleidilene Gomes dos Reis	
Nívia Lima dos Santos Araújo	

**Capítulo 6 - RECEITA E DESPESA PÚBLICA: ANÁLISE DO ANO DE 2020 DO IFPI CAMPUS PAULISTANA..... 103**

Welkson Pinheiro do Nascimento  
Nivianne Lima dos Santos Araújo

**Capítulo 7 - GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS: UMA ANALISE DE PEQUENAS EMPRESAS NA CIDADE DE PAULISTANA -PI..... 119**

Edcarlos Coelho Rodrigues  
Magno Bruno da Silva Xavier  
Nivianne Lima dos Santos Araújo

**Capítulo 8 - EMPRESA STARTUP: Uma análise da legislação no enquadramento empresarial ..... 134**

Romeu Berger  
Nivianne Lima dos Santos Araujo

**Capítulo 9 - PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID 19): A CONSULTORIA CONTÁBIL COMO SUPORTE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DISTRIBUITIVAS EMERGENCIAIS..... 165**

Tayana Pereira Carvalho  
Nivianne Lima dos Santos Araújo

## Capítulo 1

### **EMPREENDEDORISMO: NOVOS CONCEITOS DE EMPREENDEDORISMO EM OEIRAS-PI.**

Ildete Maria Ribeiro de Sousa

Bacharela em Administração

Marlene Miranda Lustosa Sousa

Bacharela em Administração

Cristiane Mendes Mauriz

Bacharela em Administração

Nivianne Lima dos Santos Araujo

Mestre em Contabilidade

#### **RESUMO**

Este trabalho tem como finalidade analisar os novos conceitos de empreendedorismo, importância, benefícios e principais dificuldades encontradas pelos empreendedores para gerir seus negócios, tendo como base a cidade de Oeiras no Piauí. Diante do cenário econômico de intensas mudanças e alta competitividade, empreender tem se tornado muito atrativo, porém, desafiador. Através dos conceitos e discussões aqui abordados, espera-se oferecer aos indivíduos empreendedores e à sociedade, uma visão que permita compreender melhor a importância do processo empreendedor. Com esta análise, busca-se identificar os meios para empreender com eficácia mediante a utilização de recursos, transformando-os em negócios lucrativos; mostrar maneiras de agir com proatividade para uma tomada de decisões acertada; ressaltar a importância do uso das tecnologias nas novas formas de empreendedorismo, bem como verificar se os empreendimentos estão sendo criados através de uma base sólida e com planejamento prévio, visando alcançar os benefícios pretendidos e à transformação econômica. Baseando-se em pensamentos de autores renomados, como Chiavenato, Dornelas, Leite, Filion, em autores de artigos e outras fontes sobre o tema, espera-se contribuir para a criação e continuação de empreendimentos de sucesso. A metodologia utilizada para realizar este estudo foi a pesquisa bibliográfica, qualitativa e de campo. Conclui-se, portanto, que através do espírito empreendedor de cada sujeito, perfil inovador, visão de futuro, utilização do empreendedorismo como estratégia de negócios, baseados em um planejamento, estudo de mercado e dos concorrentes são fundamentais para o desenvolvimento econômico.

**Palavras-Chave:** Empreendedorismo, Conceitos, Inovação, Negócios.



## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo compila informações sobre o tema empreendedorismo. Aborda aspectos relevantes relacionados com a origem da terminologia, conceitos, teorias do empreendedorismo, daí a pesquisa trata do tema Empreendedorismo: Novos conceitos de empreendedorismo na cidade de Oeiras no Piauí, sua importância na sociedade moderna, entre outros. Trata também dos tipos de empreendedorismo, características, habilidades e competências dos empreendedores.

No cenário atual em que se vive, de mudanças, incertezas e alta competitividade, buscar alternativas para empreender, adaptar-se às situações ou expandir o negócio tem se tornado uma constante necessidade na vida de muitas pessoas. Entende-se que empreender é a capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos com criatividade, inovação e visão estratégica. Para que isso aconteça, o empreendedor deve agir e colocar em prática o seu comportamento ou vontade empreendedora. Tal comportamento não precisa ser nato, pode ser desenvolvido e dele vai depender o sucesso ou fracasso do negócio. O empreendedor deve, antes de tudo, conhecer o mercado onde ele atua ou pretende atuar, os concorrentes, avaliar os cenários e ter plena consciência do seu papel social e de geração de valor para a sociedade. Empreender é um grande desafio, pois requer um planejamento antecipado.

O objetivo principal deste artigo foi analisar os novos conceitos de empreendedorismo e compreender sua importância como estratégia de negócios, analisando os benefícios e dificuldades que o empreendedor enfrenta no cotidiano das empresas. Para tanto, constituiu-se em objetivos específicos: identificar os meios para empreender com eficácia e atingir resultados positivos; identificar meios de utilizar os recursos disponíveis e transformá-los em negócios lucrativos; mostrar maneiras de agir com proatividade, antecipando-se às situações; mostrar a importância do uso das tecnologias nas novas formas de empreendedorismo; verificar se os empreendimentos estão sendo criados através de uma base sólida e com planejamento prévio.

O empreendedorismo é um tema de diferentes compreensões e abordagens. Conforme exposto no artigo de (BAGGIO, A.; BAGGIO, D. 2015, p.26) “o empreendedorismo traduz-se num conjunto de práticas capazes de garantir a geração de riqueza e uma melhor performance àquelas sociedades que o apoiam e o praticam, mas sabemos também que não existe teoria absoluta a este respeito”. Os mesmos autores ressaltam ainda “que é muito importante atentar para os conceitos publicados sobre a temática para

uma correta interpretação do tema.”

De acordo com o destacado na monografia Mulher empreendedora: Dificuldades e preconceitos (LOIOLA, 2016, p. 8-9):

O empreendedorismo não é inato e pode ser ensinado e aprendido, ou seja, se alguma pessoa quiser abrir um novo negócio e não tem experiência anterior pode procurar aprender sobre o assunto. Conseqüentemente esse aprendizado gerará melhores empresários, melhores empresas e uma maior geração de riqueza ao país.

Neste contexto, foi proposta a seguinte questão: Qual a importância dos novos conceitos de empreendedorismo como estratégias de negócios para as empresas? Este estudo visa mostrar novas formas de empreender que possa contribuir para a criação ou expansão do novo negócio, atentando para as oportunidades e riscos calculados. É um estudo de suma importância para nós, como cidadãos e futuros administradores, para os empreendedores e para a sociedade em geral, pois faz refletir, repensar atitudes que devem ser tomadas para execução de estratégias de negócios positivas.

O empreendedorismo pode ser compreendido como a arte de fazer acontecer com criatividade e motivação. Consiste no prazer de realizar com sinergismo e inovação qualquer projeto pessoal ou organizacional, em desafio permanente às oportunidades e riscos. É assumir um comportamento proativo diante de questões que precisam ser resolvidas. (BAGGIO, A.; BAGGIO, D. 2015, p. 26).

Têm-se constatado através de pesquisas e vivências que existe uma corrida para aprender e buscar novos meios de sobrevivência, em decorrência do desemprego, fechamento de empresas e demissões, escassez de recursos, alta de preços de produtos e serviços, ou mesmo para negociar com o dinheiro de uma venda de bem ou imóvel para a geração de renda. Conforme citado no artigo: Revolução nas relações interpessoais no trabalho no novo normal (PEREIRA; ALMEIDA, 2020, p.4) “o crescimento do desemprego além de ocasionar queda na renda das famílias e retrainar o consumo, ainda gera insegurança e instabilidade para os indivíduos”.

Em virtude disso muitas pessoas estão buscando novos meios de sobrevivência, usando os mecanismos que dispõem para divulgação e venda dos seus produtos e serviços. Segundo relatório do Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2017, p.59): “Um dos aspectos mais relevantes para a caracterização do empreendedorismo brasileiro é a sua capacidade de geração

de empregos”. A mesma pesquisa diz que a atividade empreendedora no Brasil é responsável também por geração expressiva de ocupação e renda para empregados e/ou familiares.

Diante da necessidade de prover o sustento e consumo das famílias, é essencial procurar novos meios de empreender, é o que chamamos de empreendedorismo por necessidade, seja inventando o próprio negócio ou reinventando o já existente. De acordo com Dornelas (2005), “o empreendedorismo por necessidade é derivado da falta de opção, ou seja, o empreendedor decide começar uma atividade empreendedora por uma necessidade financeira.” Constata-se que as novas formas de empreender estão vinculadas ao mundo das vendas comerciais através das redes sociais que estão crescendo de forma acelerada, como a internet (instagram, facebook, whatsapp, e-mails), formas que estão crescendo vertiginosamente e podem ser vistas como formas renovadas de empreendedorismo, algo que tem dado certo com o uso da criatividade, empenho, dedicação, visando além da sobrevivência do empreendedor, a satisfação e a comodidade do cliente.

Segundo Filion (1999) oportunidades de negócios são detectadas por pessoas que têm intuição, entendimento e conhecimento, ou seja, percebem, avaliam e compreendem as oportunidades.

A hipótese inicial é de que os novos conceitos de empreendedorismo estão aliados à percepção e aproveitamento de novas oportunidades de negócios com criatividade e inovação visando a lucratividade e o desenvolvimento econômico.

Para buscar respostas ou explicações claras e objetivas foi realizada uma pesquisa de campo com um questionário dirigido a 40 empreendedores da cidade de Oeiras durante a última semana do mês de dezembro de 2020 e primeira semana de janeiro de 2021, cujos métodos e técnicas estão descritos na metodologia. Esse método foi escolhido por ser muito eficiente na aquisição dos resultados, pois é coletado diretamente de fontes originais, o que traz um maior controle e melhor entendimento sobre os dados coletados.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Origem e conceitos de empreendedorismo**

As raízes do empreendedorismo estão na Economia, na Sociologia e no Estudo do comportamento das pessoas. O termo empreendedorismo teve origem a partir do vocábulo francês Entrepreneur que em inglês é Entrepreneurship, que de acordo com Dornelas (2012, p.19) quer dizer “aquele

que assume riscos e começa algo novo.”

Já o autor Dolabela (2006, p.31), conceitua empreendedorismo da seguinte forma: “Empreendedorismo é uma livre tradução que se faz da palavra entrepreneurship, que contém as ideias de iniciativa e inovação. É um termo que implica uma forma de ser, uma concepção de mundo, uma forma de se relacionar”.

“O empreendedor é a pessoa que inicia e/ou opera um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal assumindo riscos e reponsabilidade e inovando continuamente.” (CHIAVENATO, 2007, p. 24).

De acordo com o SEBRAE (2019):

O economista austríaco Joseph A. Schumpeter, no livro “Capitalismo, socialismo e democracia”, publicado em 1942, associa o empreendedor ao desenvolvimento econômico. Segundo ele, o sistema capitalista tem como característica inerente uma força denominada de processo de destruição criativa, fundamentando-se no princípio que reside no desenvolvimento de novos produtos, novos métodos de produção e novos mercados; em síntese, trata-se de destruir o velho para se criar o novo.

Para Ângelo (2003), “o empreendedorismo é a criação de valor por pessoas e organizações trabalhando juntas para implementar uma ideia por meio da aplicação da criatividade, capacidade de transformar e o desejo de tomar aquilo que comumente se chamaria de risco.”

Diante disso o SEBRAE (2019), complementa que:

Empreendedorismo é a capacidade que uma pessoa tem de identificar problemas e oportunidades, desenvolver soluções e investir recursos na criação de algo positivo para a sociedade. Pode ser um negócio, um projeto ou mesmo um movimento que gere mudanças reais e impacto no cotidiano das pessoas.

Segundo o GEM (2018, p. 19)

Empreendedorismo é qualquer tentativa de criação de um novo negócio (uma atividade autônoma, uma nova empresa) ou a expansão de um empreendimento existente. Em qualquer das situações, a iniciativa pode ser de um indivíduo, grupo de pessoas ou por empresa já estabelecida.

Tais citações leva-nos a compreender que empreendedorismo possui

vários conceitos, todos se referindo a aspectos como: reconhecer novas oportunidades de negócios, implementar mudanças ou desenvolver algo diferente e lucrativo atentando para os riscos e utilizando a criatividade e visão estratégica de futuro gerando valor para a sociedade.

No Brasil, o empreendedorismo ganhou forças e se popularizou a partir da década de 90, com a abertura da economia, que propiciou a criação de diversas entidades voltadas para o tema, bem como com o envolvimento mais ativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, o processo de privatização das grandes estatais e a abertura do mercado interno para a concorrência externa. (GEM, 2010, p.27).

Cabe ressaltar que alguns avanços econômicos, como a queda da inflação que se deu com a implantação do Plano Real em 1994 e os investimentos estrangeiros contribuíram para o desenvolvimento do empreendedorismo no país. Como é possível notar, o empreendedorismo é relativamente novo no Brasil. De acordo com Dornelas (2005) as mudanças começaram a acontecer com a criação do SEBRAE, da Softex (Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro) destacando ainda, o Programa Brasil Empreendedor, realizado entre 1999 e 2002 e as ações de capacitações de empreendedores, como o Empretec e o Jovem Empreendedor do Sebrae.

A maioria dos brasileiros sonham em ter o seu próprio negócio, mas partindo para a realidade esbarram na burocracia e nos altos impostos, como também a ausência de planejamento dificulta a concretização do negócio pretendido.

## **2.2 Importância do empreendedorismo**

Com a globalização da economia e a conseqüente competitividade gerada surgem novos segmentos de consumidores, novos produtos e o empreendedorismo entra como um processo de suma importância para suprir as novas demandas de produtos e serviços. O empreendedorismo está em alta nos últimos anos por ser bastante relevante para o desenvolvimento econômico de um país e muito pertinente em momentos de crise econômica, desemprego ou dificuldades financeiras.

O empreendedorismo, como atividade executada por indivíduos específicos envolve, identificar uma oportunidade, que seja potencialmente valiosa no sentido de poder ser explorada em termos práticos como um negócio (ou seja, uma oportunidade que possa produzir lucros sustentáveis) e identificar as atividades envolvidas na exploração ou no desenvolvimento real dessa oportunidade. (BARON; SHANE, 2007, p.6).

## **2.3 Características do comportamento empreendedor**

Para Filion (1999) “o empreendedor é aquele que aproveita oportunidades com a perspectiva de obter lucros, assumindo os riscos inerentes”. No entanto, é necessário que seja identificada a oportunidade e as atividades envolvidas para se desenvolver essa oportunidade.

Conforme (LEITE, 2012, p. 7):

Ser empreendedor significa ter capacidade de iniciativa, imaginação fértil para conceber as ideias, flexibilidade para adaptá-las, criatividade para transformá-las em oportunidade de negócio, motivação para pensar conceitualmente e capacidade para perceber a mudança como oportunidade.

O empreendedor deve procurar ter autoconhecimento, saber o que quer, ter uma postura estratégica e comportamento inovador, mas com a consciência dos riscos e incertezas que está sujeita a abertura de um negócio em meio a instabilidades econômicas, fazendo o máximo para atingir bons resultados e não acumular prejuízos. Toda crise gera instabilidade econômica e a exemplo podemos citar a pesquisa no SEBRAE MG (2020): Empreendedorismo em tempos de coronavírus, que diz: “A pandemia do novo coronavírus impactou em cheio os negócios. As micro e pequenas empresas, apesar de terem mais flexibilidade de adaptação a momentos de instabilidade como o atual, têm sentido fortemente os reflexos desta crise.” A mesma pesquisa complementa que negócios, principalmente do ramo alimentício, enfrentam queda no faturamento e dificuldades para se manter, fato que exige reinvenções, adaptações, plano de contingência, estratégias para minimizar os inúmeros impactos causados pela crise.

No período de instabilidade financeira, o empreendedor deve refletir muito bem sobre a condução do seu negócio, pensar e não agir por impulso, refletir sobre o que tem feito para aprimorar a gestão, conhecer as forças e fraquezas e trabalhar os pontos frágeis para se fortalecer e assim ser mais fácil

encontrar respostas no curto, médio e longo prazos para superar a crise.

Para alcançar resultados positivos deve-se ter uma postura estratégica e isso implica em planejamento, iniciativa, autoconfiança, aceitação de riscos, decisão, responsabilidade, controle, comprometimento com as pessoas, bons relacionamentos interpessoais, enfim, características ou perfis que levam ao sucesso de um negócio. De acordo com o Livro *Safári de Estratégia* (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000, p. 103-104):

Ao examinar a personalidade empreendedora, vários autores comparam-na com a personalidade administrativa. Stevenson e Gumpert sugeriram, por exemplo, que na tomada de decisões, administradores e empreendedores com frequência procedem com uma ordem muito diferente de perguntas. O administrador típico pergunta: Quais recursos controlo? Qual estrutura determina o relacionamento de nossa organização com seu mercado? Como posso minimizar o impacto dos outros sobre minha capacidade de desempenho? Qual oportunidade é apropriada? O empreendedor tende a perguntar: Onde está a oportunidade? Como aproveitá-la? De que recursos necessito? Como ganho controle sobre eles? Qual estrutura é a melhor?

Diante de tais diferenças, pode-se afirmar que o empreendedor é aquele que identifica e aproveita a oportunidade dentre as possibilidades, buscando os recursos necessários para melhor aproveitar essa oportunidade.

É possível afirmar que os empreendedores reconhecem oportunidades de criar novos serviços ou produtos, em função de inovações, mudanças tecnológicas, políticas, sociais ou demográficas para atender as necessidades das empresas, dos clientes e da sociedade. Esta análise coincide com o exposto no artigo de (LÜDKE; BUGS ,2017, p. 3) o qual menciona que o empreendedorismo:

Destaca-se, pelo importante papel que desempenha, tanto na disponibilização de produtos, na geração de novos empregos, como também, na oportunidade de apresentar diferenciais competitivos, o que de certa maneira, atende os objetivos das empresas e dos consumidores.

Nota-se em muitos casos que existem empreendedores mais engajados quando se trata de inovar e reinventar, por exemplo, utilizando benefícios como auxílio emergencial, FGTS para investir em algo que gere uma fonte de renda.

## **2.4 Novos conceitos e modelos de empreendedorismo**

Dentre os novos conceitos de empreendedorismo, pode-se perceber a crescente evolução da presença feminina no mercado de trabalho e no ramo empreendedor nos últimos anos, a qual é exemplificada pela pesquisa GEM (2010) que mostra: pelo fato das mulheres estarem investindo mais em sua própria educação, nas últimas décadas, elas estão conquistando cada vez mais o espaço do empreendedorismo.

Na cidade de Oeiras- Piauí, além dos empreendimentos chefiados por homens, as mulheres têm se destacado muito no universo dos negócios, principalmente no ramo da moda, beleza e alimentação e conquistando sua independência financeira. Os serviços vão desde o atendimento domiciliar com vendas de roupas, acessórios femininos, cosméticos, serviços de estética, salão de beleza, vendas de doces e salgados, lojas que também anunciam seus serviços e produtos pelas redes sociais, enfim, são muitas oportunidades de negócios que as mulheres estão atuando e inovando.

Esses novos modelos de negócios são provocados pelas transformações econômicas e sociais que exigem cada vez mais qualificação e conhecimento, competências necessárias para o sucesso de qualquer negócio e pela busca constante da mulher na aquisição de novos saberes e troca de informações, as quais estão mais acessíveis atualmente, como também ao grau de escolaridade feminina que está cada vez mais elevado, onde são a maioria no ensino superior.

Ao olhar a realidade de Oeiras, percebe-se a importância econômica e social do grande contingente de organizações de pequeno porte, normalmente nascidas a partir de iniciativas de empreendedores por necessidade. São organizações muitas vezes carentes de recursos, que enfrentam dificuldades de inserção no mercado extremamente competitivo, estando mais suscetíveis a dificuldades e vulneráveis a riscos, mas mantêm persistência para a continuação do seu empreendimento.

Segundo Dornelas (2016, p.26):

A chamada nova economia, a era da Internet, das startups e das redes sociais, tem mostrado que boas ideias inovadoras, know-how, um bom planejamento (ou modelos de negócios que se mostram viáveis ao conquistar clientes/usuários) e, principalmente, uma equipe competente e motivada são ingredientes poderosos que, quando somados no momento adequado, acrescidos do combustível indispensável à criação de novos negócios - o capital -, podem gerar negócios grandiosos em curto espaço de tempo.



Os novos empreendedores precisam cada vez mais estar se reinventando e buscando alternativas para seus processos, de modo que venha a beneficiar não só a economia do país, mas sim do mundo como um todo. Dessa forma, a mudança no cenário mundial tem modificado a perspectiva econômica e social e essas mudanças trazem novas oportunidades para aqueles que preferem ousar no mercado do empreendedorismo. Ser empreendedor no mundo moderno é ser o diferencial no qual a empresa moderna necessita para poder sobreviver com as inovações que transformam o estilo da empresa quebrando todas as barreiras e mantendo a empresa atualizada com as ações que ocorrem no mercado.

Para Dornelas (2016):

O empreendedor deve procurar se desenvolver continuamente buscando capacitação para a gestão do seu negócio, assim é mais fácil enfrentar a concorrência que aumenta com a economia estável, o que melhora as condições para empreender ou quando se apresenta fraca, onde mais pessoas procuram abrir seu negócio, como também deve aproveitar a maior facilidade atual de acesso à informação e à formação.

De acordo com publicação do SEBRAE (2020) Empreendedorismo e inovação: a moeda para o sucesso nos negócios “a capacidade de inovar exige que o profissional saia da sua zona de conforto, aproveite os interesses do público e crie novas tendências ou soluções que sejam capazes de mudar a vida dos clientes completamente” Essas novas experiências de negócios necessitam do uso de ações criativas que transformem as oportunidades que o mercado oferece em soluções eficientes, seja na manutenção do negócio já existente ou na criação de um novo.

## **2.5 Empreendedorismo por necessidade e por oportunidade**

O empreendedorismo pode ocorrer por necessidade ou por oportunidade. Geralmente em meio a crises financeiras e busca por sobrevivência, as pessoas costumam empreender por necessidade. “O empreendedor por necessidade se inicia no ramo empreendedor, principalmente por falta de opção e por estar desempregado, que é o que está acontecendo muito no Brasil nos tempos atuais de crise”. (PINTO, 2016, p. 18). Conclui-se que esta inexistência de planejamento ou planejamento inadequado, inexperiência em gestão de negócios contribuem para a mortalidade da empresa ou fracasso do negócio. Mesmo em meio a crises e

escassez de recursos financeiros, se faz necessário procurar obter conhecimento, buscar ajuda de outros empreendedores, estudar a concorrência, o mercado, realizar, se possível, um plano de negócio, que é a base fundamental do empreendedorismo.

O empreendedorismo por oportunidade é completamente diferente do empreendedorismo por necessidade. Ainda, de acordo com o artigo de (PINTO, 2016, p. 18), “esses empreendedores são os que iniciam suas atividades para melhorar a condição de vida, assim que notam uma oportunidade para empreender com suas experiências de formação acadêmica ou pelo reconhecimento adquirido nas atividades que desempenhou”. Portanto, verifica-se que são empreendedores que têm objetivos a alcançar, planejam e se capacitam visando um futuro próspero. Conforme Chiavenato (2007), “nem todas as oportunidades de negócios são adequadas para o empreendedor. Elas precisam ser compatíveis com aquilo que ele pretende fazer”.

O SEBRAE (2020) defende que “a crise pode ser uma oportunidade para o empreendedor criar soluções inovadoras, que contribuam para o desenvolvimento e a profissionalização do negócio”. Portanto, utilizar os pontos mais frágeis e criar oportunidades de melhoria contínua, bem como saber as atitudes mais acertadas para orientar melhor as decisões, reduzir custos, se capacitar, ter presença digital, buscar alternativas de receitas (entrega delivery, vendas online), são exemplos de soluções inovadoras. O mundo virtual tem aberto novas possibilidades, principalmente com o novo formato que está em alta atualmente: as entregas em domicílio (delivery), que têm se expandido em muitos ramos de negócio, como de refeições, apps de ifoods, hortifrutigranjeiros e compras em geral; trazendo segurança e comodidade para o consumidor. São serviços que prometem continuidade e fazer diferença nas formas de empreender.

“O fenômeno do empreendedorismo vem se espalhando pelos quatro cantos do mundo, em ritmo cada vez mais alucinante” (LEITE, 2012, p.12). Portanto, é de uma importância imprescindível para o desenvolvimento econômico, já que o surgimento de novas empresas ou negócios acarreta a geração de novos empregos e geram uma série de valores que têm impacto no âmbito social. Empreender é uma ação que demanda criatividade e sobretudo coragem para enfrentar os desafios e os riscos que a atividade corre.

O empreendedor bem sucedido não deve apenas saber criar seus empreendimentos, ele precisará sobretudo conseguir meios de gerir seu negócio para mantê-lo e sustenta-lo de forma contínua. Isto significa,

administrar, planejar, organizar e controlar as atividades que estão relacionadas diretamente ou indiretamente à empresa. (LAGE, 2017, p.8).

Nesse cenário sócio econômico atual, o papel do empreendedor é fundamental, tanto para a sociedade, como para a economia, pelo fato do empreendedor está mais inclinado a investir e, para tanto, é necessário ousadia, determinação e confiança.

### **3 METODOLOGIA**

Segundo Fonseca (2002) metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

A metodologia descreve os métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa para abordar o objeto de estudo. Segundo Vergara (2000 apud LOIOLA, 2016, p. 21), “a coleta de dados trata da forma de obter os dados necessários para responder ao problema de pesquisa”. Ainda segundo a mesma autora, “o tratamento dos dados refere-se a como tratá-los após coletados, o que pode ocorrer de forma quantitativa e qualitativa”.

Nesta pesquisa, que tem como referência, empreendedores da cidade de Oeiras no estado do Piauí, foram utilizadas as formas: qualitativa, bibliográfica e de campo. Quanto à abordagem, esta pesquisa é qualitativa, quanto aos procedimentos é bibliográfica e de campo.

A pesquisa qualitativa se preocupa com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. O objetivo da amostra é produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991. p.58).

A pesquisa bibliográfica “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2016, p.75). Os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações, sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições a cerca de um problema (GIL, 2007).

A pesquisa de campo “é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”.

(VERGARA, 2016, p.75).

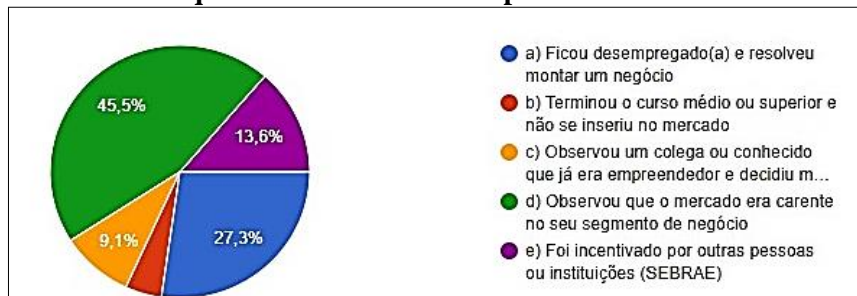
Os dados da pesquisa de campo foram coletados através de um questionário contendo o objetivo da pesquisa, com nove perguntas fechadas, com escolha de uma única resposta e uma pergunta aberta, para o respondente emitir sua opinião. Foi utilizado o google forms para fazer o questionário e depois foi enviado o link da pesquisa via internet para as pessoas acessarem e responderem. Foi feito uma busca dos telefones de 40 empreendedores da cidade e o contato e envio foi através de whatsapp. “Questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 201). O questionário teve a finalidade de levantar opiniões, interesses, expectativas dos empreendedores para embasar o objeto de estudo.

Segundo (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.201,202), as principais vantagens do questionário são: “economiza tempo, viagem e obtém grande número de dados; atinge maior número de pessoas simultaneamente; [...] obtém respostas mais rápidas e mais precisas; há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato; há mais segurança pelo fato de as respostas não serem identificadas [...]”. Este método foi escolhido por ser fácil de ser aplicado, por dar comodidade e segurança ao respondente e ser eficiente na obtenção das respostas de forma precisa, que pessoalmente seriam mais difíceis. O questionário foi aplicado entre os dias 28 de dezembro de 2020 a 04 de janeiro de 2021 a 40 empreendedores de diversos ramos de negócios da cidade de Oeiras, mas contou apenas com 22 respondentes entre homens e mulheres.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Sobre a ideia de ser empreendedor e/ou os motivos que os levaram a abrir o empreendimento, dos 22 respondentes, a maioria, totalizando 45,5% montou a sua empresa por que observou que o mercado era carente no seu segmento de negócio e apenas uma minoria de 9,1% observou quem já era empreendedor para decidir montar seu negócio. Um total de 27,3% montou o negócio por necessidade, pois ficou desempregado e 13,6% dos respondentes resolveram montar o seu negócio por incentivo de pessoas e/ou instituições (SEBRAE), conforme o gráfico 1.

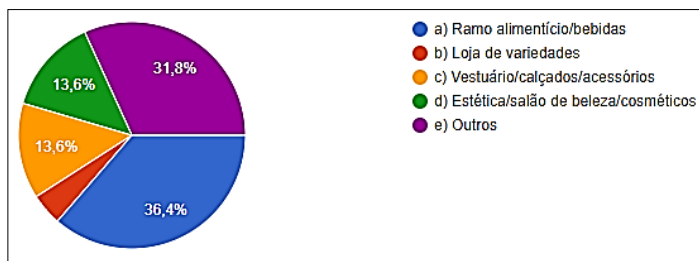
### Gráfico 1: Como surgiu a ideia de ser empreendedor(a) e/ou os motivos que levaram a abrir o empreendimento?



Fonte: elaborado pelas autoras (2021)

Com relação ao tipo de empreendimento, o gráfico 2 mostra que o empreendimento de maior investimento na cidade de Oeiras, com 36,4%, é o ramo alimentício e bebidas; outros tipos de investimentos com 31,8% e equipara o setor de estética, salão de beleza e cosméticos com o de vestuário, calçados e acessórios com percentuais iguais 13,6%, distribuindo na mesma proporção os investimentos.

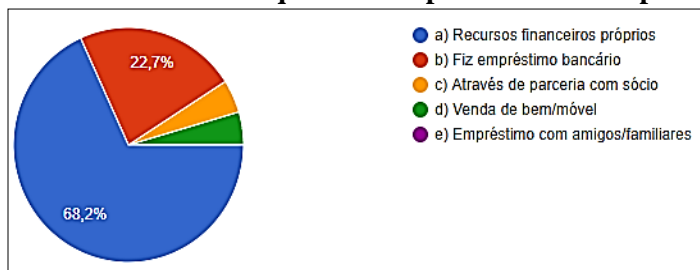
### Gráfico 2: Tipo de empreendimento?



Fonte: elaborado pelas autoras (2021)

Quanto aos recursos para iniciar a empresa, a grande maioria 68,2% dos entrevistados utilizaram os seus próprios recursos para montar o empreendimento e 22,7% recorrem a empréstimo bancário, como mostra o gráfico 3.

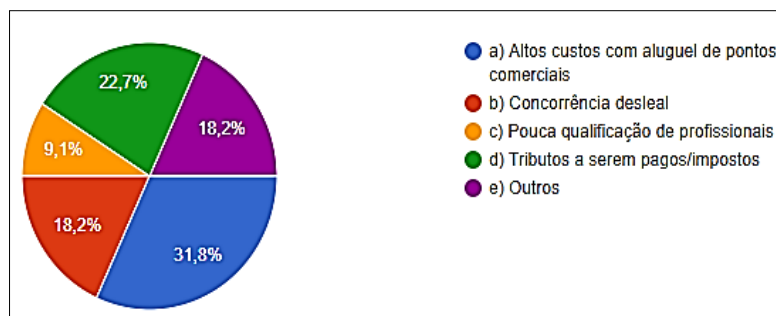
**Gráfico 3: Recursos que utilizou para iniciar a empresa**



Fonte: elaborado pelas autoras (2021)

Conforme o gráfico 4, os 31,8% respondentes que veem os altos custos com aluguel de pontos comerciais como o maior desafio em ser empreendedor na cidade de Oeiras, também é desafiador para os 22,7%, os tributos e impostos a pagar e para 18,2% é a concorrência desleal e apenas 9,1% acham que é a pouca qualificação de profissionais e para 18,2% pode surgir outros desafios.

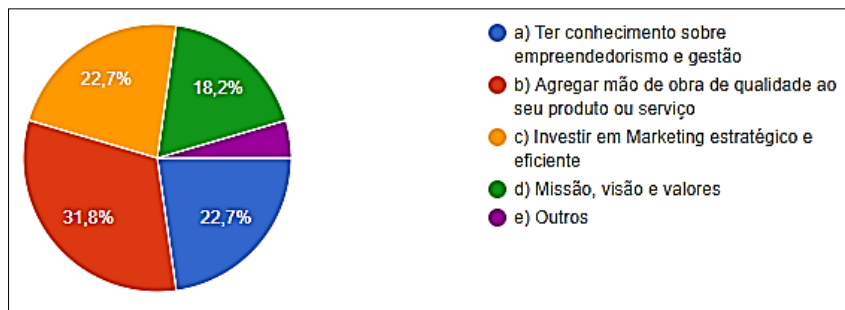
**Gráfico 4: Maior desafio em ser empreendedor em Oeiras.**



Fonte: elaborado pelas autoras (2021)

Na amostragem do gráfico 5, para 31,8% dos entrevistados, um dos fatores mais importantes para o sucesso do empreendimento é agregar mão de obra de qualidade ao seu produto, para 22,7% tem a mesma importância investir em marketing estratégico e eficiente e ter conhecimento sobre empreendedorismo e gestão e um total de 18,2% acham que os fatores mais importantes para o sucesso do empreendedorismo são missão, visão e valores.

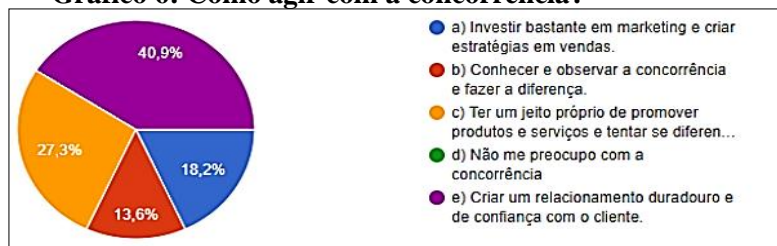
**Gráfico 5: Fatores que são mais importantes para o sucesso do empreendimento.**



Fonte: elaborado pelas autoras (2021)

A pesquisa também buscou saber como agir com a concorrência, conforme mostra o gráfico 6. Neste gráfico é possível perceber que criar um relacionamento duradouro de confiança com o cliente traz um resultado positivo, sendo que 40,9% dos respondentes utilizam-se desse método para enfrentar a concorrência. Outra forma de agir com a concorrência é ter um jeito próprio de promover produtos e serviços e tentar se diferenciar com 27,3% das respostas, para 18,2% é mais viável investir em marketing e em estratégias de vendas e 13,6% buscam conhecer mais a concorrência para fazer a diferença.

**Gráfico 6: Como agir com a concorrência?**

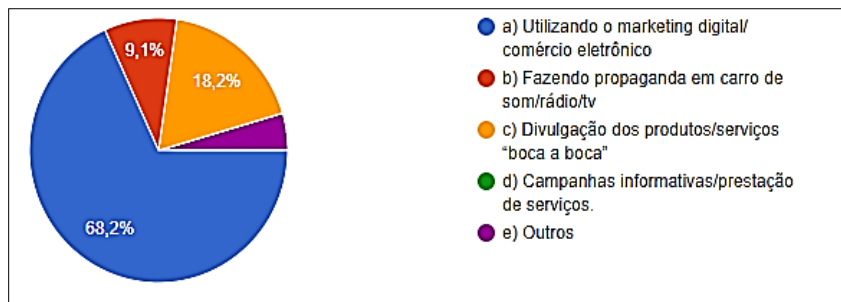


Fonte: elaborado pelas autoras (2021)

Comparando os números do gráfico 7, o resultado dos dados aponta para o fato de que maioria dos entrevistados acham que a melhor forma de divulgar o negócio é utilizar o marketing digital ou comércio eletrônico,

68,2% dos entrevistados fazem uso dessa ferramenta digital para divulgação do empreendimento, 18,2% fazem a divulgação “boca a boca” e 9,1% divulgam em carro de som, rádio ou tv.

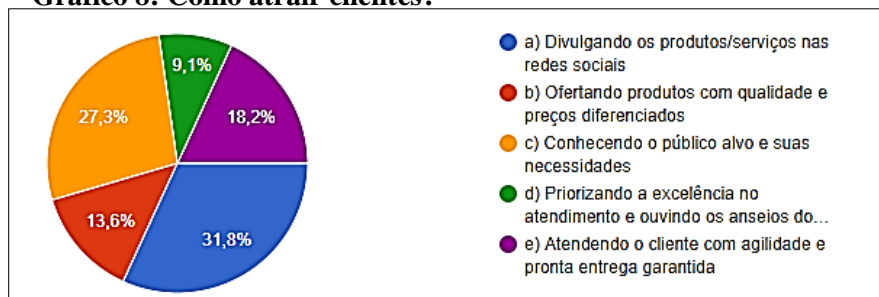
**Gráfico 7: Como divulgar o negócio?**



Fonte: elaborado pelas autoras (2021)

Os dados levantados pelo questionário sobre empreendedorismo na cidade de Oeiras mostram que 31,8% divulgam os produtos e serviços nas redes sociais, 27,3% conhecendo o público alvo e suas necessidades, 18,2% atendendo o cliente com agilidade e pronta entrega garantida, 13,6% ofertando produtos com qualidade e preços diferenciados e 9,1% priorizando a excelência no atendimento e ouvindo os anseios do cliente, conforme mostra o gráfico 8.

**Gráfico 8: Como atrair clientes?**

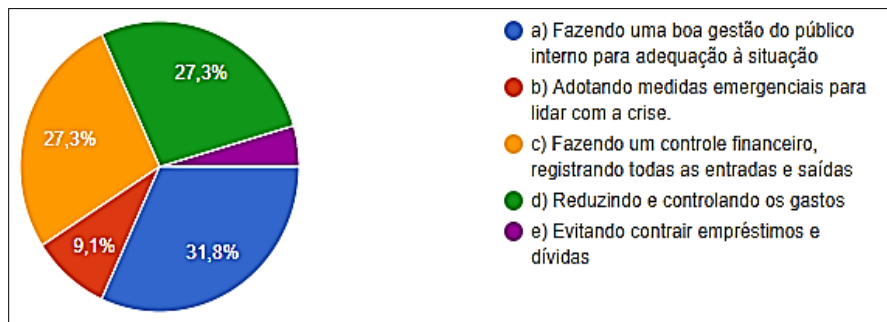


Fonte: elaborado pelas autoras (2021)



Para se adequar a situação de crise, para 31,8% as empresas se mantêm fazendo uma boa gestão do público interno. Para 27,3% se manter na crise é necessário está fazendo um controle financeiro e reduzindo os gastos adotar medidas emergenciais para 9,1% dá para se manter. O gráfico 9 permite observar essa situação.

**Gráfico 9: Como manter a empresa em tempos de crise?**



Fonte: elaborado pelas autoras (2021)

Sobre a pergunta aberta: O que diria para alguém que está pensando em iniciar um empreendimento?

Os respondentes deixaram claro que diante das incertezas, dificuldades e obstáculos de qualquer início de negócio, a pessoa não deve desistir do seu sonho de autonomia financeira. Deve procurar obter conhecimento, capacitação, boas ideias, procurar ajuda de pessoas experientes no ramo empreendedor que poderão oferecer dados e informações importantes, que darão base para um bom começo, ou seja, para aprender a solucionar os problemas apontados com planejamento, foco e determinação. Definir os objetivos, o capital de abertura, a análise do mercado, a concorrência e a análise de tudo que a empresa irá oferecer são pontos cruciais para o funcionamento e sucesso do empreendimento.

Com os resultados da pesquisa de campo foi possível constatar que os objetivos foram atingidos e a hipótese confirmada, à medida que os empreendedores da cidade de Oeiras, apesar de encontrarem desafios e dificuldades, buscam desenvolver novas estratégias de investimento, estão procurando novos aprendizados, novas oportunidades de negócios, meios para a inovação e essa nova visão empreendedora é muito eficaz para o sucesso de qualquer negócio e para lidar com os desafios e a concorrência. São empreendedores criativos que acompanham a evolução, utilizam tecnologias

para alcançar o público nas mídias sociais, sempre estão buscando meios de empreender com eficácia e determinação, mesmo diante de um cenário de mudanças em que o mercado está passando atualmente.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho apresenta as discussões acerca do empreendedorismo, tendo como referência a cidade de Oeiras Piauí, fundamentando-se no processo de evolução epistemológica, que no início foram mais esparsas, mas que nas últimas décadas vem apresentando uma coesão teórica. Com isso, críticas em relação ao vácuo intelectual acerca do empreendedorismo são menos frequentes, dado todo o contexto abordado por esse tema. Fatores como a disseminação da definição para o termo favoreceu essa concretização no meio científico.

Discute-se a abordagem que liga o empreendedorismo ao desenvolvimento econômico, o que evidência a estreita relação entre essas atividades. O desenvolvimento econômico pressupõe inovação, os novos empreendimentos movimentam a economia influenciando a geração de riquezas na nação, o aumento de novos negócios, a definição de políticas públicas e leis.

Na pesquisa bibliográfica e revisão de literatura foram encontrados muitos conceitos que definem com precisão o significado de empreendedorismo e empreendedor, entre os quais pode-se destacar os conceitos apresentados pelos autores que seguem. Conforme os autores (BAGGIO, A; BAGGIO, D.) o empreendedorismo compreende a arte de fazer acontecer com criatividade, motivação, inovação, proatividade, aproveitando oportunidades e assumindo riscos. O economista austríaco Schumpeter associa o empreendedorismo ao desenvolvimento econômico, utilizando o conceito de destruição criativa (a destruição do velho e construção do novo), novos produtos, novos mercados ou novos métodos de produção. Dornelas (2016), ressalta que o empreendedor deve procurar seu desenvolvimento contínuo, capacitação para a gestão do seu negócio para enfrentar a concorrência, visto que ela aumenta de acordo com as demandas do mercado e atualmente as informações e possibilidades de capacitação estão mais acessíveis. Lage (2017) complementa que o empreendedor bem sucedido é aquele que sabe administrar, planejar, organizar e controlar as atividades da empresa.

A pesquisa de campo ratifica as afirmações acima descritas, ao passo que, nas respostas do questionário de pesquisa, a maioria (45,5%) respondeu

que observou que o mercado era carente no seu segmento de negócio, isso demonstra que aproveitou a oportunidade para montar seu empreendimento; uma grande parte dos entrevistados (68,2%) iniciou sua empresa com recursos próprios, o que denota planejamento prévio; o maior desafio em ser empreendedor em Oeiras para (31,8%) são despesas com aluguel, seguidos de impostos e concorrência desleal, indica conhecimento sobre os riscos e incertezas; para o sucesso do empreendimento (31,8%) considera que a mão de obra de qualidade é mais importante, isso mostra que capacitação e formação são muito importantes, como também (22,7%) mostram que o investimento em estratégias de marketing e conhecimento sobre o negócio são de igual importância; sobre a concorrência (40,9%) enfrentam a concorrência criando um relacionamento duradouro e de confiança como o cliente, confirmando a maneira que lidam com a concorrência; na divulgação dos produtos e serviços, a grande maioria (68,2%), utilizam o marketing digital/comércio eletrônico, isto é, usam os novos modelos de negócios para suprir novas demandas de mercado; para atrair clientes (31,8%) utilizam as redes sociais e (27,3%) procuram conhecer as necessidades do público alvo, portanto são inovações, novos modelos de negócios; nos tempos de crise (31,8%) fazem uma boa gestão do público interno e (27,3%) fazem um controle financeiro reduzindo e controlando os gastos, o que mostra a capacidade de gestão e controle desses empreendedores. Portanto, pode-se perceber por meio da pesquisa de campo que os objetivos do estudo foram atingidos, pois os empreendedores utilizam os novos conceitos de empreendedorismo como estratégias de negócios, identificam os recursos disponíveis para empreender, são proativos, utilizam as novas tecnologias, estão conscientes dos riscos e fazem planejamento para criar base para o negócio.

Os empreendedores de Oeiras estão sempre buscando o novo, novas ideias, novas oportunidades de negócios visando o lucro e o desenvolvimento econômico e pessoal. O empreendedorismo tem uma importância fundamental para o desenvolvimento econômico. O trabalho de pesquisa realizado com empreendedores da cidade de Oeiras Piauí reafirma essa importância.

Ante o exposto, fica evidente que o meio digital tem sido uma alternativa para muitos negócios e muitas pessoas ainda precisam se adaptar para acompanhar as mudanças. Os novos conceitos de empreendedorismo estão atrelados ao uso da internet e suas tecnologias, sendo assim se faz necessário uma maior acessibilidade digital. Muitas instalações e negócios tiveram que remodelar seus leiautes para se adequar à nova realidade e aos modelos de negócios que estão em expansão com a aceleração da

transformação digital. As empresas devem se adaptar à transformação digital, visto que é uma modalidade que intensifica a conectividade, pois a internet e redes sociais estão transformando a dinâmica dos negócios.

Conclui-se, portanto, que o espírito empreendedor de cada sujeito combinado com características como criatividade, perfil inovador, iniciativa, controle, liderança, visão de futuro e a utilização do empreendedorismo como estratégia de negócios, à medida que define metas e assume riscos calculados para alcançar seus objetivos baseados em planejamento, estudo do mercado e dos concorrentes são de fundamental importância para o desenvolvimento econômico da sociedade.

## REFERÊNCIAS

- BAGGIO, Adelar Francisco.; BAGGIO, Daniel Knebel. **Empreendedorismo: Conceitos e definições.** *Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia*, Passo Fundo, v.1, n.1, p.25-38, jan.2015. Disponível em: <[https://seer.imed.edu.br/index.php/revistas/article /view/612](https://seer.imed.edu.br/index.php/revistas/article/view/612)>. Acesso em: 26 dez. 2020.
- BARON, Robert A.; SHANE, Scott A. **Empreendedorismo: Uma visão do processo.** São Paulo: Cengage Learning, 2007.
- BOM ÂNGELO, Eduardo. **Empreendedor corporativo: a nova postura de quem faz a diferença.** Rio de Janeiro: Campus, 2003
- CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor.** 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2007
- DESLAURIERS, Jean-. Pierre. **Recherche Qualitative. Guide pratique.** Montreal: McGraw- Hill, 1991.
- DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luisa.** –30. Ed. Rev e atual. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.
- DORNELAS, José Carlos Assis. **Transformando ideias em negócios.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** 4ª ed. Rio de Janeiro. Ed. Campos, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FILION, Louis Jacques. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários gerentes de pequenos negócios.** *Revista de Administração.* São Paulo: abr/jun 1999, p. 05-28.
- GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil 2010.** Simara

- Maria de Souza Silveira Greco et al Curitiba: IBQP, 2010. 286 p.
- \_\_\_\_\_. **Empreendedorismo no Brasil 2017**. Coordenação de Augusto Muratori. autores: diversos autores. Curitiba: IBQP, 2018. 174 p.
- \_\_\_\_\_. **Empreendedorismo no Brasil 2018**. Coordenação: Simara Maria de Souza Silveira Greco [et al]. Curitiba: IBQP, 2019. 118 p.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LEITE, Emanuel Ferreira. **O fenômeno do empreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- LOIOLA, Camila Coutinho. **Mulher empreendedora: Dificuldades e preconceitos**. Rio de Janeiro, junho. 2016 50 p.
- LÜDKE, Fernanda Elise; BUGS, João Carlos. **Jovens empreendedores e as dificuldades encontradas na gestão das suas empresas**. Revista de Administração de Empresas Eletrônicas. RAEE, São Paulo, n.6, 2017.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MINTZBERG, Henry.; AHLSTRAND, Bruce.; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- PEREIRA, Alessandra Antônia.; ALMEIDA, Patrícia Barbosa Alves de. **Revolução nas relações interpessoais no trabalho no novo normal**. Goiânia, 2020.
- PINTO, Andreia Kran. **Empreendedorismo como oportunidade no momento da crise brasileira**. Ceres-GO, 2016.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo. Abril Cultural, 1982.
- SEBRAE. **Lidando com a crise**. abr. 2020. Disponível em:<<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pi/sebraeaz/lidando-com-a-crise>>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- \_\_\_\_\_. **O que é ser empreendedor**. jan. 2019. Disponível em:<<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/o-que-e-ser-empreendedor>>. Acesso em: 21 dez. 2020.
- \_\_\_\_\_. **O que é empreendedorismo**. SC, nov. 2019. Disponível em:<<https://atendimento.sebrae-sc.com.br/blog/o-que-e-empreendedorismo>>. Acesso em: 05 jan. 2021.
- \_\_\_\_\_. **Empreendedorismo em tempos de coronavírus**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em :<<https://atendimento.sebraemg.com.br/biblioteca-digital/content/empreendedorismo-em-tempos-de-coronavirus>>. Acesso em: 22 dez. 2020
- \_\_\_\_\_. **Empreendedorismo e inovação: a moeda para o sucesso nos negócios**. fev. 2020. Disponível em: <<https://atendimento.sebrae-sc.com.br>>. Acesso em 05/01/2021.
- SILVA, Álvaro José Argemiro da. **Empreendedorismo e inovação**. Paraná, Ano 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/986>>. Acesso em 23

nov. 2020

SILVEIRA, Denise Tolfo.; GERHARDT, Tatiana Engel. **Métodos de pesquisa**. Porto alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009. Coordenado pela Universidade aberta do Brasil-UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica-Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

## Capítulo 2

### DESAFIOS DO MICROEMPREENDEDOR EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE BARRAS-PI

Glenda Beatriz Torres Rabelo

Bacharela em Administração

Jamile Alves de Oliveira

Bacharela em Administração

Miguel Rodrigues da Costa Filho

Bacharel em Ciências Contábeis

Nivianne Lima dos Santos Araujo

Mestra em Contabilidade

#### RESUMO

A pandemia trouxe consigo diversos desafios para economia, principalmente para os microempreendedores que não conseguiram adequar seus empreendimentos a *ao home office* e *nem delivery*. Com isso o presente estudo objetivou conhecer os principais desafios enfrentados pelos microempreendedores da cidade de Barras-PI em tempos de pandemia de COVID-19. A pesquisa foi desenvolvida em três etapas obedecendo a orientações de distanciamento social: a) Revisão de literatura em artigos, sites e livros (questionário com informações sobre os desafios do empreendedorismo na pandemia de COVID 19); b) Aplicação de questionários aos microempreendedores do setor de confecções e Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE); e c) Organização dos dados em tabelas e gráficos (software Microsoft Excel). Foram entrevistados 10 microempreendedores do setor de confecções de Barras – PI, sendo a 70% do sexo feminino (7) e 30% masculino. A maior parte dos negócios foi prejudicada com a pandemia de COVID 19 (80% -8), todavia houve negócios que não sofreram impactos (20% - 2). Dentre as maiores dificuldades sentidas pelos microempreendedores, a maior parte destaca desafios relacionados a “honrar suas contas” devido a terem que fechar suas portas, “adptar seus serviços à modalidade de venda online” e a “dificuldade de manter seus funcionários”. Por fim, o estudo conseguiu conhecer os impactos econômicos da pandemia de COVID 19 nos microempreendedores do setor de confecção de barras-PI.

**Palavras chaves:** COVID 19. Isolamento social. Setor de confecção.

## 1. INTRODUÇÃO

Em razão do agravamento da pandemia da COVID-19, no ano 2020, governos de todo o mundo, elaboraram medidas enfrentamento a crise, o Brasil não foi diferente adotando medidas de isolamento social em todos os estados. Guimarães Júnior et al. (2020) ressalta que o com os avanços do COVID-19, ocasionaram a morte milhões de pessoas em todo o mundo, ocasionando a sobrecarga dos sistemas de saúde, em razão da alta demanda por leitos de Unidade de terapia intensiva - UTI. O que tornou ainda mais necessário a implementação de medidas de contenção do dessa doença.

Essas medidas em muitos casos estabeleciam fechamento dos comércios, classificando os negócios em essenciais e não essenciais. Assim a pandemia trouxe consigo diversos desafios para economia, principalmente para os microempreendedores que não conseguiram adequa seus empreendimentos a ao *home office* e nem *delivery*. Todavia a mesmo trouxe o surgimento de diversos tipos de negócios relacionados a internet e o mundo virtual.

A economia brasileira tem sofrido com os impactos, por exemplo, o PIB mundial pode ter apresentado uma retração de 3% em 2020, e no caso do Brasil 5,3%, conforme a previsão do Fundo Monetário Internacional (2020). Dentre os setores econômicos mais afetados, estão os trabalhadores informais, que em alguns estados, seus tipos de negócios foram considerados como serviços não essenciais, sendo forçadas a fecha as portas.

Essas medidas, embora necessárias e tenham sido tomadas em basicamente todos os países do mundo, os prejuízos que a pandemia casou nos estados do Brasil foi bem grande. Assim nota-se um novo cenário para a economia brasileira, forçando os empreendedores e microempreendedores a elaborarem formas de enfrentar dos desafios que a pandemia ocasionou. Bridi (2020) aponta que dentre as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas por conta da pandemia, esta eles terem que executar uma adaptação rápida, pois muitos não tinham disponibilidade de recursos tecnológicos como computadores, notebooks ou tablets, além de internet e qualificação para o trabalho remoto.

Diante dessa problemática, esse artigo teve como questionamento de pesquisa: Quais os principais os problemas que o microempreendedor do município de Barras-PI enfrenta para o desenvolvimento de suas atividades durante a pandemia de COVID 19?. Com isso, o estudo teve como objetivo geral conhecer os principais desafios enfrentados pelos microempreendedores



da cidade de Barras-PI em tempos de pandemia de COVID-19. Para isso foram adotados alguns objetivos específicos: a) Identificar os microempreendedores do comércio de confecções de Barras; b) Apresentar um diagnóstico do segmento do comércio de confecções c) Discutir as principais dificuldades do comércio de confecções por conta da pandemia.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO.**

### **2.1 MICROEMPREENDEDOR E GERAÇÃO DE RENDA**

O desenvolvimento das atividades econômicas como a de microempresários ou autônomos, é de grande relevância para o Brasil, pois é responsável pelo sustento de maior parte dos trabalhadores no Brasil (FONTES, 2011). Historicamente é notável essa relevância, até os dias atuais, seja em pequenos mercados em bairros periféricos ou padarias onde a pessoas não precisam se deslocar até centros comerciais para realizar compras. Fontes (2003) destaca que desde os anos 90, os microempreendedores são responsáveis pela maior parte dos postos de trabalho gerados no Brasil.

Os microempreendedores são formados por grupos bastante diversificados, como mecânicos, camelôs, comerciantes, padeiros, pizzarias, restaurantes, farmácias, entre outros tipos de negócios. Todavia a maior parte dos microempreendedores de certa forma é invisível para o governo, por não haver registros, os tornando a parte de diversas políticas públicas como a concorrência por licitações. Surgindo a necessidade de o governo elaborar e aplicar políticas que vislumbrem a inclusão desses microempresários no acesso a diversos benefícios de estarem formais.

Dessa forma, essas políticas são de grande importância, segundo Silveira *et al.* (2017) pois elas podem melhorar desenvolvimento das atividades de empreendedorismo, pois esse indivíduo assume os riscos, desenvolvendo soluções criativas, gerando inovações que contribuem para a inserção de novos produtos e serviços no mercado. Destaque para a Lei Complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008, sendo uma considerada uma importante medida, responsável pela criação da figura jurídica Microempreendedor Individual (MEI).

O MEI possibilitou aos microempreendedores individuais utilizarem vários benefícios, dentre eles o auxílio-maternidade, auxílio por conta de acidente de trabalho, aposentadoria, os tornando formais reduzindo os níveis de informalidade (FARIA et al., 2015). Ele ainda contribui-o para que autônomos consigam iniciar seu próprio negocio de forma menos burocrática,

ajudando no o crescimento profissional e comercial (CRUZ, 2018). Assim é possível observar a grande relevância do setor de microempresários para o desenvolvimento e geração de renda no Brasil.

## **2.2 PANDEMIA DE COVID-19 E O ISOLAMENTO SOCIAL**

O COVID-19 é uma infecção respiratória ocasionada pelo Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em dezembro de 2019, depois de uma epidemia de pneumonia, em pessoas que frequentavam o Mercado Atacadista de Frutos do Mar de Wuhan (SCHUCHMANN et al., 2020; SIFUENTES-RODRÍGUEZ; PALACIOS-REYES, 2020). Todavia em razão de sua alta taxa de transmissão, depois de alguns meses, a doença se espalhou por praticamente todos os países do globo, ocasionando milhares de óbitos.

Segundo Schmidt et al. (2020) em 11 de março de 2020, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o status epidemiológico da COVID-19 passou a ser categorizado com pandemia. Lima (2020) destaca que na América Latina o primeiro caso foi registrado no Brasil em 25 de fevereiro de 2020 pelo Ministério da Saúde do Brasil. Até 19 de dezembro de 2020 foram confirmados 7.162.978 de casos e 185.650 mortes pela doença no Brasil. Com a grande velocidade da taxa de transmissão dessa doença, foram necessárias a adoção de políticas de isolamento social.

O isolamento social no Brasil foi adotado através da LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 (BRASIL. 2020). Entretanto, ficou a encargo dos estados e municípios, o afrouxamento ou ampliação dessas medidas, levando em conta a situação epidemiológica de cada local. Essa política de isolamento ocasionou diversos impactos, tanto econômico, quanto a saúde mental da população.

## **2.3 DESAFIOS DO MICROEMPREENDEDOR EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Com o agravamento pandemia de coronavírus, governos de diversos países como o Brasil tomaram algumas medidas gerando enormes desafios para a economia mundial. De acordo com Isaac (2020) os impactos da

pandemia e das políticas de restrição foram diversos tanto da perda de emprego e renda, com a introdução massiva do trabalho remoto em alguns casos, quando não era possível, ocorreu os riscos da exposição a situações de contágio. Vale ressaltar que os setores mais afetados pelas medidas restritivas, estão inseridos na classe dos microempreendedores, setores como os de eventos e restaurantes foram altamente afetados.

Em relatório a Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontou que cerca de 1,6 bilhão de trabalhadores informais foram diretamente afetados pelas medidas de isolamento que estão sendo tomadas em todo o mundo. Essas medidas ainda estão ocorrendo em muitas regiões do Brasil, em muitos casos sem planejamento, afetando ainda mais a economia local.

Sendo a retração econômica um dos grandes impactos dessa pandemia, segundo International Labour Organization – ILO (2020) a taxa de pobreza relativa irá aumentar em 34% para trabalhadores informais em países de renda média-alta, a exemplo do Brasil, e em 56% nos países mais pobres (alguns países América Latina e da África). Diante disso, nota-se os grandes impactos da pandemia no setor econômico do Brasil e do mundo, afetando gravemente os microempreendedores formais e informais, principalmente de setores ligados ao comércio de produtos e serviços ditos não essenciais.

### **3. METODOLOGIA**

O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória, qualitativa, dentro do eixo de trabalho de campo, onde a inclusão da definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados sobre as categorias dentro do tema explorado serão: categorização dos estudos; análise e interpretação dos dados e avaliação dos resultados, mediante análise da situação do microempreendedor do município de Barras no Piauí, na pandemia de COVID 19. Segundo Gerhardt e Silveira, (2009) a abordagem descritiva dentro de uma pesquisa, deve narrar os fatos e fenômenos a certa da realidade da temática abordada. Para Triviños (2008) a abordagem descritiva, exige que o pesquisador detenha uma postura precisa mais cuidadosa, durante a delimitação de técnicas, métodos e teorias que direcionaram a realização do estudo.

A pesquisa será desenvolvida com microempreendedores do comércio de confecções de Barras – PI. A pesquisa foi desenvolvida em três etapas. A primeira etapa do trabalho será a realização de uma revisão de literatura em artigos, sites e livros, a fim de montar um questionário com informações sobre

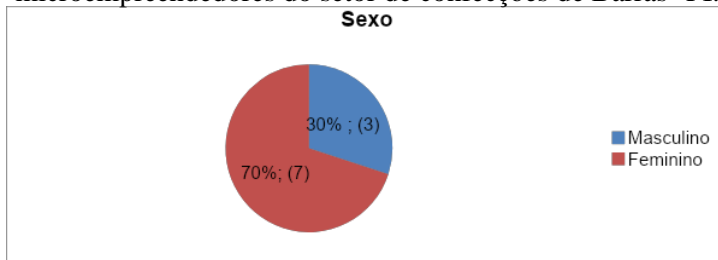
os desafios do empreendedorismo na pandemia de COVID 19. Segunda etapa será a aplicação de questionários aos microempreendedores do setor de confecções, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Os questionários serão entregues em folhas de papel, o participante irá ter um tempo para responder, mantendo uma distância de dois metros, evitando contato interpessoal, adotando medidas como forma de seguir as orientações de distanciamento social para minimizar os riscos de contaminação por COVID-19. Por fim, os dados serão organizados em tabelas e gráficos, elaborados através do software Microsoft Excel, onde serão analisados e discutidos de forma quantitativa, ressaltando as principais dificuldades dos participantes na atual situação de pandemia.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

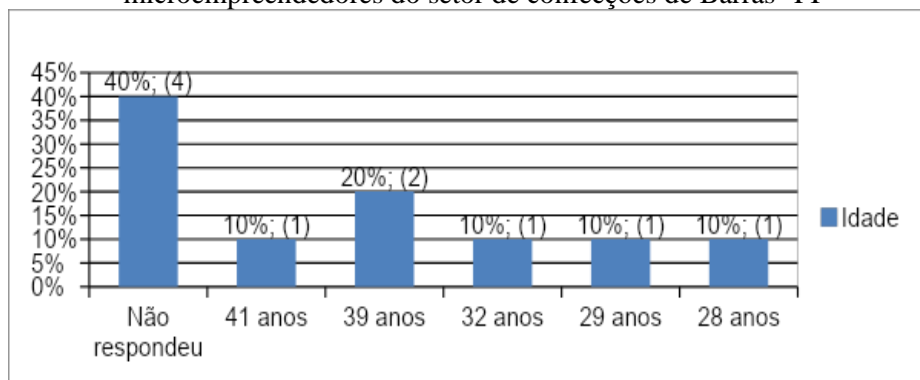
Foram entrevistados 10 microempreendedores do setor de confecções de Barras – PI, sendo a 70% do sexo feminino (7) e 30% masculino (3) (Fig. 1).

**Figura 1:** Sexo de participantes de formulário aplicado a microempreendedores do setor de confecções de Barras- PI.



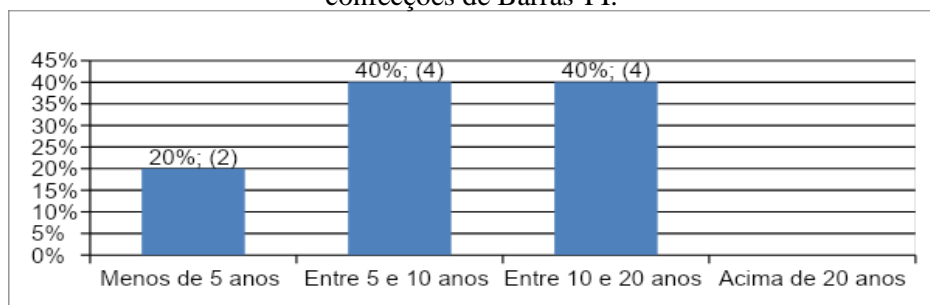
Em relação à faixa etária, quatro participantes não responderam, dois afirmaram possuir 39 anos, um 41 anos, um 32 anos, um 29 anos e 28 anos (Fig. 2).

**Figura 2:** Idade de participantes de formulário aplicado a microempreendedores do setor de confecções de Barras- PI



Na figura 3, é apresentado o questionamento de quanto tempo os participantes são microempreendedores, assim, 40% afirmaram empreender entre 5 e 10 anos (4), 40% entre 10 e 20 anos (4) e 20% com menos de 5 anos (2).

**Figura 3:** Tempo que os participantes de formulário trabalham no setor de confecções de Barras-PI.



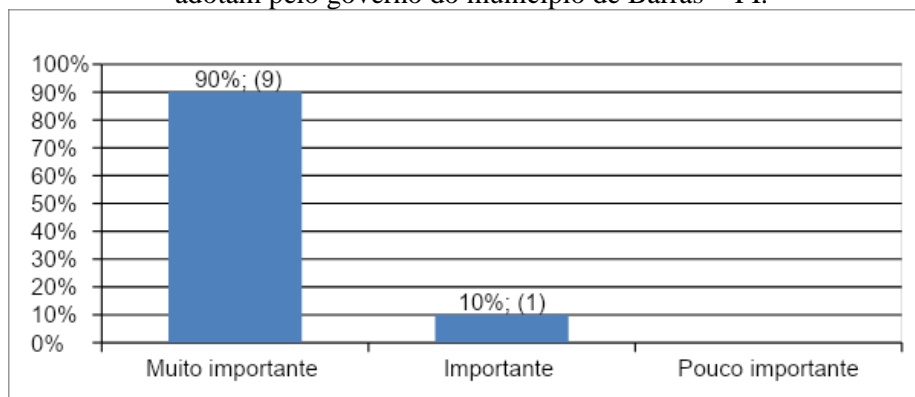
Quanto aos participantes desse estudo, que tiram seu sustenta apenas de sua loja metade afirmou que sim e metade afirmou que não (Fig 4).

**Figura 4:** Participantes que sustentam sua família apenas do seu negócio.



Na figura 5 observa-se a opinião dos entrevistados sobre as medidas de isolamento social adotado pelo governo do município de Barras – PI, onde a maior parte reconheceu essas medidas como muito importante (90% - 9) e outra parte como importante (10% - 1).

**Figura 5:** Opiniões dos participantes sobre medidas de isolamento social adotadas pelo governo do município de Barras – PI.



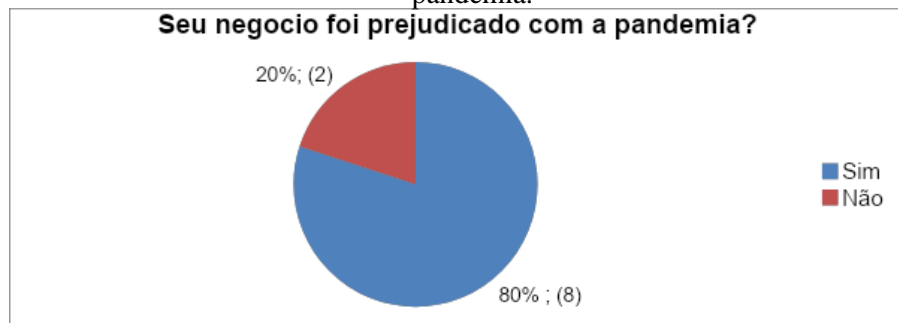
Quanto a opinião dos participantes sobre as medidas de contenção da pandemia de covid-19 adotadas pelo município de Barras –PI, a grande maioria sentiu-se insatisfeita com essas medidas (Fig. 6).

**Figura 6:** Satisfação dos participantes do estudo em relação às medidas implantadas para controlar a pandemia de COVID-19 no município de Barras – PI.



A maior parte dos negócios foi prejudicada com a pandemia de COVID 19 (80% -8), todavia houve negócios que não sofreram impactos (20% - 2) (Fig. 7).

**Figura 7:** Opinião dos participantes sobre se seu negocio foi prejudicado na pandemia.



Em relação às principais dificuldades enumeradas pelos participantes foram, foi possível constatar que dentre as maiores dificuldades sentidas pelos microempreendedores, a maior parte destaca desafios relacionados a “honrar suas contas” devido a terem que fechar suas portas, “adptar seus serviços a modalidade de venda online” e a “dificuldade de manter seus funcionários”, conforme o demonstrando no quadro 1.

**Quadro 1:** Principais dificuldades destacas pelos entrevistados.

---

Participante	Relato
Entrevistado 1	Nesse atual cenário de pandemia, poderia descrever quais as principais dificuldades que você enfrentou para manter seu negócio? Consegui manter as despesas, como alugueis , boletos , e meu quadro de funcionários por conta do auxilio. Por isso não sentir tanta dificuldade.
Entrevistado 2	Sentir dificuldade em vender meus produtos online, pois a maioria dos meus clientes não tinha acesso a esse tipo de venda. Produtos com prazo de validade próximo a vencer fez com que eu fizesse promoção, e tendo em partes prejuízo no produto que investir. Não tive dificuldades. Pelo contrario. Com a ajuda do governo federal, o auxílio, fez com que eu duplicasse minhas vendas ,e pude ate realizar o sonho de ter minha loja física, e estou conseguindo mantê-la.
Entrevistado 3	Mesmo com a loja fechada, consegui vender meus produtos online e delivery. Fiz um grupo nas redes sociais e postava todas as promoções da loja. Fazia entrega do produto com todo cuidado necessário. Minhas colaboradoras me ajudaram muito nesse período. Foi uma ajudando a outra. Consegui conciliar as dividas e despesas junto aos fornecedores e deu tudo certo.
Entrevistado 4	Tive reduzir o quadro de funcionário, salário colaboradores, renegociar dividas e despesa para conseguir manter meu negócio teve que optar pela venda online
Entrevistado 5	Sentir dificuldade em vender online pois como trabalhava com roupas, o cliente não poderia experimentar o produto, então muitos não queriam comprar. Horário e fluxo de clientes diminuiu também.
Entrevistado 6	Inicio de negocio, investimento em estoque que ficou parado por dias. Dificuldade em atender online, fluxo de clientes diminuíram, despesas de aluguel de 3 lojas e boletos em abertos. Estoque com data de vencimento próximo a vencer, pois dentro da loja de confecções vendo também produtos de maquiagem.
Entrevistado 7	Tivemos que optar pela venda online, funcionário tinha que ir diretamente à casa do cliente, revezamento de funcionários, estoque parado.
Entrevistado 8	Despesas, aluguel, renegociado, clientes diminuindo, não optei pela venda online porque eu tinha um bebe e senti receio em sair por conta dela passei a maior parte do tempo fechada.
Entrevistado 9	Negociação das dividas, redução de funcionários e estoque parado.
Entrevistado 10	

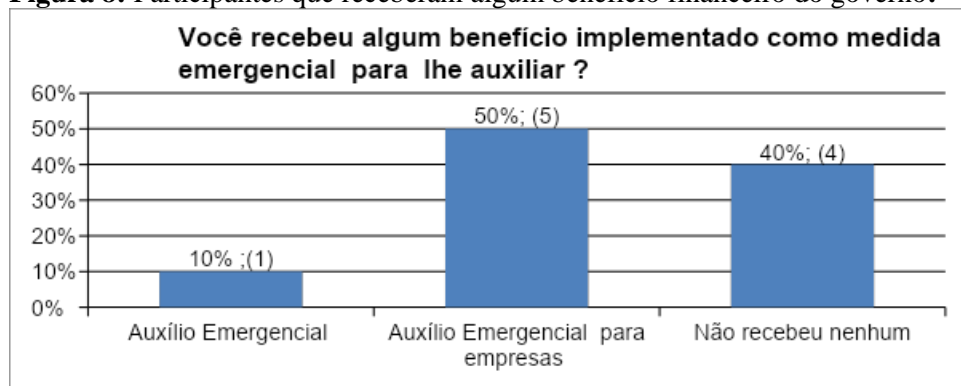
---

Na figura 8 é visto que a maior parte dos participantes foi contemplada com o recebimento do auxilio emergencial para empresas (50%-



5), apenas um recebeu o auxílio emergencial e uma boa parcela não conseguiu receber nenhum benefício (40% -4).

**Figura 8:** Participantes que receberam algum benefício financeiro do governo.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao termino do trabalho, notou-se que o estudo foi bastante satisfatório, contando a participação de alguns microempreendedores do setor de confecção do município de barras. Assim os participantes atuam há anos no setor, possuindo grande experiência na área, no funcionamento de seu negócio. Observou-se que metade dos participantes utiliza a renda do seu empreendimento para subsidia seu sustento e de sua família.

Constatou-se que os embora os participantes tivesse concordassem com a importância das medidas de isolamento social adotado pelo governo do município de Barras – PI, a grande maioria sentiu-se insatisfeita com essas medidas. Além de a maior parte ter se sentido prejudicado com a pandemia de COVID 19, todavia, encontraram-se ainda as principais dificuldades encontradas pelo setor de confecções no município de barras. Os comerciantes não conseguiram adaptar-se as modalidades de vendas *Delivery*.

Por fim, foi possível diagnosticar que a maioria dos participantes conseguiu receber algum tipo de auxílio do governo como forma de auxiliar a na situação atípica provocada pela pandemia. Durante a execução do projeto foram enfrentadas algumas dificuldades, quanto a aplicação dos questionários em razão do distanciamento social, todavia, se conseguiu aplicar de forma correta e respeitando essas medidas. Vale ressaltar que o presente estudo foi algo bem inicial, pois a pandemia de COVID- 19 ainda apresenta-se como algo bem recente e seus impactos econômicos e sociais precisam cada vez mais de atenção.

## REFERENCIAS

- BRASIL. **LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020**. 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm#:~:text=LEI%20N%2013.979%2C%20DE%206%20DE%20FEVEREIRO%20DE%202020&text=Dispõe%20sobre%20as%20medidas%20para,responsável%20pelo%20surto%20de%202019](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm#:~:text=LEI%20N%2013.979%2C%20DE%206%20DE%20FEVEREIRO%20DE%202020&text=Dispõe%20sobre%20as%20medidas%20para,responsável%20pelo%20surto%20de%202019). Acesso em: 19 dez. 2020.
- BRIDI, M. A. Teletrabalho em tempos de pandemia e condições objetivas que desafiam a classe trabalhadora. **in. A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia**. Editora Positiva: São Paulo, 2020.
- CRUZ, R. B. C. X. **Microempreendedor individual no município de João Pessoa-PB**. 2018. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/12013/1/RBCXC1110218.pdf> Acesso em: 19 dez. 2020.
- FARIA, B. S. et al. Perfil do microempreendedor individual: uma análise na cidade de Volta Redonda. **XII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense–Niterói/RJ**, 2015.
- FONTES, A. et al. Desempenho dos microempreendedores no Brasil. **Economia**, v. 12, n. 3, p. 635-665, 2011.
- FONTES, A. Microempreendimentos na região metropolitana do Rio de Janeiro: diagnóstico e políticas de apoio. **Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ**, 2003.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009
- GUIMARÃES JÚNIOR, D S et al. Efeitos da Pandemia do COVID-19 na Transformação Digital de Pequenos Negócios. **Revista de Engenharia e Pesquisa Aplicada**, v. 5, n. 4, p. 1-10, 2020.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION – ILO. **ILO Monitor: COVID-19 and the world of work**. Third edition. Updated estimates and analysis. Geneva: ILO, 2020.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND IMF. **World Economic Outlook, April 2020: The Great Lockdown**. 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020>. Acesso em: 06 jan. 2021.
- ISAAC, P. O MUNDO DO TRABALHO E A PANDEMIA DE COVID-19: UM OLHAR SOBRE O SETOR INFORMAL. **Caderno De Administração**, v. 28, n. Edição E, p. 66-70, 2020.
- LIMA, D. S. et al. Recommendations for emergency surgery during the COVID-19 pandemic. **CJMB**, v. 8, n. 1, p. 1-3, 2020.
- SCHMIDT, B. et al. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, 2020.
- SCHUCHMANN, A. Z. et al. Isolamento social vertical X Isolamento social

horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19/Vertical social isolation X Horizontal social isolation: health and social dilemmas in coping with the COVID-19 pandemic. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, p. 3556-3576, 2020.

SIFUENTES-RODRÍGUEZ, E.; PALACIOS-REYES, D. COVID-19: The outbreak caused by a new coronavirus. **Boletín Medico del Hospital Infantil de Mexico**, v. 77, n. 2, p. 47-53, 2020.

SILVEIRA, A. et al. Microempreendedor individual (mei): benefícios e desafios da legislação brasileira para a aplicação na prática da ação. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 2, n. 1, p. 117-137, 2017.

TRIVINOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. 16. reimp. **São Paulo: Atlas**, 2008.

## Capítulo 3

### **A RELEVÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA EFICAZ NO CONTEXTO MERCADOLÓGICO ATUAL NA CIDADE DE OEIRAS- PI**

Selma Maria da Silva

Bacharela em Administração

Cristiane Mendes Mauriz

Bacharela em Administração

Nivianne Lima dos Santos Araujo

Mestra em Contabilidade

#### **RESUMO**

Este trabalho aborda a importância da gestão financeira no mercado atual, tendo como objetivo geral compreender a importância deste tipo de gestão para o crescimento de uma empresa na atualidade e para tanto terá como objeto de pesquisa uma empresa da cidade de Oeiras, Piauí que será analisada à luz de suas três unidades em atividade, uma vez que juntas compõem um único escopo financeiro. As considerações de Bittencourt (2016), Mendes (2019), Rasoto (2012), Sá (2019), dentre outros, permitem considerar o crescimento ou não de uma empresa sem o conhecimento financeiro necessário para o seu gerenciamento. Para a construção das análises, fez-se uso da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo que teve como instrumento de coleta de dados o questionário. As contribuições deste estudo se fazem na medida em que possibilita um olhar com foco no labor diário que, à luz de discussões teóricas, permite compreender as potencialidades e barreiras oriundas do tipo de conhecimento que se tem a partir do aspecto financeiro.

**Palavras-Chaves:** Gestão Financeira. Mercado. Empresa

#### **1 INTRODUÇÃO**

Com o tema “Relevância da gestão financeira eficaz no contexto mercadológico atual” este trabalho traz como perspectiva de análise as alterações ocorridas no mercado em virtude de fatores como o avanço da

tecnologia, competitividade, inovações de rede, entre outros. A partir destas alterações, e com base nas acepções dos teóricos elencados se faz uma leitura dialógica sobre o papel do gestor neste mercado que muda constantemente. Estas reflexões são oriundas da seguinte questão problema: “Como uma empresa pode se manter atuante no mercado atual sem uma gestão financeira eficaz?”

A justificativa para a escolha deste tema está no fato de que é preciso compreender como as empresas vem se adequando às mudanças de mercado no aspecto financeiro, a partir da gestão de ações e para tanto, traz como objeto de estudo uma empresa com sede matriz na cidade de Oeiras, Piauí, que foi escolhida por ser segmentada em duas filiais, o que possibilita uma análise gerencial mais abrangente.

Traz como objetivo geral compreender a importância da gestão financeira para o crescimento de uma empresa na atualidade. De forma específica espera-se discutir os principais conceitos que norteiam a prática da gestão financeira empresarial; analisar o papel dos indicadores na tomada de decisão no que concerne à gestão financeira; perceber como a gestão financeira incide no desenvolvimento e rotina de uma empresa de médio porte.

Entre as principais funções da gestão financeira é possível citar: Integração das ações de obtenção, operação e controle dos recursos financeiros; determinação das necessidades dos recursos financeiros; planejamento e inventário dos recursos disponíveis; captação de recursos externos de forma eficiente (em relação aos custos, prazos, condições fiscais e demais condições); e aplicação e equilíbrio adequados na perspectiva da eficiência e rentabilidade. (BITTENCOURT 2016, p.08)

Compreendida dessa forma e sendo realizada de maneira adequada a gestão financeira possibilita a uma empresa mapear sua situação econômica, traçar estratégias eficaz para aumentar os rendimentos por meio da geração de lucros, visto a atividades operacionais partícipe do cálculo financeiro.

Tal gestão deve ter como princípio buscar prever riscos micro e macro que venham a afetar o rendimento empresarial tendo como parâmetro os investimentos, os financiamentos e os resultados.

Uma boa gestão é fundamental para a sobrevivência das empresas num mercado globalizado e cada vez mais competitivo. A saúde financeira das organizações depende do controle rigoroso de diversos fatores: custos de produção; volume comercializado; lucro ou prejuízo obtido nesse processo; condições relacionadas ao estudo de novos investimentos; custos de financiamentos e de capital de giro compatíveis com as atividades das empresas; destino coerente dos lucros. (RASOTO 2012, p.06)

Atrelar a sobrevivência de uma empresa a partir da boa gestão é um aspecto que não pode ser compreendido somente pelo lado teórico. Na prática isso significa ter ações a serem implementadas na rotina de trabalho, como por exemplo:

1- Organizar os registros e conferir se todos os documentos estão sendo devidamente controlados. 2- Acompanhar as contas a pagar e a receber, montando um fluxo de pagamentos e recebimentos. 3- Controlar o movimento de caixa e os controles bancários. 4- Classificar custos e despesas em fixos e variáveis. 5- Definir a retirada dos sócios. 6- Fazer previsão de vendas e fluxo de caixas. 7- Acompanhar a evolução do patrimônio da empresa, conhecer lucratividade e rentabilidade. (BITTENCOURT 2016, p.04-05)

Com base nas atividades citadas acima é possível perceber que ela altera a rotina de uma empresa na medida em que organiza as ações e integra os setores. Além disso, oferece uma segurança no controle das informações, uma vez que não é possível realizar tomada de decisão positiva se esta não for pautada na realidade dos dados da empresa.

O desenvolvimento do texto ocorre em três tópicos. O primeiro é referente a gestão financeira sob o olhar dos teóricos e busca fazer um levantamento dialógico com a literatura que aborda esta temática. No segundo, traz a governança corporativa na gestão financeira no que diz respeito à consolidação do conceito e implementação na empresa. O terceiro é o estudo de caso que busca analisar, por meio de gráficos os principais aspectos de gestão financeira presentes na rotina de uma empresa.

## **2 GESTÃO FINANCEIRA SOB O OLHAR DOS TEÓRICOS**

Compreender toda a abrangência da temática da gestão financeira requer uma análise do que tem sido compreendido pelos teóricos. Para tanto, é necessário apontar as principais acepções que hoje direcionam o estudo e trabalho sobre o mesmo.

O primeiro conceito é o de projeção de fluxo que consiste em:

(...) um demonstrativo de todas as entradas e saídas previstas para um determinado período, que possibilita avaliar a situação financeira da empresa e identificar se haverá saldo positivo ou negativo de recursos. (SANTOS E VEIGA 2014, p.18),

Esta avaliação se faz necessária para que não haja o risco de um lapso de valores e por consequência levar o caixa a um déficit. Soma-se a isto que o acompanhamento da projeção (que precisa ser elaborada com base em números reais) é essencial para decisões sobre onde investir, onde cortar gastos e onde manter sem alteração nos vários setores da empresa.

A respeito dos objetivos, assim é possível compreender:

O objetivo da administração financeira numa sociedade por ações é maximizar o valor corrente de cada ação existente. De uma forma mais geral, poder-se-ia dizer que a administração financeira objetiva maximizar o valor de mercado do capital dos proprietários, não importando o tipo de empresa (empresário, sociedade limitada, sociedade por ações, sociedade cooperativa, etc.). Assim, pode-se afirmar que a administração financeira deve ajudar a identificar bens e serviços que criam valor para a empresa, porque são desejados e valorizados no mercado. (ROSS, WESTERFIELD & JORDAN 1998, p.54)

Sobre o ciclo operacional chama-se a atenção para o fato de que:

Este abrange todo o período de movimentação da mercadoria ou da matéria-prima dentro da empresa até que o valor da venda seja recebido. Assim, envolve a compra da mercadoria, o período de estocagem e o ciclo de caixa, o que pode influenciar significativamente o resultado financeiro obtido pela empresa (BRAGA, NOSSA, & MARQUES, 2004, 31).

No tocante a relevância deste ciclo Santos *et al.* (2009, p.14) traz que “é um dos fatores determinantes para garantir a liquidez da empresa e sua necessidade de capital de giro”.

As falas de Braga, Nossa & Marques (2004), bem como de Santos (2009), referenciados acima, permitem compreender a extensão da gestão financeira dentro da empresa, uma vez que ela está intercalada entre os setores na medida que vislumbra os aspectos decisórios de cada um. Para melhor compreendê-la é necessário identificar duas subdivisões quando se pensa em execução do trabalho que são a tesouraria e a controladoria descritas no gráfico abaixo:

Quadro 1 – Funções da Administração Financeira

<b>Tesouraria</b>	<b>Controladoria</b>
Administração de caixa	Administração de custos e preços
Administração de crédito e cobrança	Auditoria interna
Administração de risco	Contabilidade
Administração de câmbio	Patrimônio
Decisão de financiamento	Planejamento tributário
Decisão de investimento	Relatórios gerenciais
Planejamento e controle financeiro	Desenvolvimento e acompanhamento de sistemas de informação financeira
Proteção de ativos	
Relações com acionistas e investidores	
Relações com Bancos	

Fonte: Lemes Junior; Rigo; Cherobim (2005, p.5)

Quando se observa estes fatores dentro do contexto de concorrência atual tão marcado pelas propagandas, usos das tecnologias da informação e melhor conhecimento da área de atuação de cada uma, é possível perceber que as empresas ainda precisam se adequar ao novo.

Suas práticas precisam ser repensadas no que diz respeito à implementação de estratégias logísticas que aumentem o fluxo de caixa e parte desta estratégia também tem um fator que nem sempre é considerado: a satisfação do cliente. Quando se fala em fluxo financeiro, não é apenas uma constituição de saberes, é uma prática que precisa ser vista à luz daqueles que irão consumir os produtos ofertados.

Saber o gosto dos clientes, identificar suas necessidades e atendê-las, tratá-lo bem criando com o mesmo um vínculo de confiança são estratégias fundamentais para a constante aquisição dos produtos e consequentemente aumento da renda financeira.

### **3 A GOVERNANÇA CORPORATIVA NA GESTÃO FINANCEIRA**

O mercado financeiro atual vem exigindo das empresas a capacidade de uso de métricas com o intuito de obter rentabilidade. Estas métricas partem da consolidação do conceito de governança corporativa que pode ser entendida como:

Um sistema no qual exige uma consolidação do gerenciamento da empresa com os interesses dos investidores fazendo com que a gerência aconteça para produzir os resultados esperados pelos acionistas e para afastar aqueles que não tem os mesmos interesses. (DESCONSI 2017, p.06)



Uma das justificativas para a implementação desta governança é o fato de que a bolsa de valores ao influenciar o aumento das operações faz com que as empresas exerçam a competição entre si em busca de maiores aportes financeiros que viabilizem o avanço nos negócios e desta forma a governança corporativa se manifesta como um conjunto de práticas que demonstra a integridade administrativa da empresa como esclarece a Instrução Nº 308 da Comissão de Valores Monetários (CVM):

Um conjunto de práticas que tem por finalidade organizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital. A análise das práticas de Governança corporativa aplicada ao mercado de capitais envolve principalmente: transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas. (INSTRUÇÃO nº 308, 1999)

No que tange ao objeto de pesquisa deste trabalho que é uma empresa de médio porte a governança corporativa é importante pelo fato de que embora não haja acionistas, a gestão da empresa utiliza este modelo para articular com sua equipe estratégias de crescimento. Esta prática se realiza na medida em que a empresa adota a integração entre funcionários, administração, auditoria e conselho fiscal.

Além disso, possui um modelo de gestão que segue o parâmetro desta governança no que diz respeito à ética como base para o avanço do fluxo financeiro como afirma PREVADELLO, GRABNER, SILVA (2005, p.10):

Ter uma boa administração facilita o estabelecimento de ações sociais. A Governança Corporativa veio com o intuito de aliar boas práticas administrativas com conceitos cada vez mais consistentes de condução ética, equidade de tratamento de todos os envolvidos.

É neste ponto que se faz a importância desta prática uma vez que seus pilares são a transparência, prestação de contas e equidade que no cenário atual é indispensável para a sobrevivência, crescimento e estabilização de uma empresa.

Todo o cenário apresentado até aqui é importante para que seja possível compreender a importância da gestão financeira na atualidade em uma sociedade comercial que muda todos os dias, que tem acesso a informação em quantidade considerável. Uma sociedade comercial que a cada dia se inventa e se reinventa e neste contexto a gestão financeira é decisiva para o bom desempenho empresarial.

## 4-PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a construção deste trabalho optou-se pela pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo na abordagem quantitativa devido ao seu caráter objetivo; a possibilidade de testar as teorias apresentadas durante a pesquisa bibliográfica; por permitir a mensuração dos dados por meio da análise estatística; estabelecimento de relações, de causa e de consequência; por utilizar instrumento específico: o questionário.

Dessa forma o trabalho iniciou com a pesquisa bibliográfica por meio da revisão de literatura em que se buscou fazer levantamento sobre os principais conceitos que poderiam nortear as discussões, principalmente no que diz respeito a construção de sentido da prática de gestão financeira, a importância dos indicadores na tomada de decisão e a percepção desta nos ambientes empresariais.

Em seguida, têm-se a elaboração dos instrumentos de coleta compreendendo estes a partir da tríade: coleta, levantamento e tratamento das informações com o intuito de analisar a rotina financeira da empresa que será o objeto de estudo deste trabalho e para tanto seguiu os seguintes passos: identificação do público que participaria do estudo; elaboração do instrumento de coleta, que no caso deste trabalho optou-se pelo questionário; a programação de aplicação da coleta sendo que em virtude da necessidade de distanciamento social imposto pelo regime de pandemia o questionário aplicado seguiu o formato virtual através do *google forms* e por fim tem-se o momento de sistematização dos dados, análise e discussão dos resultados.

## 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Até o momento, discutiu-se a importância de se conhecer os principais conceitos inerentes à gestão financeira e o uso otimizado dos recursos para que assim, seja possível o alcance das metas traçadas. É chegado o momento de observar como este discursos se manifesta na prática. A partir de agora, será feita a análise dos questionários aplicados a três lojas que pertence ao mesmo grupo empresarial que tem sede na cidade de Oeiras.

O objetivo é perceber como a gestão financeira incide no desenvolvimento e rotina de uma empresa e para ser alcançado, utilizou-se como instrumento o questionário composto por 08 (oito) perguntas de caráter fechado e que foi dividido em duas partes em que a primeira busca caracterizar os sujeitos da pesquisa e a segunda conhecer a forma de gestão da empresa no que se refere ao aspecto financeiro. Dessa forma, a empresa que

tem mais de 15 (quinze) anos de funcionamento, possui uma matriz e duas filiais conforme tabela abaixo:

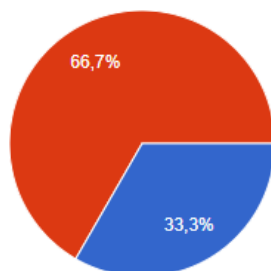
**TABELA 1- Localização da Empresa**

<b>Empresa 1</b>	<b>Oeiras</b>
<b>Empresa 2</b>	<b>Simplicio Mendes</b>
<b>Empresa 3</b>	<b>Picos</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa realizada

Em todas elas o questionário foi respondido pelo gerente, por considerar que na estrutura administrativa financeira, é ele quem detém as informações e faz o acompanhamento da rotina da empresa. O questionário chegou a cada um pelo celular, através do whatsapp obedecendo as normas de segurança orientadas pela Organização Mundial de Saúde – OMS, em virtude do estado pandemia causado pela Covid-19. As três empresas, embora pertençam ao mesmo grupo, atuam sobre CNPJ específico e por esta razão são classificadas de formas diferentes. Tem-se com o percentual de 66,7% as 02(duas) classificadas como micro empresa e com 33,3% o correspondente à empresa de pequena porte. Como já mencionado anteriormente, o que difere uma da outra é o seu faturamento. Aquela com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 é classificada como micro empresa. Já a que tem sua receita superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 são as de pequeno porte.

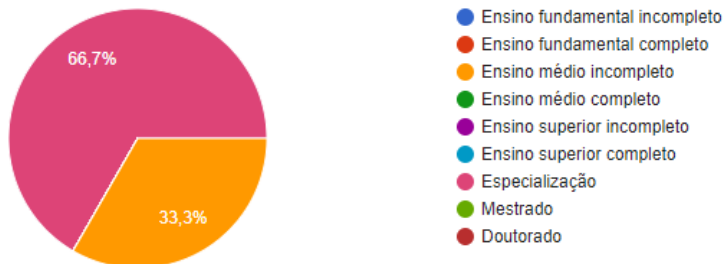
Gráfico 1- Classificação da empresa



Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa realizada

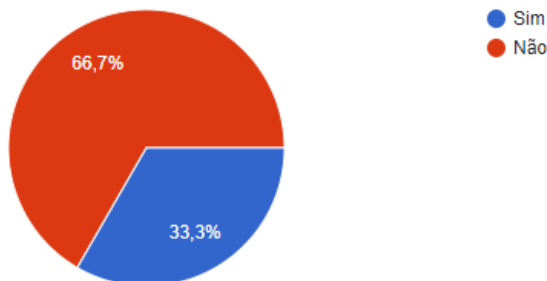
Com idade entre 30 e 54 anos, os sujeitos da pesquisa são 02 (dois) do sexo masculino e 01 (um) do sexo feminino, com nível de escolaridade entre ensino médio incompleto e especialização, sendo que destes com especialização, 01 (um) é especialista na área administrativa, conforme gráficos abaixo:

Gráfico 2- Nível de escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa realizada

Gráfico 3- Gestor financeiro com especialização na área



Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa realizada

Independente da formação, todos os entrevistados ocupam o cargo de gerentes respondendo diretamente pela gestão de finanças, possuindo um número de funcionários acima de 20 (vinte) em cada uma das lojas.

A partir de então, buscou-se saber quais das empresas realizam o controle de venda, uma vez que ele impede gastos de desnecessários e equilibra a vida financeira do negócio.

Uma empresa que não tem um bom controle sobre os seus processos de vendas corre o risco de instabilidade financeira. São, afinal, muitas etapas em

que pequenos erros podem iniciar um efeito bola de neve. Situações estas que não costumam ser percebidas à primeira vista. Consequentemente, os produtos oferecidos acabam perdendo qualidade, os gastos aumentam e a gestão de estoque torna-se ineficaz. Apenas quando o dano causado por estas falhas já chegou a um momento difícil de reparar é que os gestores tomam conhecimento do problema. Quase sempre é tarde demais! (MENDES, 2019, p. 04)

Todas as empresas observadas realizam controle de vendas por meio de dados absolutos e também segmentados. Esta ação é importante porque melhora o planejamento financeiro na medida em que controla o andamento das etapas processuais. Permite ainda que seja identificado eventuais gastos desnecessários, como também a realização de um planejamento mais seguro para aquisição de produtos essenciais.

Como instrumento para a realização deste controle, os gerentes informaram que fazem uso de planilhas e relatórios para fazerem a coleta dos dados necessários como compra, estoque, precificação, analisando desde o orçamento até a finalização da venda.

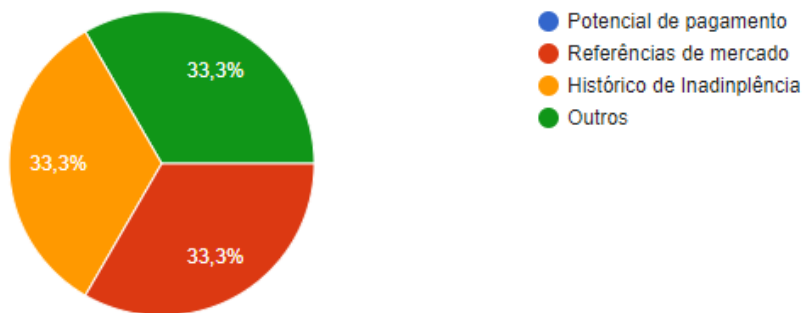
É este controle, que permite à empresa oferecer ou não limite de crédito. No caso das três lojas este limite é oferecido e assim ocorre com regularidade sendo realizado por meio de análise das possibilidades financeiras, pois embora compreendam as potencialidades deste limite, também tem ciência da importância de considerar o risco máximo que é possível correr.

O problema que se coloca é que, se por um lado, caso a empresa seja muito liberal no estabelecimento deste limite, suas exposições aos insucessos do cliente aumentam, por outro, se for muito restritiva, pode estar limitando desnecessariamente suas vendas e, por conseguinte, seus lucros. O bom cliente merece ter um limite de crédito que, não apenas não o impeça de trabalhar, como também não crie obstáculos ao crescimento de suas relações comerciais com o fornecedor. (SÁ, 2019, p.03)

De acordo com os gerentes, o estudo realizado para identificar o que é possível ofertar a cada cliente leva em consideração vários fatores como o valor do financiamento, a forma do financiamento, o monitoramento dos recebíveis e por fim a estrutura de cobrança. Todas estas ações tem como objetivo aumentar os valores patrimoniais da empresa e por esta razão passa por um minucioso planejamento de modo a evitar perca financeira. Neste sentido, urge compreender quais as bases utilizadas para o estabelecimento do

limite de crédito pelas lojas que compõem a empresa estudada.

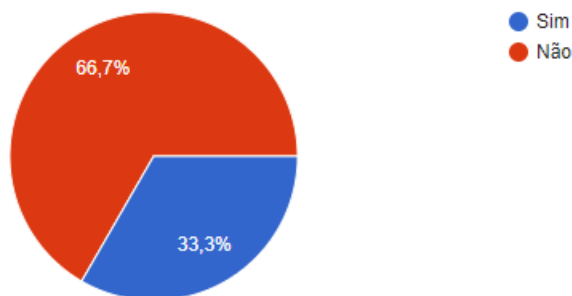
Gráfico 4- Base para o estabelecimento do limite de crédito



Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa realizada

Assim, tem-se que o potencial de pagamento, as referências de mercado e o histórico de inadimplência são as bases de análise utilizadas. Vale ressaltar que elas receberam o mesmo percentual de resposta e considerando que para ofertar limite de crédito ao cliente é imprescindível ter conhecimento da necessidade de capital de giro. Sobre tal tema, 66,6% informaram não terem esse conhecimento, ao passo que 33,3% informou que o tem. Estes dados estão representados no gráfico abaixo.

Gráfico 5- Conhecimento da necessidade de capital de giro



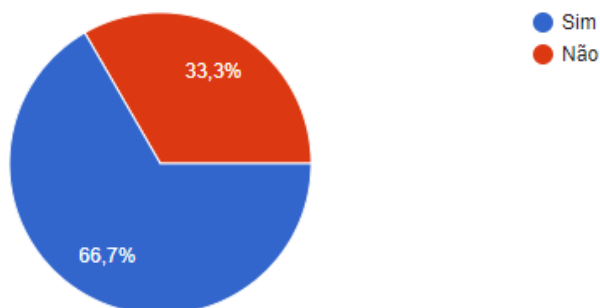
Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa realizada

Conhecer o capital de giro é importante porque é este conhecimento que permite a análise sustentável da empresa, bem como ajuda a garantir o desenvolvimento interno, por meio do aumento no volume de negócios, uma

vez que a reserva financeira que a empresa consegue administrar pode financiar continuidade de operações, inclusive quando nenhuma venda ocorrer.

Tão importante quanto conhecer o capital de giro é saber a capacidade de pagamento ou liquidez que a empresa possui porque a partir daí é possível por exemplo, avaliar o riscos ao conceder crédito, bem como realizar investimentos com segurança. No caso da empresa, objeto de estudo, um dos gerentes afirmou não conhecer a capacidade de pagamento como consta abaixo:

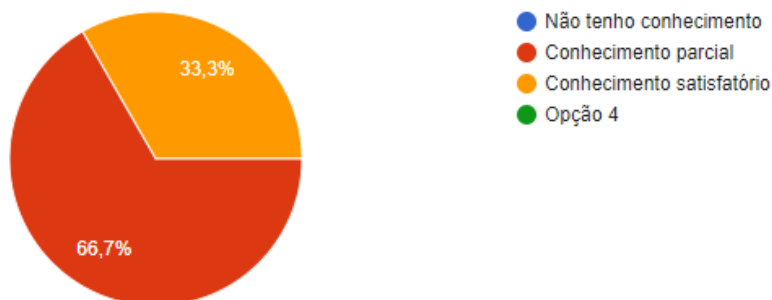
Gráfico 6- Conhecimento sobre a capacidade de pagamento



Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa realizada

Esta falta de conhecimento pode gerar problemas para a empresa no que diz respeito às decisões de investimento e financiamento, bem como na prática de atividades cotidianas como prazos de vencimento entre a saída e entrada de produtos, cálculo de necessidades de estoque ou mesmo na qualidade dos ativos circulantes. Outro conhecimento necessário é o que se refere à projeção de fluxo em que foi percebido que 33,3% detém um conhecimento satisfatório sobre o assunto, enquanto que 66,7 detém conhecimento parcial.

Gráfico 7- Nível de conhecimento em relação a projeção de fluxo



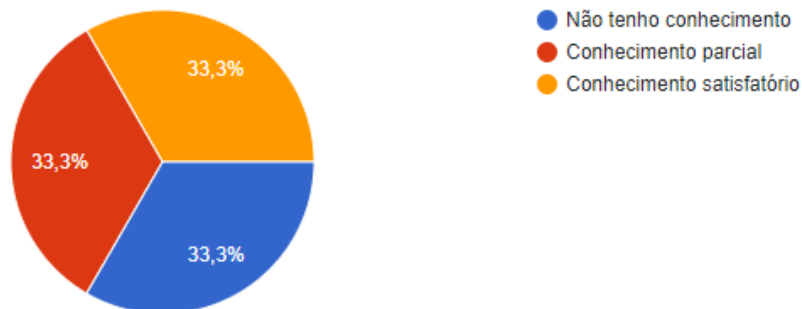
Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa realizada

Compreender como se dá a projeção de fluxo é importante porque permite dimensionar os recebimentos e o controle de despesas para que a partir daí possa projetar o crescimento da empresa a longo prazo por que terá insumos para reconhecer o potencial de desenvolvimntno de cada setor da empresa.

Isso só é possível porque a projeção de fluxo facilita a compreensão da vida da empresa como nas atividades operacionais ocorridas nas ações diárias da empresa; nas atividades de investimento com a compra de bens e investimentos financeiros e nas atividades de financiamento pelo pagamento de juros e também amortização de empréstimos.

Sobre caixa operacional o nível de conhecimento vai do “não ter conhecimento” ao “conhecimento satisfatório”. Veja o gráfico:

Gráfico 8- Nível de conhecimento sobre caixa operacional



Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa realizada



Este tipo de operação faz uso das movimentações da empresa e é importante porque permite ao gestor perceber seus resultados a partir do fluxo gerado tanto pelas receitas como pelas despesas em um período de tempo determinado, medindo assim o desempenho da empresa. Ele é importante porque informa os valores que a empresa está gerando.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho é possível afirmar que compreender o que é gestão financeira é partir do pressuposto que gerir é um processo que tem seu trabalho pautado na manutenção das atividades a partir do uso otimizado dos recursos financeiros objetivando atingir as metas traçadas, seja de produção, seja de projeção, seja de fluxo por meio da estabilidade naquilo que diz respeito à manutenção do ciclo produtivo assegurando a capacidade de crescimento é uma necessidade para todos aqueles que geram uma empresa.

Como pretensão, buscava-se responder ao seguinte questionamento: “Como uma empresa pode se manter atuante no mercado atual sem uma gestão financeira eficaz?” Por meio das discussões que foram realizadas é possível afirmar que ela até consegue manter-se por algum tempo, no entanto chegará o momento que a fragilidade deste conhecimento afetará o andamento gerencial da empresa levando-a a uma possível falência.

Este estudo traz como contribuição uma análise que considera as postulações teóricas e as analisa a partir do objeto de estudo o que permite perceber o tema em sua construção prática. Contudo, pode ser pertinente para futuras pesquisas um olhar que considere a posição de uma amostra maior de sujeitos.

## REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Marieli. **Gestão Financeira**. Artigo. 11p. Rio Grande do Sul. 2016
- BRAGA, R., NOSSA, V., & MARQUES, J. Uma proposta para a análise integrada da liquidez e rentabilidade das empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, p51-64. 2004
- CVM. **Instrução nº 308**, de 14 de mai de 1999. Disponível em <http://www.ibgc.org.br>. Acesso em 13 out 2006
- DESCONSI, Tiago. **Governança corporativa**: uma nova perspectiva na gestão empresarial. Artigo Científico. 19p. Santa Maria. Universidade Estadual de Santa Maria. 2017
- LEMES JUNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Claudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula

- Mussi Szabo. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 5ª tiragem.
- MENDES, Sotero. 2019. **Importância do controle financeiro para as empresas**. Disponível em <https://www.egestor.com.br>. Acesso em 15/01/2021
- PREVADELLO, M.; GRABNER, S.; SILVA, T.; **A importância do balanço social para a implantação das políticas de governança corporativa**. Disponível em <https://repositorio.ufsm.br>. Acesso em 06 dez 2020
- RASOTO, Armando *et al.* **Gestão Financeira: enfoque em Inovação**. Curitiba: Aymarã Educação, 2012.
- ROOS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. **Princípios de Administração financeira**. Trad. Antonio Zorrato Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1998.
- SÁ, Carlos Alexandre. **O Limite de Crédito**. Artigo. 2019. Disponível em <http://carlosalexandresa.com.br/artigos>. Acesso em 13/01/2021
- SANTOS, F. de A., & VEIGA, W. E. **Contabilidade: com ênfase em micro, pequenas e médias empresas**. 3 ed. Atlas: São Paulo, 2014
- Santos, L. M. D. *et al.* **Gestão financeira de curto prazo: Características, instrumentos e práticas adotadas por micro e pequenas empresas**. **Revista de Administração da Unimep**, 70-92p. 2009

## Capítulo 4

### DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAL, NA CIDADE DE SIMÕES PIAUÍ NOS ÚLTIMOS 10 ANOS <sup>1</sup>

Fernando Emanuel de Carvalho Fernandes  
Bacharel em Administração

Vanderlânja Maria de Carvalho  
Bacharela em Administração

Nivianne Lima dos Santos Araujo  
Mestra em Contabilidade

#### RESUMO

Este trabalho propõe-se investigar o desenvolvimento e crescimento do MEI (Microempreendedor Individual) na cidade de Simões, nos últimos dez anos, bem como os meios e setores que os influenciaram discutindo os aspectos teóricos e pertinentes à economia. Além disso, busca-se, especificamente, discutir e traçar um perfil do MEI e quais os setores fomentaram os aspectos em questão. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório com estudo de fontes para melhor compreensão de dados que tiveram maior crescimento tendo por base teórica os principais estudiosos consultados: Chiavenato (2014), Oliveira(2009) e Pereira(2008). E para melhor compreensão fez-se necessário o levantamento de dados nas seguintes fontes: IBGE e PORTAL DO EMPREENDEDOR. O resultado da análise mostra que, embora, a cidade Simões - PI tenha obtido um crescimento de 300% no PIB (PRODUTO INTERNO BRUTO), o que motivou a formalização do MEI foi a oportunidade do município cumprir a Lei nº 12.816, DE 5 DE JUNHO DE 2013 da obrigatoriedade da formalização do transporte escolar. Espera-se que o presente estudo ajude os futuros empreendedores a nortear o setor que devem investir tendo motivação para aprofundar o estudo nesta área de pesquisa.

**Palavras-chave:** Microempreendedor Individual. Desenvolvimento e Crescimento.

#### 1 INTRODUÇÃO

O cenário social, político e econômico vivido no País e o crescimento econômico do município de Simões-PI, tem impactado todos os setores, com

um aumento significativo de 305,63% do PIB<sup>1</sup> (PRODUTO INTERNO BRUTO) (2019), nos últimos anos sendo necessário um estudo aprofundado em quais Setores as MEI (MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL) tiveram maior crescimento e influencia. Administrar não é só atribuir tarefas às pessoas, para CHIAVENATO (2014, p.11), “a administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos organizacionais”. Isso vai além, tem que haver planejamento, organização e controle para uma competitividade qualificada.

As MEI surgem a partir do desejo de abrir seu próprio negócio. Com o objetivo de crescer, gerar renda e emprego. As Micros ofertam esperança à milhares de pessoas, que desejam transformar o sonho de uma renda em realidade, levando assim a se ter uma cidade com empreendedores.

Segundo Saraiva (2020):

[...]o empreendedorismo é o processo de criação e/ou expansão de negócios que são inovadores ou que nascem a partir de oportunidades identificadas”. Os empreendedores possuem uma forma diferente de vislumbrar o mercado e esta nova forma de pensar lhes abre um leque de oportunidades. (SARAIVA, Piedley Macedo, 2020, p. 5).

No mundo competitivo e cheio de mudanças tecnológicas surgem novos empreendedores com ideias inovadoras. Nesse sentido, cabe analisar a importância do setor público e a contribuição dos parques eólicos para o desenvolvimento e crescimento nos últimos 10 anos na economia e surgimento das MEI na cidade de Simões-PI, Com o intuito de contribuir para um levantamento futuro de pesquisadores, profissionais da área, em torno da temática levantada.

Considerando o estudo do desenvolvimento e crescimento das MEIs na cidade de Simões-PI, e a partir desse pressuposto da relação existente entre os vários aspectos já citados, faz-se necessário uma análise profunda dos estudos.

Diante dessa preliminar contextualização, elaborou-se o seguinte problema central: Qual o perfil das MEIs, e o que os impulsionaram para o crescimento dos últimos 10 anos na economia de Simões-Piauí. Em seguida, as questões norteadoras: Qual setor teve o maior crescimento na Cidade de Simões? A chegada dos Parques eólicos contribuíram para este desenvolvimento?

---

<sup>1</sup> <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/12/13/piaui-tem-dois-municipios-entre-os-tres-dos-pais-com-maior-crescimento-do-pib.ghtml>

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral investigar o desenvolvimento e crescimentos das MEI (Microempreendedor Individual) na cidade de Simões, nos últimos 10 anos, assim como os meios e setores que influenciaram e ao mesmo tempo se desenvolveram. Em se tratando dos objetivos específicos, pretende-se discutir os aspectos teóricos e pertinente a economia, desenvolvimento e crescimento; Analisar as MEI que tiveram maior crescimento nos últimos 10 anos na cidade de Simões Piauí e traçar um perfil das MEI e quais os setores influenciaram para o crescimento e desenvolvimento das mesmas. E assim evidencia-se a importância das MEI como empreendimentos que geram renda e emprego.

É uma pesquisa quantitativa, de cunho exploratório, em que o estudo de conceitos baseados em materiais já elaborados procurará o aprofundamento da temática, entre eles estão os livros, capítulos e artigos acadêmicos. Neste estudo serão consultados autores para contribuir com a temática da pesquisa, tais como: Chiavenato (2014), Conceição(2014) e Pereira(2008), dentre outros.

A abordagem busca responder a problemática em torno desenvolvimento e crescimento das MEI na cidade de Simões, assim como responder a problemática em torno do perfil Empresarial das MEI, e os setores que influenciaram positivamente para a criação das mesmas. Como compreensão dos conceito de Economia, Empreendedorismo, Políticas Públicas e MEI, assim como as ações para o desenvolvimento e crescimento de uma MEI.

O estudo de fonte como sites se fez necessário para melhor compreensão na qual através do levantamento de dados das MEI que tiveram maior crescimento e o que levou a esse desenvolvimento, será essencial para a pesquisa. Dessa forma por buscar mais compreensão se fez necessário pesquisar em sites de dados como IBGE e PORTAL DO EMPREEDADOR a fim de proporcionar um esclarecimento maior e oportunizar melhor desempenho profissional na área administrativa.

O presente trabalho desenvolve-se da seguinte forma: o primeiro capítulo traz os conceitos de Desenvolvimento e Crescimento Econômico, fazendo uma reflexão da Economia, Administração, e aprofundamento de que é Empreendedorismo, Empresas, focando nos conceitos e funções MEI (Microempreendedor Individual) e Políticas Públicas. No segundo capítulo, apresenta-se a análise da pesquisa na fonte um levantamento de dados em sites como principal, o Portal do Empreendedor, na qual disponibiliza informações a respeito dos registros de empresários como Microempreendedor Individual. Assim como os resultado encontrados.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO**

O referencial teórico deste trabalho trata do desenvolvimento e crescimento econômico, do comportamento empreendedor, do empreendedorismo assim como da figura do Microempreendedor Individual, definição e as Políticas Públicas.

### **2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Muito se fala hoje nos noticiários sobre crise nos países, isso significa que algo não vai bem. Para que um País se torne desenvolvido leva em conta vários fatores. Um deles é o desenvolvimento econômico.

A princípio pode-se observar que o desenvolvimento econômico está ligado às necessidades básicas de cada pessoa, seja na área da saúde, educação, tendo como enfoque o social humano, com intuito do melhoramento da qualidade de vida do ser humano.

[...]desenvolvimento, não se deve levar em consideração apenas o aspecto econômico, pois este é incapaz de mensurar a qualidade de vida e o bem-estar de uma sociedade. Dessa forma, o desenvolvimento passa a ter uma característica multidimensional que não se limita ao aspecto econômico, uma vez que incorpora outras dimensões relacionadas a melhorias na área da educação, saúde, saneamento básico, habitação e qualidade ambiental (SILVA, 2020, p. 32).

O desenvolvimento econômico é decorrente do desejo de cada indivíduo, para que tenha bem-estar, a sua felicidade é algo pessoal. Parte do pessoal e implica no seu país uma mudança estrutural e ao mesmo tempo cultural que o leva para o institucional.

A definição de desenvolvimento econômico e bastante ampla ou seja não existe uma definição única. De acordo com Souza (2005, p. 5):

Não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. No primeiro grupo, enquadram-se os modelos de crescimento de tradição neoclássica, como os de Meade e Solow, e os

de inspiração mais keynesiana, como os de Harrod, Domar e Kaldor. Na segunda corrente, economistas como Lewis (1969), Hirschman (1974), Myrdal (1968) e Nurkse (1957), embora com raízes ortodoxas, realizaram análises e elaboraram modelos mais próximos da realidade das economias subdesenvolvidas. Para os economistas que associam crescimento com desenvolvimento, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, embora apresente recursos ociosos, como terra e mão de obra. Ele não utiliza integralmente os fatores de produção de que dispõe e, portanto, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades. (SOUZA, 2005, p. 5):

O desenvolvimento econômico teve como influência várias correntes nas quais algumas tinham a ideia de o desenvolvimento e crescimento correlacionavam-se, onde era essencial a comparação entre os dois para se ter uma economia como bons frutos. Algumas correntes tentam fazer esta definição:

Antes de tentarmos definir desenvolvimento econômico, veja você que, para Antônio Houaiss (2001, p. 989), o termo desenvolvimento significa, “[...] aumento da capacidade ou das possibilidades de algo; crescimento progresso, adiantamento”, e os termos desenvolvimento sustentável caracterizam o “[...] desenvolvimento econômico planejado com base na utilização de recursos e na implantação de atividades industriais, de forma a não esgotar ou degradar os recursos naturais”. (MENDES, 2015, p.141)

A busca por satisfação do bem-estar do ser humano e das próximas gerações é o que pode ser chamado de desenvolvimento sustentável, a busca por garantir um futuro melhor seja na parte social, econômica, cultural e humana. Sempre preservando os recursos naturais da terra, mas para isso ele requer um planejamento pois se sabe que os recursos são finitos

Lembrando que ele sempre tem um objetivo político, no qual a sociedade moderna cobra por isso, ele leva em conta quatro grandes objetivos: segurança, liberdade, justiça social e a proteção ambiental.

O Desenvolvimento econômico requer uma sociedade capitalista, com trabalhadores e empresários que visem lucro, salário, acumulação do capital e um sistema econômico viável.

De acordo com Amaral (2020):

[...] o desenvolvimento econômico aparece como um fenômeno de aumento de produtividade do fator trabalho e como um processo de adaptação das estruturas sociais às possibilidades abertas ao homem. Para isso, as duas dimensões do desenvolvimento (econômica e cultural) devem ser captadas em conjunto. Essa inter-relação provoca o aumento de oferta de bens e serviços, ou seja, acumulação de capital, mas também corresponde a um conjunto de respostas a um projeto de autotransformação de uma coletividade humana. (Amaral, 2020, p. 3)

Crescimento econômico é contínuo e a longo prazo, tendo como causa principal uma mudança no comportamento individual e social. De acordo com Pereira (2008, p.4) desenvolvimento econômico tem que ter quatro objetivos políticos no qual deve ser acompanhado pelo mesmo:

[...]desenvolvimento econômico’, deva ser acompanhado pela consecução de outros objetivos políticos: pelo ‘desenvolvimento social’ ou por uma distribuição de renda menos desigual e portanto mais justa do produto social; pelo ‘desenvolvimento político’ ou por mais liberdade política, por mais democracia; e pelo ‘desenvolvimento sustentável ou proteção mais efetiva do ambiente natural. (PEREIRA, 2008, p.4)

Sempre visa o aumento da renda e dos padrões de qualidade de vida, muitos fatores são encadeados quando há desenvolvimento econômico desejável, acumulação de capital, processos técnicos e com isto faz com que empresários se estimulem a investir e optar por inovações.

## **2.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO**

O crescimento econômico é calculado pelo PIB (Produto Interno Bruto) e depende muito dos fatores como educação, tecnologia e acumulação de capital, seja ela em máquinas ou em produtividade. Em resumo é apenas o aumento da renda per capita (por pessoa).

Alguns fatores fazem com que haja um crescimento como a força do trabalho, enfoque de capital, a melhoria da qualidade da mão de obra, tecnologia avançada e uma organização eficiente. O crescimento econômico é calculado pelos marcadores de quantidade de país, município ou região, na qual crescem em determinado período através do produto interno bruto ou seja é a soma de todos os bens e serviços produzidos durante um período naquela região.

Crescimento implica em saber quais as razões que tornam uma



sociedade mais produtiva. Segundo Angus Maddison, haveria quatro razões básicas: (i) o progresso tecnológico; (ii) os investimentos em capital humano; (iii) os investimentos em capital físico e; (iv) a eficiência na organização econômica que se traduz na estrutura de incentivos que induzem os indivíduos a inovar e acumular. (Maddison apud Avelar, 2013, p 3)

Para que haja um desenvolvimento ou progresso de uma cidade, o crescimento econômico não pode andar isoladamente, a economia não cresce só por consumo tem que haver investimento, emprego, produtividade ao longo prazo, e a desigualdade de renda.

### **2.3 DESENVOLVIMENTO X CRESCIMENTO**

O crescimento econômico é medido pelo Produto Interno Bruto (PIB-PRODUTO INTERNO BRUTO).

O desenvolvimento é medido pelo Índice Desenvolvimento Humano (IDH), na qual é medido por três variáveis: renda, saúde e educação.

Pode-se notar que o IDH é mais complexo que PIB (PRODUTO INTERNO BRUTO), mas ele não é perfeito, pois não leva em conta a democracia, qualidade de vida, bem-estar das pessoas e preservação ambiental.

O crescimento e desenvolvimento econômico não são sinônimos, mas se combinam.

Crescimento é o aumento contínuo da riqueza de um país ao longo do tempo, interfere na renda per capita. O mesmo diz respeito ao produto agregado de um país e se manifesta levando em conta três fatores: Terra, Capital e Trabalho, sempre ao curto e longo prazo.

A curto prazo cita-se o incentivo, o aumento de consumo da família, através de crédito e gasto do governo.

A longo prazo como algo mais duradouro por exemplo: crescimento populacional, aumento vital do trabalho e acumulação de riqueza levando a taxa da população necessária para financiar novos investimentos como progressão tecnológica ou seja as transformações no processo técnico de produção para aumentar a produtividade no trabalho.

Desenvolvimento além do aumento na qualidade de bens e serviços produzidos por uma economia, implica em mudanças de características qualitativa, na qualidade de vida com indicadores:

- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH);
- Índice de Pobreza Humana (IPH);
- Gini, desigualdade social através da renda.

Como dimensão vida longa e saudável, expectativa de vida ao nascer, acesso ao conhecimento, anos estudados e anos esperados de escolarização, padrão de vida decente e desigualdade social através da renda.

## **2.4 ECONOMIA**

Quando se fala em crise econômica está se referindo a algo de algum país que não vai bem, mas pode-se perguntar: o que é economia?

Etimologicamente, a palavra “economia” vem dos termos gregos oikós (casa) e nomos (norma, lei). Pode ser compreendida como “administração da casa”, algo bastante comum na vida das pessoas. Portanto, é interessante essa aproximação do mundo da casa com o mundo da economia. (Mendes,2015, p.16)

Economia é voltado como conceito para administrar algum recurso no âmbito pessoal, familiar, empresarial, cidade e país, e tem como principal objetivo a produção de bens e serviços, assim como fazer a distribuição dos mesmos para ser consumidos por a sociedade. Leva sempre em conta os bens de consumo e as necessidades dos recursos. Para que funcione bem a economia, tem que se ter elementos no processo de produção como recurso, habilidades e fatores. Bem como ter uma variedade de bens que satisfaça a necessidade humana.

A necessidade humana envolve a sensação da falta de alguma coisa unida ao desejo de satisfazê-la. Acreditamos que todas as pessoas sentem necessidade de adquirir alguma coisa, sentem desejo tanto por alimentos, água e ar, quanto por bens de consumo como sapatos, sabonete, televisão, computador, geladeira etc. (Mendes,2015, p.17)

É preciso que o mercado e empresas estejam preparados para produção, assim se ter eficiência e qualidade na economia. Com uma distribuição e renda para satisfazer a necessidade da sociedade.

A economia é entendida como a maneira em que a sociedade administra seus recursos, tendo em vista o que é consumido e o que é produzido. De acordo com MENDES (2015, p.21) “[...]função de estabelecer o quanto e

como produzir é atribuição do mercado, ou seja, as decisões do planejador central são substituídas pelas decisões de milhares de pessoas e empresas [...]” As funções e metas tem que ser planejadas, para que não haja falhas. Caso ocorra falhas é preciso a intervenção do governo.

Mas não é só o governo que faz economia e os agentes econômicos: empresa, família e o governo são eles que fazem o sistema econômico funcionar.

As empresas, sempre conseguem mais lucro em seu investimento. As famílias buscam qualidade de vida correndo sempre atrás para suprir suas necessidades. Já o governo age através das empresas públicas. Esses agentes tem como atividade comprar, vender, trabalhar e distribuir alguma coisa e eles tem como objetivo: MENDES (2015, p.26) “[...]O objetivo da análise econômica é explicar o que possibilita à economia mundial e suas diversas partes funcionarem do jeito que o fazem.”

## **2.5 ADMINISTRAÇÃO**

Em qualquer setor para que o mesmo funcione é necessário que haja uma administração eficiente. Ato de administrar, de acordo com CHIAVENATO (2000, p. 30) é “considerada a principal chave para a solução dos mais graves problemas que atualmente” no qual afligem o mundo moderno.

Caso não haja uma boa administração, não haverá um país com esse desempenho alto. As empresas não terão sucesso e a má administração acarretará em falência de empresas e em um país menos desenvolvido e com decadência em alguns setores.

Traçar uma meta, realizar uma tarefa, dando comando para o funcionamento da empresa.

Ainda de acordo com CHIAVENATO (2000, p.31/32):

A palavra administração vem do latim ad (direção, tendência para) e minister (subordinação ou obediência) e significa aquele que realiza uma função baixo do comando de outrem, isto é, aquele que presta um serviço a outro. No entanto, a palavra administração sofreu uma radical transformação em seu significado original. (CHIAVENATO, 2000, p. 31/32)

A definição de administração sai um pouco do contexto, pois em vez de direção ou subordinação, algo que vive sob o comando de outro pessoa passa a

ser visto como ser administrado como pressuposto de organizar ou transformar algo no âmbito organizacional.

Através de um planejamento, de uma direção e até mesmo de um controle, no qual é realizado sempre com objetivo de tornar a situação adequada. Podemos resumir que administração é o processo que usa recursos para alcançar um objetivo através do planejamento, organização, controle e o modo como se dirige os recursos.

Toda empresa tem sua maneira de administrar sempre foi um objetivo comum ter sucesso.

A Administração é um fenômeno universal no mundo moderno. Cada organização e cada empresa requer a tomada de decisões, a coordenação de múltiplas atividades, condução de pessoas, avaliação do desempenho dirigido a objetivos previamente determinados, obtenção e alocação de recursos etc. (CHIAVENATO, 2000, p. 36)

Portanto toda empresa cada setor tem que ter um administrador, sem ele não há uma execução dos trabalhos. Pode ocorrer de ter setores sem administradores, mas não terá sucesso, não trabalha sozinho requer de algumas habilidades.

Como administrador não é executor, mas o responsável trabalho dos outros, ele não pode cometer erros ou arriscar apelando para estratégia e ensaio e erro, já que isso implicaria conduzir seus subordinados pelo caminho menos indicado. (CHIAVENATO, 2000, p. 37)

Ele não é encarregado de exercer a função de empregado, mas a função dele é conduzir o trabalhador. No trabalho não pode contar só com a sorte, pois o papel que ele exerce como administrador faz com que as empresas tenham sucesso.

Ter uma organização bem sucedida, e está sempre pensando no futuro preparando a empresa para os novos desafios da sociedade e que o mundo requer.

## **2.6 EMPREENDEDORISMO**

Todo cidadão ou uma família quer ter seu próprio negócio, quer investir em algo que lhe dê retorno. Nos últimos anos o empreendedorismo criou característica própria, que é do empreendedor individual, o autor de uma visão

que algo pode dar certo portanto de acordo com BEHLING (2015, p. 5):

Empreendedor possuir características que ampliem constantemente a sua visão. Entre elas estão: a inovação como um dos pressupostos fundamentais para transformar ideias em realidade, além de desenvolver a percepção do mercado, mantendo-se à frente dos seus concorrentes; o risco envolvido nos negócios deve fazer com que as alternativas da tomada de decisão sejam analisadas criteriosamente; e, por fim, a autonomia, para definir e decidir seus objetivos com uma base sólida que lhe permita identificar potenciais parceiros e novas oportunidades de negócios. (BEHLING, 2015, p. 5)

Uma pessoa empreendedora têm uma visão geral e renovadora de perceber naquele momento qual é o negócio mais lucrativo. As atividades mais envolventes, as oportunidades mais valiosas e exploradas. Antes de tudo é ser um observador. Se tornar uma pessoa que oportuniza na criação de algo novo. Portanto uma pessoa empreendedora é aquela que de modo individual, tem uma visão inovadora e de geração de riqueza, há uma necessidade de ter um negócio próprio, o empreendedor tem uma visão de mudança.

Tem que se levar em conta que o empreendedorismo é um processo de longo prazo e se divide em fatores, que pode ser afetado, seja, no fator individual, grupo ou social.

No fator individual, tem que ser uma pessoa otimista e persistente e com muita alta confiança, porque qualquer negócio se tem o risco de não dá certo.

O fator grupal, e tem o incentivo da família ou dos amigos, isso se torna uma relação á mais com outras pessoa e se tem mais chance de se tornar um empreendedor de sucesso.

O fator social, que a parte governamental e até o próprio mercado, tem que se levar em conta a região onde estará situada, assim como as políticas, contra e a favor do empreendimento e qual será o seu papel enquanto sociedade.

Acima de tudo o empreendedor deve ter a visão emergente e geral e complementar.

Na visão emergente ele analisa todas as possibilidades mas viáveis como produtos ou serviços na qual vai lançar, para depois chegar uma visão geral, que vai ser o resultado. Caso não dê certo ele tem que fazer novas estratégias que é chamada divisão complementar. Por isso que se é importante ter o fator grupal.

Antes de tudo, empreendedor teve ter a iniciativa, não pode ficar esperando a oportunidade vir até ele. A alta confiança também é muito importante, acreditar no negócio, em si mesmo.

## **2.7 EMPRESAS**

Tudo que se ver hoje no mercado, tem algo muito maior envolvido para que haja uma economia que dê certo e que a população tenha acesso ao bem essencial para sua sobrevivência e para se manter. É preciso que haja empresas, elas são as responsáveis por distribuir e fazer o funcionamento do sistema econômico capitalista, assim com social de uma sociedade.

Podemos se dizer que essa organização que tem recursos, tanto humano, financeira material e que emprega pessoas movimentada a economia e com isso se tem um país desenvolvido, veja o conceito de empresa de acordo com (BUENOS AYRES 2007, p.110)

A empresa é um grupo organizado que dispõe de um conjunto de recursos materiais e humanos, financeiro e logístico, cujo emprego visa o alcance de objetivos determinados definidos – econômicos, sociais, culturais, recreativos, existenciais e etc. É uma entidade autônoma que possui personalidade jurídica e patrimônio próprio cuja existência depende da mobilização planejada de múltiplos recursos visando produzir bens e serviços para o mercado. Desse modo a empresa, além de ser um organismo econômico, também se configura como um sistema social. (BUENOS AYRES, 2007, p.110)

A empresa além de ser responsável por colocar no mercado material para o consumo e geração de emprego, ela também é responsável pelo sistema social, estar sempre se adaptando às exigências no qual o meio ambiente exige.

Chiavenato (2008, p 41) cita Santos (1982), no qual ele descreve a empresa como algo básico de um sistema econômico:

Empresa é comumente definida pelos economistas como unidade básica do sistema econômico cuja principal função é produzir bens e serviços para conseguir fabricar seus produtos oferecer seus serviços a empresa combina diferentes fatores de produção ou seja os recursos naturais o capital e o trabalho necessário para desempenho da função produção (Chiavenato 2008, p, 41 apud Santos, 1982)

A empresa é responsável pelo fornecimento dos bens para o consumidor e a sociedade. Assim como oferecer serviço para que supra toda necessidade humana. Isso corre a todo momento pela empresa, seja, através da produção, da venda e informação, ela presta vários serviços assim como facilitar os mesmos.

Toda empresa ela tem como objetivo crescer, ter aumento nos seus bens, valores no mercado. O proprietário pode definido esses objetivos como direto e indireto.

[...] objetivos indiretos: almeja ganhar mais do que gasta para produzir ou vender suas mercadorias ou prestar serviços. A excedente damos o nome de sinergia, emergente sistêmico ao lucro. O lucro é a remuneração do empreendedor que cria e impulsiona e a empresa em uma situação na qual enfrenta o risco e a incerteza. (Chiavenato, 2008, p, 41)

Um dos objetivos da empresa é o financeiro, gastar menos e ganhar mais, para sua produção, na prestação de serviço e na venda de mercadorias. Objetivo é comercializar e produzir bens para que a sociedade. Faz a prestação de serviço e atividades comunitárias.

[...] Objetivo indireto – o atendimento das necessidades da comunidade em que está localizada, isto é, o atendimento das necessidades do cliente ou consumidor. Ao produzir ou vender mercadorias ou prestar serviços, a empresa supre necessidades da comunidade. Ainda indiretamente, a empresa tem várias finalidades sociais: criação de oportunidades de emprego, disseminação da atividade econômica...[...] (Chiavenato 2008, p, 41/42)

A empresa exerce seu lado social, suprir as necessidades de onde está localizada, seja na venda produção até a prestação de serviço. Ela visa lucro mais tem que suprir a necessidade da responsabilidade social.

Toda empresa exerce uma atividade e reformulada de acordo com a necessidade do momento ou que achar mais conveniente, pode ser uma atividade financeira de investimento e de operação.

De acordo com HOJI (2010, p. 4/5) as empresas tem algumas atividades:

As atividades operações (ou atividades operacionais) existem em função do negócio da empresa e são executadas com a finalidade de

proporcionar um retorno adequado para os investimentos feitos pelos proprietários;  
As atividades de investimentos correspondem às contas classificadas no balanço patrimonial, em investimentos temporários e em ativo permanente;  
As atividades de financiamentos refletem os efeitos das decisões tomadas sobre a forma de financiamentos das atividades de operações e de investimentos. (HOJI, 2010, p. 4/5)

As empresas tem como objetivo principal o empreendedorismo além de gerar emprego, faz girar a economia. Na sua vida empresarial sofre com as burocracias e dificuldades, além de tudo a competitividade, sempre terá que inovar, pois tudo muda a cada momento.

Cada empresa atua de maneira diferente, produzir algo, prestar serviço à sociedade. Pode ser empresa que produz bens industriais, comerciais ou até mesmo as prestações de serviço.

As empresas também podem variar de acordo com o tamanho e ser assim classificadas em como grande, médio e pequenas empresas. Elas são classificadas de acordo com o número de empregados, do quanto vende e o valor ativo e o volume de depósito.

As empresas são classificadas de acordo com o faturamento e isso implicara em recolhimento do imposto para o Governo. Ela pode ser:

- Empresa de Pequeno Porte (EPP);
- Microempreendedor Individual (MEI);
- Microempresa (ME).

A empresa é um agente econômico, encarregada de produzir e comercializar bens e serviços, está sempre ligada a um sistema de informação.

A duração de uma empresa depende de quanto tempo ela fica ativa. Começa com organização levar a crescer e fazendo uma expansão do seu funcionamento. O crescimento é gradual pois sofre com a burocracia, regras, mudanças e inovações. Uma empresa tem que ter flexibilização e readaptar o tempo todo.

## **2.8 MEI (MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL)**

Mercado competitivo e a busca pelo próprio negócio faz com que surjam as microempresas. É considerado um Microempreendedor Individual



(SEBRAE)<sup>2</sup> “é aquele que trabalha por conta própria, tem registro de pequeno empresário e exerce umas das mais de 400 modalidades de serviços, comércio ou indústria”.

O Microempreendedor Individual (MEI) é a modalidade empresarial criada pela Lei Complementar nº 128 de dezembro de 2008 para formalizar os trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores da economia subterrânea. A política do MEI foi instituída com o objetivo de reduzir a informalidade no mercado de trabalho brasileiro, promover inclusão previdenciária e fomentar a geração de empregos formais. (Conceição, 2014, p. 15).

As MEIs traz como vantagem, o negócio próprio, pouca burocracia, exceção da taxa do registro, paga menos impostos, processo para abertura e gratuito, pode ser feita pela internet, através de um cadastro básico no qual já é emitido o CNPJ. Tem que pagar apenas o imposto fixo, mas isso vai depender da atividade que a empresa irá exercer.

Microempreendedor individual tem benefício com INSS (aposentadoria por idade, invalidez, auxílio-doença, salário-maternidade, pensão por morte e auxílio-reclusão)

Os microempreendedores individuais são importantes para o desenvolvimento e crescimento econômico do país, pode-se dizer que de acordo com SEBRAE, as Micro e Pequenas empresa ocupa 53,4 do setor além de tudo eles contribuem para o aumento das exportações brasileiras.

Microempreendedor individual possui característica comum de todo empreendedor na qual ele está disposto a assumir risco, aproveitar as oportunidades, fazer planejamento, tem a força de vontade, autoconfiança e interesse pessoal.

## 2.9 POLITICAS PUBLICAS

Para todos os negócios é preciso seguir as políticas públicas pode-se ressaltar que as políticas públicas são:

---

<sup>2</sup> <https://atendimento.sebrae-sc.com.br/blog/voce-sabe-o-que-e-um-microempreendedor-individual-mei/>

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento), orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. (Teixeira,2002, p.2)

As empresas não são diferentes tem que cumprir as leis. Na Constituição Federal no artigo 170. “É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.”. Foi formalizado as formações das empresas.

No intuito da diminuição das atividades empresariais sem formalização e de pequenos portes criou a Lei Complementar nº 128 de 2008 formalizou as MEI.

## **2.10 SIMÕES PIAUÍ**

Simões é uma cidade de Estado do Piauí. O município se estende por 1 071,5 km<sup>2</sup> e conta com 14 633 habitantes. Vizinho dos municípios de Marcolândia, Caridade do Piauí e Padre Marcos, Curral novo e Araripina Pernambuco.

Foi fundada em 22 de julho de 1954, desmembrado de Jaicós.

Hoje no que diz respeito a infraestrutura conta com um dos maiores parque eólicos Conjunto Araripe III, com 357,9 MW.

Como administrador Prefeito José Wilson de Carvalho. Desde de 2017 a 2024

## **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

É uma pesquisa qualitativa, na qual tem como característica principal o emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. (RAUPP e BEUREN, 2006), onde tem como abordagem, para a realização de uma análise muito mais aprofundada sobre o tema pesquisado.

Na pesquisa bibliográfica e qualitativa de cunho explorativo, de acordo com Gil (2002), “afirmar que esta investigação é mais bem representada por meio de uma pesquisa do tipo exploratória, cujo objetivo é possibilitar um

maior conhecimento a respeito do problema, de modo a torná-lo mais claro ou auxiliando na formulação de hipóteses”. Em que o estudo de conceitos em materiais já elaborado procurou aprofundamento da temática. O estudo de fontes se fez necessário para melhor compreensão na qual através do levantamento de dados das MEI que tiveram maior crescimento e o que levou a esse desenvolvimento, será essencial para a pesquisa. Nessa pesquisa foram consultados autores para contribuir com a temática da pesquisa tais como: Chiavenato (2014), Conceição(2014) e Pereira(2008).

Para Martins e Theóphilo (2007, p. 37) o “objetivo da metodologia é o aperfeiçoamento dos procedimentos e critérios utilizados na pesquisa”, o “caminho para se chegar a determinado fim ou objetivo.” Assim, a metodologia está “voltada à indagação sobre os caminhos ou os modos de se fazer ciência e à discussão sobre as abordagens teórico-práticas.” Nossos objetivos propostos foram: Investigar o desenvolvimento e crescimentos das MEI (Microempreendedor individual) na cidade de Simões, nos últimos 10 anos, assim como os meios e setores que influenciaram e ao mesmo tempo se desenvolveram.

Assim como: Analisar as MEI que tiveram maior crescimento nos últimos 10 anos na cidade de Simões Piauí e traçar um perfil das MEI e quais os setores influenciaram para o crescimento e desenvolvimento das mesmas. E assim evidenciamos a importância das MEI como empreendimentos que geram renda e emprego. Segundo Gil (1991), estudos com objetivos descritivos proporcionam uma nova visão do problema pesquisado. Traz uma exposição de informações, na qual e até então desconhecidas e visando entendimento mais aprofundamento a respeito do Microempreendedor Individual e sobre os setores que mais cresceram com essa nova modalidade empresarial na economia, o que justifica a seu crescimento.

No que se refere a pesquisa qualitativa conforme Gil (2002, p.44-45), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, para que o haja compreensão, foi desenvolvido um levantamento de dado em sites como IBGE, SEBRAE, Portal do Empreendedor. Onde os dados encontrado estará apresentado em tabelas, gráficos, e outras ilustrações estreitamente necessária a compreensão dos desenrolar do raciocínio.

Martins e Theóphilo (2007, p. 83) afirmam, que os dados podem ser primários “colhidos diretamente na fonte”. Os dados secundários, “já coletados que se encontram organizados em arquivos, bancos de dados, anuários estatísticos, relatórios etc.” Isso por que ao analisar os dados existentes de forma a refletir sobre e trazer avanços para a problemática da

pesquisa. Levando em consideração a elaboração qualitativa, faz um paralelo entre as relações teóricas e práticas.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O município de Simões está localizado no Estado do Piauí, faz parte da microrregião do Alto Médio Canindé, tendo como base econômica a pecuária e agricultura.

A cidade de Simões Piauí conta com um dos maiores Parque Eólicos, na qual após a implantações dos projetos, em 2017, trouxe crescimento e desenvolvimento financeiro para a região elevando o PIB (PRODUTO INTERNO BRUTO) em 305,63%<sup>3</sup>.

Para analisar o crescimento econômico do município de Simões, observou-se em primeiro lugar, a evolução do seu PIB e da renda Per Capita ao longo de 10 anos. Tabela 1, afins de comparar a média neste período.

**TABELA 1 – PER CAPITA**

ANO	NB	VALOR EM REAL
2010		3,061.88
2020		32,220,27

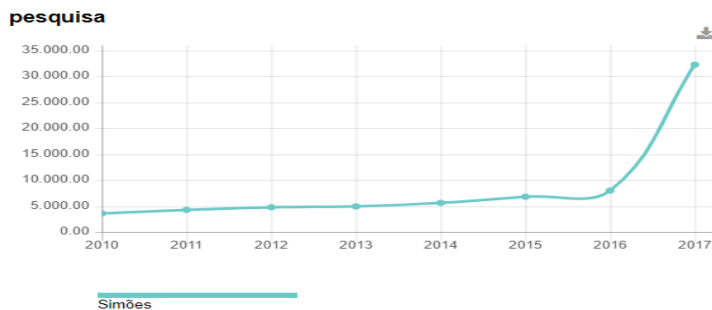
Fonte: Elaboração autores a partir dos dados. 2020.

O município tem como renda por pessoa o crescimento de 952.30%, teve como impulsionador a construção dos parques eólicos, mas isso não fez com que o IDH crescesse pois ainda está em 0,575<sup>4</sup>, isso implica que os recursos não estão devidamente distribuídos.

<sup>3</sup> <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/12/13/piaui-tem-dois-municipios-entre-os-tres-do-pais-com-maior-crescimento-do-pib.ghtml>

<sup>4</sup> <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/simoos.html>

## GRAFICO 1- CRESCIMENTO DA CIDADE DE SIMÕES DE 2010 A 2017.



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/simoes/pesquisa/38/46996?tipo=grafico&indicador=47001>

No gráfico 1, observou-se que o ano que mais cresceu foi o ano de 2017.

Em relação a soma de todos os bens e serviços finais produzidos Simões teve um crescimento de mais de 300%, tabela 2, faz a comparação dos dois anos 2010 e 2020.

**Tabela 2 – PIB (PRODUTO INTERNO BRUTO)**

ANO	VALOR EM REAL
2010	43.259,622
2020	463.907,41

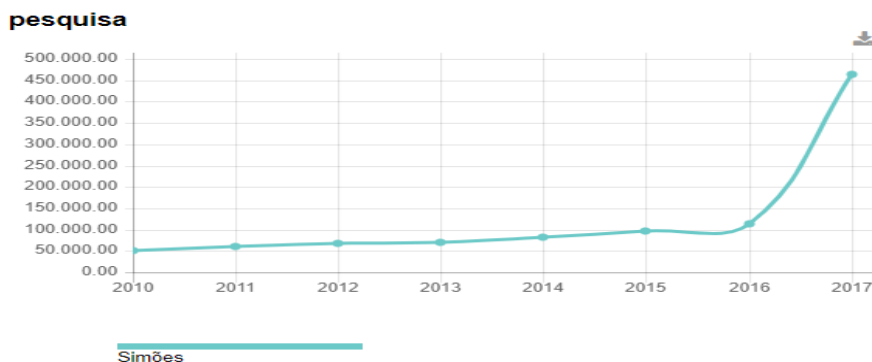
Fonte: Elaboração autores a partir dos dados. 2020.

O PIB faz a indicação do foi produzido economicamente em Simões Piauí, fazendo os registros de alguma atividade produtiva na cidade. O crescimento econômico é medido pelo PIB que é uma ferramenta na qual se tem como base, se há o aumento da renda o PIB cresce, se a diminuição de renda o PIB diminui.

Nesse sentido cabe afirmar que o crescimento econômico de uma região está ligado há um aumento dá atividade econômica, seja ela industrial, agricultura, pecuária ou até mesmo na prestação de um serviço. Ao se ter grande produção passa se oferece mais serviço, gera um grande aumento de consumo e com isso maior será o PIB foi o que ocorreu em Simões logo após a implantação dos Parques Eólicos, teve-se um grande aumento no PIB.

No que diz respeito a este crescimento, pode-se verificar um pouco da trajetória deste crescimento ao longo do tempo no gráfico abaixo:

## GRAFICO 2- CRESCIMENTO DA CIDADE DE SIMÕES DE 2010 A 2017.



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/simoes/pesquisa/38/46996?tipo=grafico>

Observe-se que, o município de Simões tem um percentual de variação de crescimento mais de 300%. Nestes 10 anos, percebe-se que o município cresceu economicamente.

No país de acordo com o PIB Simões Piauí ocupa a posição se é comparando aos outros município relação ao Brasil. 2195<sup>o5</sup> em relação ao estado 11<sup>o6</sup>. Com este crescimento, surge o desejo de abrir o próprio negócio. Tabela 3, vemos o crescimento das MEI.

### Tabela 3 – MEI POR ANO.

Fonte: Elaboração autores a partir dos dados. 2020.

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
TOTAL	11	32	40	45	56	70	77	80	140	163

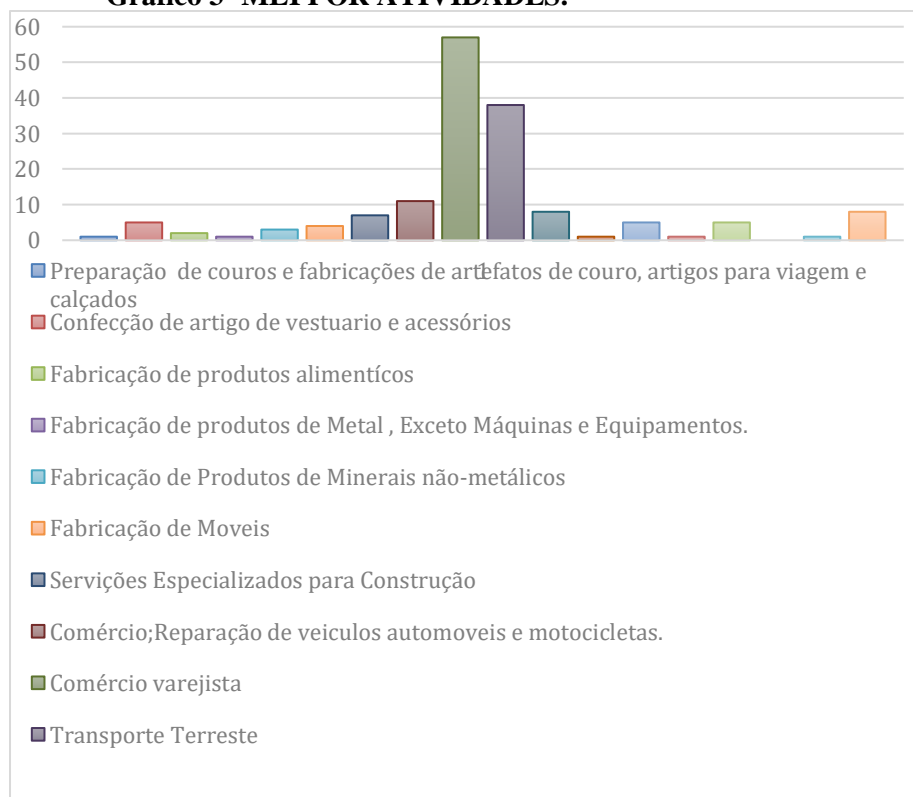
<sup>5</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/simoes/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>

<sup>6</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_munic%C3%ADpios\\_do\\_Piau%C3%AD\\_por\\_PIB](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Piau%C3%AD_por_PIB)

Com o passar dos anos houve o crescimento das MEI visível no gráfico, muitas pessoas quiseram formalizar seus projetos e negócios. O ano que mais teve crescimento foi no ano de 2019, depois que foi regulamentada a Lei Nº 12.816, DE 5 DE JUNHO DE 2013<sup>7</sup> que torna obrigatório as Prefeituras contratar serviços terceirizados de transporte escolar, na qual era feita de forma sem formalização, fez com houvesse um grande crescimento de abertura de MEI. O município conta com um total de 34 MEI de transporte escolar.

Hoje Simões conta com um total 163 MEI na qual está dividida da seguinte forma especificadas, gráfico 3 MEI por atividades.

**Gráfico 3- MEI POR ATIVIDADES.**



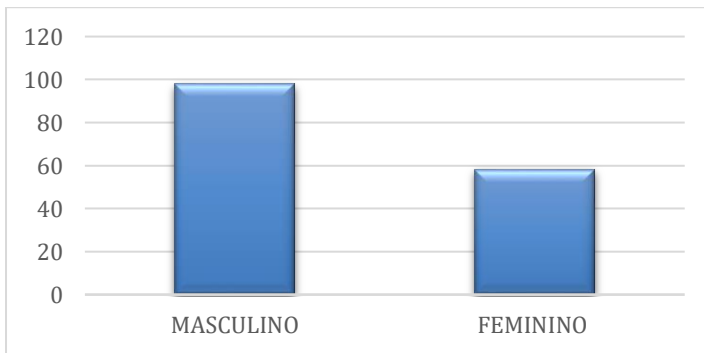
Fonte: Elaboração autores a partir dos dados. 2020.

<sup>7</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/Lei/L12816.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12816.htm)

As MEI que tem o maior número é o ramo de Comércio Varejista. Neste setor, a maior atividade é a de comércio varejista de artigo, vestuários e acessórios que conta com 14. Em seguida a de Transporte Terrestre, sendo que as outras empresas servem para manter a população com vestimentas, alimentação, manutenção de transporte e informática.

No gráfico 4, é traçado um perfil dos Microempreendedores no qual 37% é do sexo feminino e 73% do sexo masculino, que de acordo com o percentual ainda prevalece o do sexo masculino.

**Gráfico 3- MEI POR GÊNERO**



Fonte: Fonte: Elaboração autores a partir dos dados. 2020.

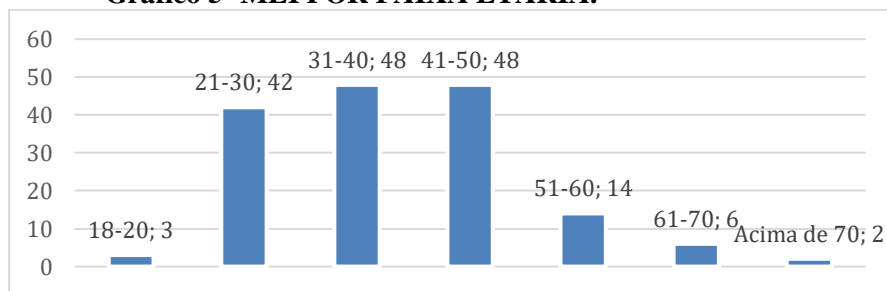
O microempreendedor é caracterizado por uma pessoa que deseja explorar o ambiente com próprio negócio, uma forma criativa inovadora e sempre tem como objetivo fazer predominar seu negócio. Nota-se que a maioria dos empreendedores é do sexo masculino, um fator que influencia para que as mulheres não empreendam mais é a dificuldade de conciliar o trabalho, negócio, família e a barreiras culturais.

Essa predominância do sexo masculino mostra que deve-se criar políticas públicas municipais que incentive uma cultura empreendedora ao público feminino.

O espírito empreendedor está presente em todas as faixas etárias como se vê no gráfico 5 que representa as MEI por faixa etária:



**Gráfico 5- MEI POR FAIXA ETÁRIA.**

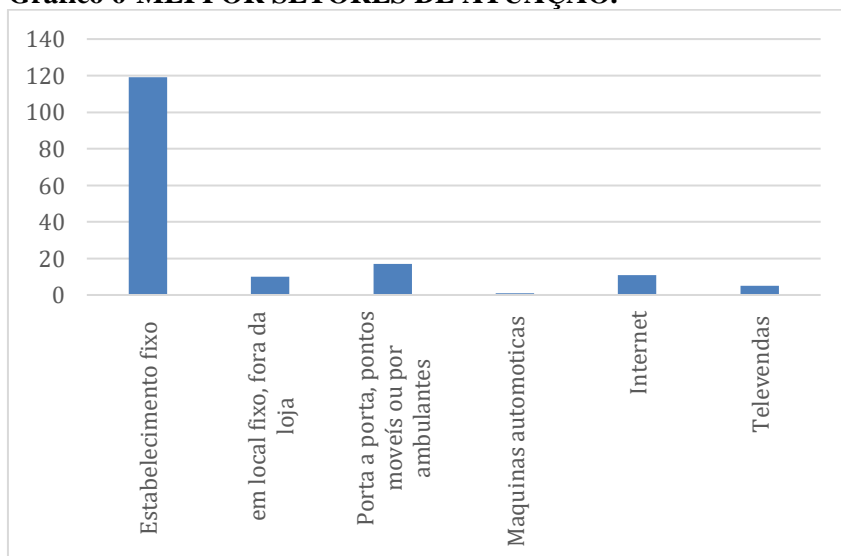


Fonte: Elaboração autores a partir dos dados. 2020.

Os microempreendedores planejam a busca de oportunidades, seu engajamento no mercado de trabalho esforçando-se para oferecer novos produtos. A decisão de se tornar um empreendedor é sempre com intuito de ter rendimentos pessoal, estabilidade própria e dos familiares, para assim sobreviver e cumprir suas necessidades. Vê-se que de acordo com a pesquisa, a maioria tem entre 31 e 50 anos, sendo esta uma idade na qual a pessoa já tem um alto nível de maturidade, experiência profissional e sempre está disposto a correr mais risco na área empresarial.

A formalização está presente em vários setores e atua de diversas maneiras, gráfico 6:

**Gráfico 6-MEI POR SETORES DE ATUAÇÃO.**



Fonte: Elaboração autores a partir dos dados. 2020.

Com crescimento da competitividade nos negócios há necessidade dos microempreendedores criar trajetórias de negócio, na qual se destaca o seu trabalho ou sua empresa. Hoje os clientes são cada vez mais exigentes principalmente pela parte de tecnologia, cabe aos empreendedores usar estas novas ferramentas para alcançar mais demanda.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a implantação dos parques eólicos no município de Simões houve crescimento do PIB e surgimento de novos empreendimentos. A economia de Simões gira em torno da agricultura e prestação de serviço.

Constata-se crescimento acentuado de microempreendedores nos últimos anos tendo destaque o ramo de transporte escolar, sendo desenvolvido através da prestação de serviços junto à Prefeitura fomentando a oportunidade de empreendimento e desenvolvimento econômico. É louvável a implantação dos parques eólicos e o crescimento econômico gerado através desse projeto, porém, no tocante à área industrial, a cidade Simões não obteve aumento significativo, a situação em questão deve-se em parte à falta de políticas públicas que incentivem as micro e pequenas empresas, bem como a capacitação de mão de obra.

A presente pesquisa será algo motivador que servirá de referência para pesquisas futuras podendo ser adaptado conforme a necessidade do que será pesquisado e aprofundado.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL Motta, A. C. do, & André Lando, G. (2020). **O desenvolvimento econômico como direito fundamental**. *Revista Espaço Acadêmico*, 19(221), 16-26. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/52614>> Acesso em: 10 de dezembro 2020.
- AVELAR, Paulo Ricardo de. **Crescimento Econômico e Saúde**. Faculdade de Economina.2013. Disponível em <[https://www.ufjf.br/oliveira\\_junior/files/2011/08/Aula-8-Crescimento-Econ%b4mico-e-Sa%bade.pdf](https://www.ufjf.br/oliveira_junior/files/2011/08/Aula-8-Crescimento-Econ%b4mico-e-Sa%bade.pdf)> Acesso em: 01 set. 2020.
- BEHLING, Gustavo, Mendes Drozdek Pereira, Christiane, Cordeiro

Mazzoleni, Everton, Schilickman Baccin, Sheila, Lenzi, Fernando Cesar. **Microempreendedor individual catarinense: uma análise descritiva do perfil dos empreendedores individuais em Santa Catarina.** NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia [en linea]. 2015, 5 (1), 65-78 [fecha de Consulta 29 de Diciembre de 2020]. ISSN:. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350450615006> .Acesso em: 12 de dezembro 2020.

BRASIL, Constituição(1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 1988. Disponível em < [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_170\\_.asp#:~:text=Par%C3%A1grafo%20C3%BAnico.,nos%20casos%20previstos%20em%20lei.](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_170_.asp#:~:text=Par%C3%A1grafo%20C3%BAnico.,nos%20casos%20previstos%20em%20lei.)>. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. **Código Nacional de Trânsito. LEI Nº 12.816, DE 5 DE JUNHO DE 2013.** Instituiu o Código Nacional de Trânsito. República Federativa do Brasil. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/Lei/L12816.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/Lei/L12816.htm)> . Acesso em 11 de dez de 2020.

BUENOS AYRES, Carlos Antonio Mendes de Carvalho. **Sociologia Aplicada á administração** – UFPI/UAPI. 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração.**9.ed. – Barueri, SP: Manole,2014.

CHIAVENATO. Idalberto, **Empreendedorismo Dando Asas ao Espírito Empreendedor.** Rio de Janeiro. Saraiva. 2008

CHIAVENATO. Idalberto, **Introdução A teoria geral da administração.-** 6. ed. - Rio de Janeiro : Campus, 2000

CONCEIÇÃO, Otavio Canozzi. **O microempreendedor individual na economia brasileira :avanços, desafios e perspectivas.** Lume Repositório digital. 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/109379?show=full>> .Acesso em: 12 de dezembro 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo. Atlas. 1991.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentaria: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial.** 9. Ed. São Paulo: Atls.2010.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/simoes/pesquisa/38/46996?tipo=gra>

fico> Acessada em 20 de novembro de 2020.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Economia.** Disponível < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/simoes/panorama>> Acessada em 20 de dezembro de 2020.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IDH.** Disponível <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/simoes.html>> Acessada em 22 de novembro de 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População. Disponível < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/simoes/panorama>> Acessada em 20 de dezembro de 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/simoes/pesquisa/38/46996?tipo=grafico>> Acessada em 20 de dezembro de 2020.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **LISTA DE MUNICÍPIOS DO PIAUÍ POR PIB.:** Flórida: Wikipédia Foundation, 2019. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lista\\_de\\_munic%C3%ADpios\\_do\\_Piau%C3%AD\\_por\\_PIB&oldid=56996241](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Piau%C3%AD_por_PIB&oldid=56996241)>. Acesso em: 19 dez. 2020.

MARTINS, G. A.; THEÓFILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2007.

MENDES, Carlos Magno. **Introdução à economia** – 3 ed. rev. amp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2015.

OLIVEIRA FILHO. JB. **Empreendedorismo.** UAB, 2009

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crescimento e desenvolvimento Econômico.** 2008. Disponível em < <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.22.crescimentodesenvolvimento.junho19.2008.pdf> > . Acessado em 01 de agosto de 2020.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. Disponível em: ><http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaoemi/private/pages/relatorios/relatorioMunicipioFormaAtuacao.jsf>>. Acesso em: 15 de novembro 2020.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>. Acesso em: 15 de novembro 2020.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa**

**aplicável às ciências sociais.** In. BEUREN, Ilse Maria. (Org). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ROMERO, Maria. **Piauí tem dois municípios entre os três do país com maior crescimento do PIB.**G1 PI, 13 de 12 de 2019. Disponível em<<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/12/13/piaui-tem-dois-municipios-entre-os-tres-do-pais-com-maior-crescimento-do-pib.ghtml>> Acessado em 29 de dez de 2020.

SARAIVA, Piedley Macedo; LIMA, Marcus Emanuel Oliveira; ARAÚJO, Maria Conceição Aparecida de. **Empreendedorismo e Educação: A Formação do Empreendedor no Curso de Administração em Instituições de Ensino Superior de Juazeiro do Norte/CE.** Id on Line Rev.Mult. Psic., Julho/2020, vol.14, n.51, p. 262-281. ISSN: 1981-1179. Disponível em:<<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2570>>. Acesso em: 10 de dezembro 2020.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Características do. Empreendedor. Você sabe o que é um Microempreendedor Individual – MEI? Site. Disponível em<<https://atendimento.sebrae-sc.com.br/blog/voce-sabe-o-que-e-um-microempreendedor-individual-mei/>>. Acessada em 20 de dezembro de 2020.

SILVA, Luiz Fernando Nunes da. **O papel do poder legislativo catarinense no desenvolvimento econômico regional.** Anima Educação.2020. Disponível em:<<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/7956>>. Acesso em: 10 de dezembro 2020.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico.** São Paulo: Atlas, 1993; 2005.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Revista AATR, Salvador, 2002. Disponível em:<[http://www.fit.br/home/link/texto/politicas\\_publicas.pdf](http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf)>. Acesso em: 10 de julho 2020.

## Capítulo 5

### **A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO EMPRESARIAL COMO LÍDER E AGENTE DE MOTIVAÇÃO PARA COLABORADORES DOS SUPERMERCADOS EM MARCOLÂNDIA-PI <sup>1</sup>**

Cleidilene Gomes dos Reis

Bacharela em Administração

Prof. Nivianne Lima dos Santos Araújo

Mestra em Contabilidade

#### **RESUMO**

O presente estudo surgiu mediante a observação de como ocorre a gestão dos supermercados, destacando a importância de uma boa liderança e motivação dos colaboradores. É preciso que o gestor tenha habilidade de convivência coletiva, capacidade de gerenciar um ambiente cada vez mais complexo, criação de novas significações em um ambiente estável, capacidade de abstração, manejo de tecnologias emergentes, visão de longo prazo, disposição para assumir responsabilidades pelos resultados, capacidade de comunicação, improvisação, disposição para fundamentar teoricamente suas decisões, visão pluralista das situações, disposição para cristalizar suas intenções e concretização das oportunidades e limitações. O objetivo geral visa analisar como vem ocorrendo a formação dos gestores e dinâmica de trabalho. Tais ações fazem com que a sociedade acredite no desenvolvimento cognitivo e potencial dos sujeitos envolvidos. A metodologia adotada neste estudo foi à qualitativa. O estudo apresentado neste artigo sugere que algumas estratégias sejam realizadas para que a gestão de pessoas funcione dentro da organização como agente de motivação. Por isso o estigma ainda está presente na imagem de que os gestores são autoridades de maior destaque dentro de uma instituição, visto assim por todos os colaboradores.

**Palavras-chave:** Habilidade. Visão. Gestores.

## 1 INTRODUÇÃO

Observa-se que a palavra liderança tenha aparecido por volta do ano 1.300 da era cristã, embora o termo venha sendo mais empregado nos últimos 200 anos, sobretudo, na língua inglesa. Como um conceito geral e simplificado, podemos dizer que é o processo de conduzir um grupo de pessoas, transformando-o numa equipe que gera resultados. É a habilidade de motivar e influenciar os liderados, de forma ética e positiva, para que contribuam voluntariamente e com entusiasmo para alcançarem os objetivos da equipe e da organização.

Ela está associada a estímulos, incentivos e impulsos que podem provocar a motivação nas pessoas para a realização da missão, da visão e dos objetivos empresariais. Liderança, tal como motivação, nos remete às questões mais subjetivas dos seres humanos, aquelas que dizem respeito a nossas entranhas, ao que nos move ao que faz sentido para nós, aquilo a que atribuímos significado.

O interesse por esse estudo surgiu mediante a observação de como ocorre a gestão dos supermercados, destacando a importância de uma boa liderança e motivação dos colaboradores, subsidiando assim a elaboração do artigo intitulado “A importância da gestão empresarial como líder e agente de motivação para os colaboradores dos supermercados em Marcolândia-PI”.

As funções de liderança incluem, portanto, todas as atividades de influenciarão as pessoas, ou seja, que geram a motivação necessária para pôr em prática o propósito definido pela estratégia e estruturado nas funções organizacionais.

Portanto o objetivo da pesquisa foi verificar e analisar como vem ocorrendo a formação dos gestores e dinâmica de trabalho adotados no município de Marcolândia Piauí. Tais ações fazem com que a sociedade acredite no desenvolvimento cognitivo e potencial dos sujeitos envolvidos. A partir do objetivo geral vários objetivos específicos foram desenvolvidos, gerando diversas indagações, o que possibilitou um estudo mais aprofundado sobre a situação, levando em consideração um ambiente harmonioso e produtivo, mas é imprescindível que reconheça que há limites e possibilidades de novas mudanças social e cultural.

Os fatores culturais condicionantes da existência de um ambiente favorável às interações entre os indivíduos são também ressaltados por Ponchirolli e Fialho (2005, p. 5):

Propiciar um ambiente no qual as pessoas busquem e sintam-se incentivadas a compartilhar seus conhecimentos constitui-se em um dos objetivos da gestão do conhecimento. O simples fato de as pessoas trabalharem juntas em um mesmo ambiente expressa que algum conhecimento está sendo transferido, independentemente de se gerenciar ou não esse processo. A questão está na efetividade dessas transferências, ou seja, na forma como elas ocorrem e como contribuem para as pessoas em particular e para a organização em geral.

Assim sendo, a pesquisa contribui para discussões acerca deste importante ramo de atuação da administração. Visto que esse estudo tem enquanto relevância acadêmica e social o intuito de desmistificar paradigmas acerca dos trabalhos realizados pelos gestores, sobretudo no que concerne ao crescimento organizacional.

Além desta Introdução, o presente artigo está estruturado da seguinte forma: o tópico 2 apresenta a fundamentação teórica onde aborda o tema sobre a gestão empresarial, a gestão democrática: Uma liderança com estratégia motivacional, Um olhar diferente: funcionário motivado, mais vantagens, Mudanças na Organização e na Gestão dos Trabalhos, Breve histórico sobre a cidade de Marcolândia-PI e o funcionamento dos supermercados; o tópico 3 descreve a metodologia; o tópico 4 análise dos resultados e o 5 as considerações finais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Gestão Empresarial**

Para que uma organização tenha uma boa gestão empresarial é primordial que o negócio se mantenha competitivo no mercado. Buscando uma melhoria constante nos processos da empresa, para a criação de um ambiente de trabalho saudável e para a conquista de uma performance satisfatória.

Segundo Chiavenato (2000) para uma empresa ser bem-sucedida deve-se pensar em toda sua estrutura organizacional, para isso acontecer o capital humano é de fundamental importância. “Com a crescente globalização dos negócios e a gradativa exposição à forte concorrência mundial, a palavra de ordem passou a ser produtividade, qualidade e competitividade”. (CHIAVENATO,2000, p XI).

Através desse novo desafio, os profissionais de gestão de pessoas foram os primeiros a se reinventar, como prover as organizações de pessoas



necessárias (provisão), aplicar elas aos seus cargos e funções (aplicação), manter as pessoas trabalhando (manutenção), desenvolver as pessoas quanto as suas atribuições e funções (desenvolvimento) e controlá-las (monitoração), esses cinco processos estão interligados e são independentes na área de gestão de pessoas. (CHIAVENATO,2000).

## **2.2 A gestão democrática: Uma liderança com estratégia motivacional**

Para gerir nos dias atuais é preciso está aberto e envolve uma gama abrangente e diversificada de atividades do que antigamente, é preciso o gestor estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em situações totalmente diferentes que antigamente.

A riqueza de uma instituição ou de um povo está centrada em uma boa gestão, dentro desse contexto a gestão democrática possui uma grande relevância enquanto elemento estratégico para uma constante mobilização social e um papel mais amplo.

É bem mais barato administrar inteligência, do que tocar a empresa exclusivamente com a força de capital financeiro, que depende da força humana. (CHIAVENATO,2000)

O capital somente será bem aplicado quando for inteligente bem investido e administrado. Para tanto, administrar pessoas vem antes, durante e depois da administração do capital ou da administração de qualquer outro recurso empresarial, como máquinas, equipamentos, instalações, cliente etc. As empresas bem-sucedidas deram-se conta disso e voltaram-se para seus funcionários como os elementos alavancadores de resultados dentro da organização. (CHIAVENATO,2000, p2).

É preciso existir uma descentralização do funcionamento dos sistemas, entender as diversidade de situações que será enfrentada tornando assim o sujeito uma estrutura centralizada na realização dos trabalhos, conhecendo toda a capacidade de sua equipe e descentralizado dos conceitos culturais.

Para alcançar aos resultados positivos dentro da equipe é preciso a efetivação de um líder, criar ações voltadas a valorização da natureza humana e sócia, só assim a democratização terá grandes resultados, entrando no âmbito de “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser” (DELORS 2000, p. 90). Por isso a democracia aplicará princípios e ideologias em todo o processo histórico da gestão.

Dentro da administração temos a teoria de gestão empresarial, sendo que o capital adquirido nas empresas serve como economia centrada para o país, uma busca constante de melhores resultados, através da qualidade, da eficácia e eficiência. Uma gestão democrática e qualificada, estabelecerá uma sociedade produtiva e responsável pelas suas ações, justificando que os resultados encontrados será um “conjunto de ações sobre ações possíveis”. (FOCAULT 1988)

A gestão democrática precisa ser vista de uma forma diferente ao encaminhar o trabalho.

O líder se caracteriza por uma forte queda para a responsabilidade e conclusão das tarefas, vigor e persistência na consecução dos objetivos, espírito empreendedor... Capacidade para influenciar o comportamento de outras pessoas e capacidade para estruturar sistemas de interação social para finalidades objetivas ( HAMPTON, 1990, p.210).

Através desse conceito o indivíduo supre algumas necessidades, buscará satisfação de acordo com suas necessidades, perdendo o interesse pela anterior. É notório que as pessoas quando estão satisfeitas em suas necessidades primárias, que são as fisiológicas, buscam motivação nas necessidades secundárias. Robbins (2005) e a hierarquia das necessidades descritas por Maslow exposta em pirâmide como figura baixo:



**Figura 1:** Hierarquia das necessidades de Maslow  
**Fonte:** Robbins (2005).

Na Pirâmide de Maslow ou a Hierarquia das Necessidades de Maslow temos um conceito criado pelo psicólogo norte-americano Abraham H. Maslow, que determina as condições necessárias para que cada ser humano atinja a sua satisfação pessoal e profissional.

De acordo com a ideia de Maslow, os seres humanos vivem para satisfazer as suas necessidades, com o objetivo de conquistar a sonhada autorrealização plena. O esquema descrito na Pirâmide trata justamente da hierarquização dessas necessidades ao longo da vida do ser humano. Ela está dividida em cinco níveis hierárquicos, cada um formado por um conjunto de necessidades. Na base da pirâmide estão os elementos que são considerados primordiais para a sobrevivência de uma pessoa, como a fome, a sede, o sexo e a respiração. Para progredir na hierarquia é necessária a conquista das condições elementares da Pirâmide, passando para os próximos níveis, um a um, até alcançar o topo.

Portanto, a participação não pode ser privilégio apenas de uns, mas uma possibilidade para todos e acessível a toda a instituição, criando assim um desejo próprio de sempre fazer o melhor e isso cabe perfeitamente ao papel do gestor líder.

### **2.3 Um olhar diferente: funcionário motivado, mais vantagens**

Diante de tantas mudanças as empresas devem possuir um olhar diferente para a administração de pessoas como fator principal, usando estratégias com eficiência máxima, alcançando uma maior produtividade, como também, a responsabilidade do líder nesse processo de transformação, usando sempre a ideia do trabalho em equipe. Podemos ver que essa estratégia vem desde do início da formação da sociedade, como explica Nassar citado por Pasqualini (2006, p. 14) sobre a origem das organizações.

A história das organizações começa nas primitivas atividades de caça, pesca, criação de rebanhos e da agricultura. Momento em que o homem começa, por exemplo, a compreender a importância de trabalhar em grupo para abater e transformar grandes animais em alimento. E que evolui até estabelecer mundialmente o que os estudiosos dominam de sociedade de organizações. Uma sociedade cujo funcionamento cotidiano depende do entrosamento de milhões de organizações, de todos os tipos, estruturadas com objetivos de produzir bens e prestação de serviço. (NASSAR, 2006, P.14)

Esse fator se dá em poder criar mais vantagens através do trabalho corporativo, juntos os resultados são alcançado com mais facilidade, alcançando metas neste mundo extremamente competitivo, usando as estratégia de acordo com o contexto globalizado é possível cada vez mais superar as exigente e o que está exigindo cada vez mais das organizações e colaboradores. Para que isso aconteça naturalmente as instituições são desafiada a ver o colaborador não somente como um funcionário, mais como pessoas cheias de habilidades únicas que possuem o capital intelectual da organização para gerar melhores resultados ( CASSOL et all, 2014)

Para alcançar a motivação que é uma ferramenta muito importante é preciso que se ocorra um reconhecimento diário das conquista, pois os resultados se da através de como as pessoas são tratadas e vistas dentro da organização (CARVALHO et all, 2013).

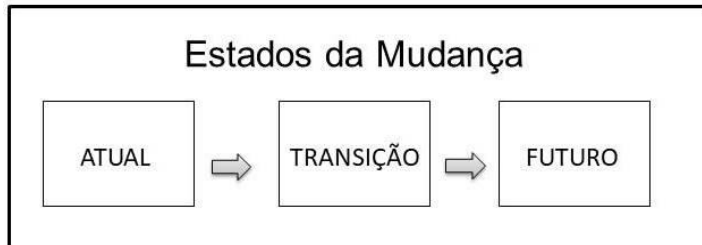
Reconhecer o talento do colaborador, fazer com que o mesmo se sinta motivado e como parte fundamental dentro da organização, não custa nada, lembrar que é através da humildade, da demonstração do respeito e a solidariedade que se tem instrumentos importantes na hora de analisar a motivação e o valor real dos colaboradores, por isso evitar reclamações e mostrar se entusiasmado é um passo importantíssimo para alcançar um feedback positivo dos colaboradores como também dos clientes

A empresa poderá demonstrar esse reconhecimento de várias formas: um cumprimento, e-mail, ou mensagens elogiando o desempenho, motivará o restante da equipe, ou uma festa que torna visível o sucesso do grupo. Quando o líder possui autonomia e recurso específico ele pode proporcionar diversos benefícios flexíveis, como por exemplo, uma viagem ou outro benefício conforme necessidade do funcionário, compreendendo os diferentes interesses, pois o que motiva uma pessoa não motiva outra. É preciso visualizar as diferenças de cada individuo esclarecendo as metas específicas.

## **2.4 Mudanças na Organização e na Gestão dos Trabalhos**

As mudanças representam o solo fecundo para as reformas implantadas, tanto em aspectos legais, quanto nos ideológicos e de políticas sociais, e essas mudanças requer que as instituições atendam as exigências imposta pelo novo modelo de sociedade, uma vez que os aspectos mais relevantes para essa organização e transformação são a inovação, competitividade e produtividade, pois segundo a análise de KISIL (1998, p. 1) “um dos grandes marcos do mundo contemporâneo é o fenômeno da mudança”.

Quadro 1: Estados da Mudança



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Para que ocorra essa mudança é preciso entender como as ações são feitas hoje (atual), não se perder no confuso e desorganizado (transição), pois o psicológico fica sobre carregado de emoções e ter bem claro onde quer chegar (futuro) para não repassar uma atitude radical para as pessoas, pois o gestor precisa enfrentar e elevar o padrão da organização, não impondo o novo modelo, mas gerando comprometimento para que essa vivencia seja construtiva, analisando a atitude das pessoas que trabalham na instituição com o intuito de diagnosticar o grau de interesse dos profissionais.

Como as mudanças são constantes e rápidas, é preciso que o gestor se qualifique e tenha uma visão clara para planejar e conseguir superar as dificuldades.

As responsabilidades do gestor são definidas porque precisa coordenar e controlar todos os setores do ambiente empresarial, sendo assim, ele deve despertar todo o potencial dos componentes para poderem cooperar, aprender e alcançar metas.

A gestão moderna prioriza a transparência e o diálogo com o colaborador, buscando a democratização da informação e o estabelecimento de uma administração participativa. “Os líderes são os primeiros que devem entender que a comunicação é uma área estratégica de resultados. São eles que devem dar o primeiro passo” (MARCHESI apud NASSAR, 2005).

Temos um ambiente que se modifica a cada dia e que tem se destacado, no entanto, a indagação de como fazer para agregar pessoas e mantê-las motivadas tem que está em constante evidencia, como aborda vários autores sobre o assunto entre eles estão Chiavenato (2010), Vergara (2011), Knapic (2010) entre outros. Por isso o desafio é integrar todos os profissionais conhecer suas habilidades que facilita o trabalho dentro das organizações.

## 2.5 Breve histórico sobre a cidade de Marcolândia-PI e o funcionamento dos supermercados.

O município de Marcolândia – PI teve sua origem através da implantação de um posto de fiscalização (cancela) em 26/08/ 1.956, onde havia apenas um salão para cobrar imposto. Na época era chamado de localidade de Posto da Serra.

O criador do município foi *Corinto Machado de Matos* o qual foi indicado pelo secretário da fazenda do Piauí para chefia do posto.

Marcolândia esta localizada na micro região de Picos – PI considerada como baixões agrícolas, ocupa área de 140.72 Km<sup>2</sup>.

CLIMA: semi-arado, temperatura variada em media de 15 a 30 °C.

RELEVO: faixas plenas livremente onduladas encostas e áreas próximas da serra do Araripe.

VEGETAÇÃO: predomina a caatinga e em menor proporção o cerrado.

HIDROGRAFIA: possui pequenos riachos temporários tem sua formação sobre da serra do Araripe.

A origem do nome Marcolândia deve – se a dois fatores: por ser um marco de divisão dos estados de Piauí e Pernambuco. Em homenagem o seu primeiro Padre Marcos, que residia no município de Padre Marcos-PI.

Após a consulta publicitária realizada em 29 de Abril de 1992 foi levada a contagem do município através da lei Estadual 4.447/92, indicado como mesmo nome.

Por ser uma cidade pequena, sua principal atividade econômica são as fabricas de farinha e o comercio, dentre eles se destacam alguns supermercados empreendimentos construído por filhos desta cidade, que gera renda e garante uma diversidade de produtos para a população.

Rossetti (2003) fala que o mérito do individualismo fundamentam-se na concepção de que a soma dos interesses individuais, resultantes da racionalidade de cada agente econômico, é a expressão própria dos interesses coletivos. Como esse artigo se direciona aos supermercados de Marcolândia podemos perceber que os mesmos possuem preços e as quantidades de produtos e serviços ofertados dentro da lei da oferta e da procura que equilibra o mercado;

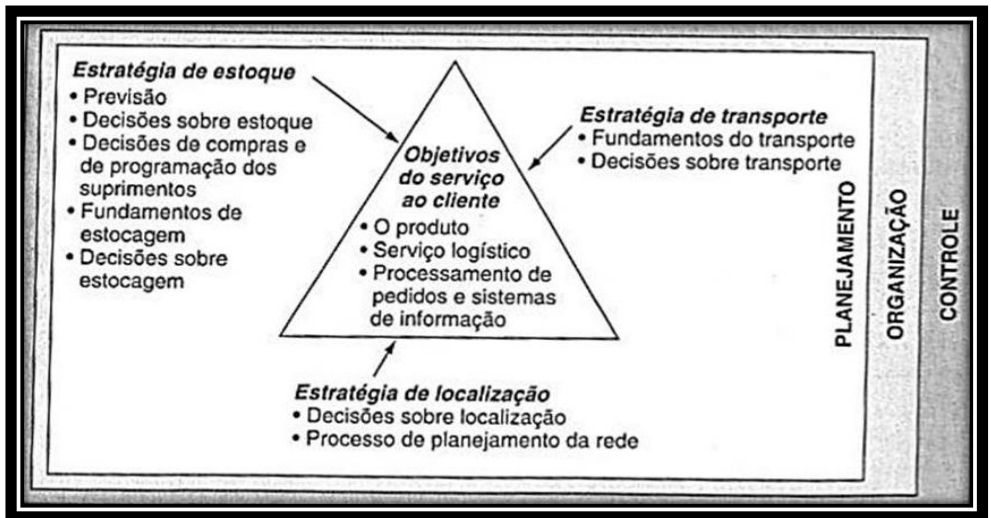
Sabemos que o setor supermercadista brasileiro é um dos que mais tem enfrentado oscilações da demanda em função dos fatores econômicos como inflação e variação cambial dentre outros. Dentro dessa realidade os supermercados buscam associar menores custos e atendimento das

necessidades do cliente, cumprindo com níveis de serviço estabelecidos, sem influenciar nas características dos produtos.

Para que o seu funcionamento esteja em comum acordo com a realidade que cerca, a logística tem tido um papel muito importante no planejamento da maioria dessas empresas, sendo necessário se reinventar nesse contexto histórico para continuar acompanhando o desenvolvimento da mesma no que diz respeito a uma modernização mais rápida.

Os clientes estão cada vez mais exigentes com relação aos produtos e serviços. Por isso é preciso que haja investimentos nos sistemas de informação, com o intuito de ter uma comunicação eficiente com o fornecedor para agilizar na reposição de estoques, negociando os preços de transportes das mercadorias, para não influenciar muito no preço final para o cliente final. A figura a seguir mostra o triângulo do planejamento em relação às principais atividades de logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos:

**Figura 2.** Triângulo do planejamento em relação às principais atividades de logística.



**Fonte:** Ballou (2004, p.45)

Podemos observar teoricamente que o Triângulo do planejamento em relação às principais atividades de logística demonstra como é realizado todo o procedimento de planejamento, organização e controle dentro dos supermercados, e através dele podemos reconhecer todo o roteiro principal do

gestor para realizar todo essa logística para garantir o produto ao consumidor final e um resultado mais lucrativo.

A saída desse produto é resultado de infinitas situações para Richers (1984), o comportamento do consumidor é caracterizado pelas atividades mentais e emocionais quando é feita a escolha por um determinado tipo de produto. Já Salomon (2002), destaca que o consumidor sofre influências psicológicas, sociais, culturais e pessoais. Esta discrição é demonstrada por Kotler (1998), no quadro a seguir:

**Quadro 1:** Fatores que influenciam o comportamento do consumidor

Fatores Culturais	Fatores Sociais	Fatores Pessoais	Fatores Psicológicos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cultura</li> <li>• Subcultura</li> <li>• Classes Sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupos de Referências</li> <li>• Família</li> <li>• Papéis e Posições Sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Idade e Estágio do Ciclo de vida</li> <li>• Ocupação</li> <li>• Condições Econômicas</li> <li>• Estilo de Vida</li> <li>• Personalidade e Autoconceito</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Motivação</li> <li>• Percepção</li> <li>• Aprendizagem</li> <li>• Crenças e atitudes</li> </ul>

**FONTE:** Kotler , 1998, p.163.

Com todo esse processo é preciso garantir um estoque para suprir as demandas nos períodos difíceis de realizar as compras de mercadoria, pois sabemos que o estoque é um item indispensável para a composição de uma empresa, seja ela industrial ou comercial. O modo como ele é armazenado e controlado pode aumentar a lucratividade da entidade ou causar transtornos para a mesma. Para isso, é indispensável que o gestor participe fielmente na administração da empresa e conheça muito bem sua realidade local.

Na cidade de Marcolândia podemos perceber que os supermercados possui um centro de distribuição que pode ser considerado como um armazém, com uma geografia posicionada de forma estratégica e uma função logística bem definida pela empresa, pois consiste em todas as atividades que englobam o processo de vendas de produtos e serviços para atender a uma necessidade do consumidor final. Oferece o produto na versão varejista e atacadista, já que este último atende a clientes institucionais que adquirem produtos e serviços a fim de revendê-los ou como insumo para suas atividades empresariais.

Os Supermercado apresenta um *mix* de produtos variados que vão desde



alimentícios até utensílios domésticos. São mais de 7.000 itens, que estão divididos em seis grandes setores:

a) mercearia: fazem parte desse setor, produtos alimentícios em geral, como: latarias, massas, biscoitos, cereais e *snacks*, além de utensílios domésticos e armarinhos;

b) limpeza e higiene: são formados por itens para limpeza de casa, banheiro e cozinha, além de produtos de higiene pessoal, cosméticos e linha de produtos infantis;

c) bebidas: esse setor oferece uma gama variada de bebidas especiais como vinho, whiskys, conhaques, sucos, refrigerantes, água mineral e a tradicional cerveja;

d) açougue: apresentam-se, nesse setor, uma variedade muito grande de carnes suínas, bovinas e aves, além de embutidos e derivados de carnes.

e) padaria: além do pão francês, são fabricados vários itens de confeitaria como doces, bolos e salgadinhos diversos.

f) hortifruti: esse setor também apresenta uma enorme variedade de frutas, legumes e verduras, além de ovos e produtos naturais diversos.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia tem como função mostrar caminhos a percorrer entre os desafios, segundo DEMO (1987), a metodologia é uma preocupação instrumental, que trata do caminho, para a ciência tratar a realidade teórica e prática e centra-se geralmente no esforço de transmitir uma iniciação aos procedimentos lógicos voltados para a questão da casualidade dos princípios formais da identidade, da dedução, da objetividade e etc.

Visando todos os pressupostos o assunto em trabalho é pautado através de estudos teóricos e bibliográficos que ajuda a desenvolver novos rumos aos conhecimentos que desenvolve a gestão empresarial e todo o seu conjunto envolvido.

Pensando em desencadear novas qualidades, serão elencadas para os resultados, observação, conversas diretas e indiretas com os gestores administrativos de cinco supermercados da cidade de Marcolândia-PI e entrevista estruturada com questionários aberto para coleta e registro dos dados, já que todos os supermercados possui as mesmas carência, podendo assim conhecer a realidade e descobrir os desafios enfrentados diante da promoção de líderes e motivação de seus colaboradores.

### **3.1 Tipologia e Abordagem da Pesquisa**

Este estudo encontra-se no modo descritivo, pois específica as propriedades, as características e os perfis mais importante dos grupos e pessoas abordadas, também é de caráter exploratório por realizar um estudo preliminar do principal objetivo, familiarizando com o fenômeno investigado para que possa ser concebida com uma maior compreensão e precisão.

A presente pesquisa é de nível conceitual e de definição operacional, no qual aborda amplamente o universo dos gestores dentro do seu processo de contribuição para criar um ambiente com liderança e motivar seus colaboradores.

De abordagem quantitativa que tende a ser associada a fundamentação dos dados, visa gerar resultados explícitos no qual serão demonstrando através de relatório, mostrando que existe a possibilidade de encontrar medidas qualificáveis a partir da amostra e desenvolver conceitos, idéias referentes aos dados.

### **3.2 Local da Pesquisa**

Para uma abordagem mais ampla, será analisada as estratégias utilizadas pelos gestores e a relação entre gestores e seus colaboradores, chegando ao ponto de equilíbrio mais importante que são os clientes que frequentam os supermercados da cidade de Marcolândia-PI, localizada na divisa dos estados do Piauí e Pernambuco.

Visto que os profissionais administrativo não possui formação específica e ocupa todo o seu tempo com a administração em geral, ocupando uma carga horária de 40hs, sendo exaustivo e não tendo tempo de buscar qualificações para um melhor desempenho e resultados.

### **3.3 Instrumento de Coleta de Dados**

Será utilizado um método flexível na obtenção de informação, através das entrevistas semi-estruturadas e informal, no qual possivelmente introduzirá possibilidades e variações de habilidades para o esclarecimento das indagações realizadas. No procedimentos de Coleta de Dados foi feito inicialmente um levantamento bibliográfico, através de livros, revistas, artigos entre outros sobre o tema em questão, onde a seleção facilitará a leitura e um desmembramento mais específico sobre a temática, sistematizando-a, pois segundo CUNHA 2001, uma vez que se saiba qual temática abordar é preciso

definir qual fonte de informação será empregada.

### **3.4 Análise dos Dados**

A análise dos dados é um processo complexo que envolve retrocessos entre dados poucos concretos e conceitos abstratos, entre o raciocínio indutivo e dedutivo. Para analisar utiliza-se de instrumentos como tabelas e gráficos para desenrolar a compreensão de acordo com a concepção de Lakatos (2010, p. 231).

Levando em consideração que a abordagem é qualitativo pois é um estudo de caso, a análise dos dados serão comparados com o marco teórico para despertar o interesse e desenvolver uma formação eficaz.

A entrevista ocorreu através de questões semiestruturadas e presencial onde durante a entrevista foi possível perceber que a empresa nasceu de uma cultura familiar convive com alguns problemas relacionados à gestão de pessoas, entre eles a falta de um líder responsável para interagir com seus colaboradores, pois devido a falta de um planejamento estratégico e elaboração de um plano de metas os colaboradores entram em rotineiros conflitos, haja vista ausência de um líder que esteja preparado para transmitir de forma clara e estratégica os interesses da empresa e transformá-los em motivação e crescimento para seus colaboradores. Portanto na abordagem comportamental, as características pessoais são consideradas menos importantes que o real comportamento exibido pelos líderes. Três categorias gerais do comportamento de liderança receberam atenção particular: comportamentos relacionados ao desempenho de tarefas, à manutenção do grupo e à participação do empregado nas tomadas de decisão. Como não há departamentalização e responsáveis gerencias, a comunicação dos colaboradores não obedece nenhum tipo de hierarquia, sobrecarregando as assistentes administrativas (proprietários) que se reportam a chefia constantemente para resolução de todos os problemas que se apresentam. O grande desafio das empresas está em preparar e desenvolver pessoas que exerçam o cargo de liderança, desenvolvendo as competências e habilidades inerentes ao cargo, fazendo com que esse funcionário lidere e faça os colaboradores acreditar que mudanças são necessárias e produtivas para o crescimento organizacional, mesmo tendo como obstáculo a relação proprietário, líder e colaborador tão próximo e familiar.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Segundo Marconi; Lakatos (1996) e Levin (1985) a população a ser pesquisada ou universo da pesquisa, é definida como o conjunto de indivíduos que partilham de, pelo menos, uma característica em comum. E baseado nisso, foi feito um levantamento de dados através da pesquisa de 100% dos profissionais, para obter maior vantagem e exatidão nas análise de 50% das pessoas para respostas mais definitivas.

O pressuposto aqui são as práticas dos gestores empresarial utilizadas na caracterização dos seguintes desafios:

- Cumprimento da função social para o crescimento da organização, realizando possibilidades concretas.
- Anseio de novas formações para a equipe, para acompanhar as mudanças quem vem ocorrendo.
- Rompimento de concepções arraigadas em tradições que não correspondem aos tempos de agora.
- Demandas que fazem com que os colaboradores abandonam certas posturas calçadas no vício da cultura da repetição.
- Reconhecimento de que a gestão deve primar pela interação das práticas administrativas, legislativa e financeira.
- O aparato de teorias de aprendizagem, de desenvolvimento e de metodologias de ensino que dinamiza os preceitos de organicidade, justiça, autonomia e participação.

Para adquirir a amostra foi realizado num primeiro momento conversas informais com aos gestores empresarial visando estabelecer critérios para análise e seleção dos elementos necessários para os dados. Pois sabemos que a administração surge como uma pirâmide e mediante disso terá a necessidade de conhecer todo o pessoal envolvido.

Em primeira instancia demandou a necessidade de conhecer a estrutura organizacional, visando identificar e reconhecer as principais características dos envolvidos.

A partir do segundo momento foi analisado as dificuldades enfrentadas no cotidiano, através de reuniões virtuais, onde expôs os anseios. Com questões semiestruturadas foi identificado à importância da gestão empresarial, onde abriu-se um leque de possibilidades para os fatores encontrados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou as grandes relevâncias em compreender a verdadeira representação das pessoas que convivem diretamente com essa realidade, para que se possa entender a natureza e qualidade das possíveis intervenções.

Ao conhecer as verdadeiras funções do gestor e seu dever de adequar a realidade as condições de trabalho sendo agente de motivação e reconhecendo a necessidade de sua equipe sociedade entendendo que haverá uma democracia maior na participação ativa de todos os colaboradores, onde cada um com seu papel distinto possam se complementar para promover um ambiente mais agradável e resultados mais significativos.

Nesse sentido espera-se que a gestão possa resignificar seus conceitos a cerca dos profissionais, oferecendo-lhes oportunidades uma colaborativa e que não impeçam que esses sujeitos se relacionem com o mundo enquanto ser ativo, interativo e com potencialidades a serem desenvolvidas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Vítor. **Comunicação Interna nas Empresas**. Editora: Áreas, 2003.
- CARVALHO, J. F.; MARTINS, E. P. T.; LÚCIO, L.; PAPANDRÉA, P. J. **Qualidade de vida no Trabalho e Fatores Motivacionais dos Colaboradores nas Organizações**. Unisepe, n. 07, set. 2013.
- CASSOL, A.; GONÇALO, C. R.; SANTOS, A. M.; RUAS, R. L. **A Administração Estratégica do Capital Intelectual: Um Modelo Baseado na Capacidade Absortiva para Potencializar Inovação**. XVII Semead – Seminários em Administração, out. 2014.
- CHIAVENATO, I. **Como transformar Rh (de um centro de custo) em um Centro de Lucro**. 2ª ed. São Paulo: Marron Books,2000.
- CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2001. 168p.
- DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2000.
- DEMO, Pedro. **Introdução ao ensino da metodologia da ciência**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história de violência nas prisões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

- HAMPTON, David R. **Administração: Comportamento Organizacional**. São Paulo.Ed. MaKron Books.p.32, 210-212.
- KISIL, Marcos. **Gestão da Mudança Organizacional**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, v. 4, 1998. (Série Saúde & Cidadania).
- KOTLER, P. **Administração de marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 1998.
- LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001
- MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**, 15ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.
- NASSAR, Paulo (Org.). **Comunicação Interna: a força das empresas**. 2º Edição. São Paulo: Editora Aberje, 2005, P. 46-59.
- ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- ROSSETI, José Paschoal.**Introdução a Economia**, Ed 20-São Paulo:Atlas, 2003

## Capítulo 6

### RECEITA E DESPESA PÚBLICA: ANÁLISE DO ANO DE 2020 DO IFPI CAMPUS PAULISTANA

Welkson Pinheiro do Nascimento  
Bacharel em Administração  
Nivianne Lima dos Santos Araújo  
Mestra em Contabilidade

#### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as receitas e despesas públicas executadas pelo IFPI / Campus Paulistana, no ano de 2020, bem como o modo que estas são elaborados em seus principais instrumentos de planejamento e execução, ou seja, por meio do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes, Lei de Orçamento e pela mais recente Lei de Responsabilidade. Os resultados desta pesquisa indicam, de forma macro, que apesar de o Brasil ser um País de uma vasta obra de leis, ainda há necessidade de melhor planejar suas atividades orçamentárias haja visto que mesmo com a existências destas, é possível verificar que, a grosso modo, tem-se desrespeitado os instrumentos legais, e de forma micro, que o IFPI/Paulistana tem executado seus orçamento de forma eficiente e eficaz.

**Palavras-chave:** Receita Pública. Despesa Pública. Planejamento. Execução. IFPI. Paulistana.

#### 1 INTRODUÇÃO

Receitas e despesas públicas são um assunto discutido não só no Brasil, mas em todo o mundo, pois é notória a sua importância para a economia.

Há autores que afirmam que somente em 1927 foi promulgado o primeiro instrumento legal a ser considerado orçamento, chamado “primeira lei orçamentária do Brasil”, a Constituição Federal de 24 trazia a obrigatoriedade de o Executivo elaborar o orçamento e o Legislativo aprovar. Pelo Decreto-Lei nº 200 de 1967 o orçamento brasileiro passou a ter definido como fundamental e norteador para as atividades da Administração Federal

O estudo que se segue, está centrado na importância de um orçamento que seja norteado pelas demandas sociais a fim de que o Estado brasileiro, como uma forma de retribuição pelas recursos oriundas as atividades da população, possa ter um retorno eficiente de suas contribuições.

Toda a Administração Pública está vinculada a executar seus atos baseado em várias princípios, sejam administrativos, sejam orçamentários, como veremos a diante, mas um dos Princípios que mais se pode notar é o da Legalidade, tendo em vista que a Carta Magna de 1988 afirma “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer, senão em virtude de Lei”.

Muito se fala em conceituação de orçamento público, mas em suma pode-se afirmar simplesmente que é arrecadação e gastos, para corroborar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG - afirma ser “É um instrumento de planejamento governamental em que constam as despesas da administração pública para um ano, em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas. É o documento onde o governo reúne todas as receitas arrecadadas e programa o que de fato vai ser feito com esses recursos. É onde aloca os recursos destinados a hospitais, manutenção das estradas, construção de escolas, pagamento de professores. É no orçamento onde estão previstos todos os recursos arrecadados e onde esses recursos serão destinados”

A proposta de orçamento para o ano de 2021, enviado pelo Governo Federal em 31/08/2020, prevê um deficit primário na ordem de R\$ 453 bi, ou seja, o governo terá que pedir autorização ao Congresso para financiar parte das suas despesas correntes. As projeções para 2022 e 2023 também não são boas, pois estima-se saldo negativos de R\$ 185 bi e R\$ 153 bi, respectivamente.

A Lei de Responsabilidade afirma no seu Art. 1º § 1º “A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar”

Pelo art. expresso no parágrafo anterior, notamos a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois até então, apesar de haver controle por parte dos gestores públicos havia uma certa liberdade legal nos seus atos de gestão, pois pela Legalidade, o administrador público só faz aquilo que a lei manda, portando para a Administração este Princípio é positivo, pois amplia o



território de atuação da Administração, daí então a referida Lei trazer várias limites quanto a aplicação de recursos, bem como contração de despesas, o que torna a máquina pública “pesada” do ponto de vista orçamentário.

Ainda no art. 1º da referida Lei, no seu § 3º, temos os Entes Públicos sujeitos a aplicação da LC nº 101, sendo eles deste a União até Municípios, de Autarquias a Fundações Públicas, bem como todo o que realiza dispêndios públicos, o que torna o planejamento orçamentário um instrumento de eficiência e eficácia.

A Administração traz em seus estudo o chamado Planejar, Organizar, Dirigir e Controlar “PODC” daí vemos a importância de planejar. Para Chiavenato (2004, p. 152) “O planejamento é a primeira das funções administrativas e é a que determina antecipadamente quais são os objetivos a serem atingidos e como alcançá-los” Segundo Kotler e Armstrong (2003, p. 33) O planejamento encoraja a administração a pensar sistematicamente no que está acontecendo e no que acontecerá. Ele força a organização a definir melhor seus objetivos e políticas, leva a uma melhor coordenação de seus esforços e oferece padrões de desempenho mais claros para o controle.

A metodologia definida para a investigação foi à realização de uma pesquisa literária com o objetivo de analisar as várias correntes que levam ao planejamento orçamentário, bem como da sua execução.

Sendo possível, ao final das mesmas, alcançar maior entendimento sobre o assunto em estudo, e assim, tornar-se apto a ratificar as hipóteses.

## **RECEITA PÚBLICA**

A Receita Pública é fundamental para a boa administração pública, tendo em vista que influencia na distribuição e destinação de orçamento para as gamas da sociedade.

O Manual de Receita do Tesouro Nacional define receita como sendo “um termo utilizado mundialmente pela contabilidade para evidenciar a variação ativa resultante do aumento de ativos e/ou da redução de passivos de uma entidade, aumentando a situação líquida patrimonial qualquer que seja o proprietário.”

O Manual de Receita do Tesouro Nacional define receita pública como sendo “ todos os ingressos de caráter não devolutivo auferidas pelo poder público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura das despesas públicas. Dessa forma, todo o ingresso orçamentário constitui uma receita pública, pois tem como finalidade atender às despesas públicas”

A partir da Lei nº 4.320/64, a chamada Lei de Direito Financeiro, as receitas públicas puderam ser classificadas em orçamentárias e extra orçamentárias, estas, não pertencem a Administração, mas sim a terceiros, logo em um momento futuro há necessidade de devolução, como por exemplo nos casos em que para contratação pública com empresas privadas haja necessidade de garantia, aquelas, pertencem a Administração e são exclusivos para ações e programas de governo.

A Lei de Direito Financeiro traz ainda a classificação das receitas públicas, sendo elas: Correntes e de Capital.

As receitas correntes ocorrem quando o órgão ou entidade pública, por meio do poder de tributar, operacionalizam com vistas a atingir objetivos, tendo várias subcategorias econômicas: tributárias, contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, serviços, transferências correntes e outras despesas correntes.

Segundo o Manual do Tesouro temos 08 tipos de receitas, conforme tabela abaixo:

<b>Tipos de receitas</b>
Tributária, as quais subdividem-se em : <ul style="list-style-type: none"><li>• <i>Impostos</i></li><li>• <i>Taxa</i></li><li>• <i>Contribuição de Melhorias</i></li></ul>
Contribuições
Patrimonial
Agropecuária
Industrial
Serviço
Transferência Corrente
Outras Receitas Correntes

*Autor 2020*

Importante é registrar alguns conceitos que servirão de base para a análise orçamentária, dentre os quais que o imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”, que as taxas são cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas

respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição” e que a contribuição de melhoria é cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado”.

As receitas de capital ocorrem entradas oriundas de contração de dívidas por meio de empréstimo e amortização do mesmo, financiamento e alienação. Tendo várias subcategorias econômicas: operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferência de capital e outras receitas de capital.

Segundo o Manual do Tesouro temos 05 tipos de receitas, conforme tabela abaixo:

<b>Tipos de receitas</b>
Operações de Crédito
Alienação de bens
Amortização de Empréstimos
Transferências de Capital
Outras Receitas de Capital

*Autor 2020*

## **DESPESA PÚBLICA**

A Despesa Pública é um ato emanado da autoridade competente o qual gera dispêndios para a Administração Pública como um todo, despesas estas que tem como objetivos custear serviços públicos, chamadas de despesas correntes, ou para custear investimentos, chamadas despesas de capital. Segundo o sitio de busca de informações, Wikipédia, a despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital). As despesas públicas devem ser

autorizadas pelo Legislativo , por meio do ato administrativo chamado orçamento público, exceção diz respeito às despesas extraorçamentárias.

A Lei de Direito Financeiro ( Lei 4.320/64 ) define despesa pública como sendo “a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento.”

A Constituição Federal/88 no Art. 165, é de iniciativa do Executivo a Lei de Orçamento, afirmando ainda no seu Art. 166 que o Legislativo deve apreciar esta lei, autorizando a sua execução, desta forma podemos afirmar que as despesas públicas devem ser autorizadas pelo Poder Legislativo, por meio do ato administrativo chamado orçamento público, a exceção para esta regra estão nas chamadas despesas extra orçamentárias.

É importante ressaltar que apesar de o Executivo ter a discricionariedade de elaborar o projeto de lei orçamentária, ao fazê-lo deve observar alguns requisitos de suma importância, sendo eles a utilidade pública, ou seja, não basta apenas gerar a despesas, é preciso que está seja útil a população atingindo uma gama da sociedade e não apenas um grupo específico, a discursão pública, ou seja, não se pode impor, é necessário uma política de coalisão para que se aprove, a possibilidade contributiva , ou seja, a população como um todo é que banca todas as despesas realizadas pelo governo, por meio de seus impostos, logo ao fixar despesas faz-se necessário verificar a capacidade contributiva para que não haja ainda mais oneração e ser estipulada, ou seja, obedecer ao Princípio da Legalidade, pois a Lei de Responsabilidade Fiscal ( Lei Complementar nº 101/2000 ), afirma que deve-se “fixar despesas” na Lei Orçamentária Anual (LOA).

A Lei de Direito Financeiro ( Lei nº 4.320/64 ) traz ainda a classificação das despesas públicas, sendo elas: Correntes e de Capital.

A natureza da despesa identifica em que será aplicado e qual o efeito na esfera econômica.

Segundo a Lei nº 4.320/64, temos que as despesa correntes são divididas em 02, quais sejam: Despesas de custeio as quais os gastos vinculados a LOA para manter a máquina em funcionamento, chamadas de despesa de manutenção, assim as aplicações mais conhecidas são as folha de pagamento, materiais de consumo, pagamento de terceirizadas, dentre outras e as Transferências corrente, as quais são os gastos que tem uma peculiaridade “não contraprestação direta de bens e serviços” o que é inverso a despesa de custeio, outro ponto importante é que essas despesas devem ser custeadas por

receitas de transferências correntes, como já mencionado estudo das receitas.

Já as despesas de capital dividem-se em 03, são elas: Despesas de investimento, as quais os gastos com obras, aquisições, instalações, equipamentos permanente, capital de Estado que tenha fins comerciais, bem como aquisição de imóveis para que se execute tais gastos; Inversões financeiras, nas quais os gastos ligados a aquisição de imóveis, bens de capital, títulos de capital, aumento de capital de entidades comerciais e financeiras, ou seja, toda operação que importe troca de dinheiro por bens; e as Transferências de capital, nas quais os gastos que importam em transferir recursos a entidades para que estas possam investimentos ou inversões financeiras, inclusive a amortização da dívida pública.

## **PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO**

Administração pública, num sentido amplo, é um sistema complexo, composto de instituições e órgãos do Estado, normas, recursos humanos, infraestrutura, tecnologia, cultura, entre outras, encarregado de exercer de forma adequada a autoridade política e as suas demais funções constitucionais, visando o bem comum.

PEREIRA 2010 P;7 afirma ainda que o “Estado tem função explícita de planejamento. Portanto, além de um instrumento da ação pública, o planejamento deve ser visto como uma imposição constitucional. Isso está explícito na Constituição Federal de 1988, por meio de vários dispositivos que estabelecem a obrigatoriedade de formulação de planos para viabilizar o alcance dos objetivos estabelecidos, que buscam o atingimento do progresso econômico e social”

A bem verdade é que sem planejamento não é possível se chegar a lugar algum, segundo Chiavenato “planejamento é tudo”, assim é possível que com planejamento o que se planejou não ocorra como tal, mas é possível fazer previsões.

Partindo desta óptica, a Administração Pública vem ao longo do tempo aperfeiçoando as suas formas de planejar orçamento, sendo elas o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual e a mais recente Lei de Responsabilidade Fiscal, além disto, desde 1964 que já se aplicada a Lei 4.320, a Lei de Direito Financeiro.

A Lei de Direito Financeiro, com seus 52 anos de existência, trouxe consigo imensuráveis contribuições na organização das finanças públicas

brasileira, bem como na Administração como um todo. É importante notar que mesmo com o passar do tempo esta Lei tem regido todos os Entes brasileiros.

Em seu Art. 2º temos a expressão de três princípios basilares do orçamento público do Brasil, sendo eles: Unidade: Um único orçamento para todo o Ente, Universalidade: Um orçamento que explicita toda receita e despesa e Anualidade: Um orçamento limitado no tempo.

Antes da Lei nº 4.320, tivemos vários níveis de orçamento, bem no início trabalhávamos com o Orçamento Clássico, o qual era apenas uma mera peça contábil, em que o planejamento era totalmente dissociado, não havia programas de trabalho, o foco aqui estava no objeto e não no objetivo, o que levava a Administração a não realizar com eficiência e eficácia suas ações, outra característica marcante é que o orçamento no exercício anterior era utilizado como critério para o exercício seguinte, a expressão ali vigente era a “Laissez-faire” – deixar fazer naturalmente.

Logo em seguida tivemos o Orçamento Desempenho, no qual já se buscava definir um propósito, um objetivo, começou-se a se perguntar: Para que serve os gastos? sendo este orçamento uma evolução em se tratando de matéria orçamentária, podendo afirmar que tivemos a 1ª modalidade de orçamento moderno. Após tivemos o Orçamento Base Zero em que afirmava-se que o orçamento anterior não gerava direito adquirido, mas este processo era moroso e oneroso, pois não se considerava conhecimentos prévios de execuções anteriores, até que chegamos no Orçamento Programa, onde tivemos a criação das figuras do PPA, LDO e LOA, tivemos a preocupação com objetivos, metas, prioridades, o Estado passou a ser intervencionista.

O Plano Plurianual – PPA – é uma peça de planejamento a longo prazo, mais precisamente para um execução num prazo de 04 anos. O PPA 2016-2019 no seu Art. 2º afirma que “O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas e a definição de prioridades do Governo Federal para a promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo.”

Este instrumento de planejamento governamental está previsto no artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998 e estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública, organizando as ações do governo em programas que resultem em bens e serviços para a população. É aprovado por lei quadrienal, tendo vigência do segundo ano de um mandato majoritário até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Nele constam, detalhadamente, os atributos das

políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, público-alvo, produtos a serem entregues à sociedade, etc.

O Plano Plurianual ( PPA ) é chamado de Planejamento Estratégico, deve ser enviado para o Congresso até o dia 31/08 e devolvido ao Executivo até 22/12, sendo sua gestão a busca por resultados mediante processos estruturados e instrumentos adequados à integrar as ações em torno dos programas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias ( LDO ) compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

No Brasil, a LDO tem como a principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimento do Poder Público, incluindo os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as empresas públicas e autarquias. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no Plano Plurianual.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é chamada de Planejamento Tático, deve ser enviada para o Congresso até o dia 15/04 e devolvido ao Executivo até 17/07, sua vigência é de aproximadamente 1,5 anos, por isso que se pode afirmar que é uma lei que entra em vigor, quando a anterior a ela ainda está vigente, é a única lei orçamentária que entra em vigor no ano da sua propositura, ela é uma conexão entre o PPA e a LOA, seu objetivo principal é filtrar quais ações/programas do PPA serão realizados no exercício da LOA.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) compreende: - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

A Lei Orçamentária Anual estima as receitas e fixa as despesas do Governo para ano subsequente. Se durante o exercício financeiro houver necessidade de realização de despesas acima do limite que está previsto na Lei, o Poder Executivo emite medida provisória, submetendo-a a aprovação do Congresso Nacional solicitando crédito especiais ou suplementares, ou nos casos especiais, como: guerra, calamidade, comoção internas, dentre outros,

emite créditos extraordinários, sem autorização prévia do legislativo, apenas anuência posterior. No caso dos créditos suplementares, estes podem ser solicitados através da própria LOA.

A LOA é chamada de Planejamento Operacional, deve ser enviada para o Congresso até o dia 31/08 e devolvido ao Executivo até 22/12, suas despesas sua propostas para serem executadas num curto prazo, seu objetivo principal é viabilizar as diretrizes, objetivos e metas do PPA, em acordo com a LDO, sua validade é de 01 ano, em consonância com o Princípio da Anualidade, em seu ciclo orçamentário temos a 1ª fase compreendendo a elaboração e a aprovação, e a 2ª fase compreendendo execução e avaliação.

Por último, temos a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que no seu Art. 1º afirma “A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.”

Está Lei brasileira impõe o controle dos gastos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, condicionado à capacidade de arrecadação de tributos desses entes políticos. Tal medida foi justificada pelo costume, na política brasileira, de gestores promoverem obras de grande porte no final de seus mandatos, deixando a conta para seus sucessores. A LRF também promoveu a transparência dos gastos públicos.

Podemos afirmar que a origem desta Lei surgiu por dois meios, o primeiro foi pelas vias legais, quando a CF/88 no seu Art. 163 afirma que Lei complementar disporá sobre: finanças públicas; dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público; concessão de garantias pelas entidades públicas; emissão e resgate de títulos da dívida pública; fiscalização financeira da administração pública direta e indireta; operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional, o segundo foi pela pressão internacional para que países pudessem controlar seus gastos.



Para Pires (2002 ) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe uma ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência de limites.

Há de se registrar, ainda, que segundo Ramatis de Almeida, Lúcia Moreira e Edilene da Costa “A natureza jurídica do conteúdo da Lei Orçamentária é de um ato condição, pois é ela quem dá eficácia a todas as leis anteriormente criadas que versem sobre receita e despesa. O orçamento tem como finalidade precípua relacionar os programas de trabalho do Governo enfatizando as metas e os objetivos a serem alcançados. É a chamada interligação entre planejamento e orçamento.”

É importante registrar, também, que estamos fazendo referência ao orçamento de uma instituição federal de ensino, e que, segundo Simony Quirino “ É necessário fazer frente à importância dos estudos relacionados a esta temática que proporcionam, segundo Salvador (2010), um dimensionamento que permite compreender e mensurar a importância dada a cada política pública no contexto histórico da conjuntura econômica, social e política vivenciada no país, deve-se enfatizar a importância da realização de mais estudos relacionados com a educação, procurando observar se esta vem sendo priorizada ou não e de que forma seus recursos estão sendo planejados e direcionados.

Segundo Estevão Horvath “Muitas das ações prestadas pelo Estado, por suas próprias características, devem apresentar certo grau de coordenação entre os entes federados. É este o caso da Educação, que, como se nota, é serviço público prestado coordenadamente por União, Estados, Distrito Federal e Municípios. É um dos casos em que fica evidente a adoção de um modelo de federalismo cooperativo no Brasil. É interessante notar que o Brasil adota um sistema de federalismo em que, embora os entes federativos no Brasil tenham diferenças significativas entre si (um verdadeiro federalismo assimétrico de fato), é formalmente um federalismo simétrico, com previsão de regras semelhantes para todos os entes da Federação.”

## **5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa utilizou-se de dados qualitativos, uma vez que não há interesse pela busca de evidências que comprovem as hipóteses definidas antes do início dos estudos, por isso, alguns autores a entendem como

“expressão genérica”.

Segundo Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências. Ainda de acordo com esse autor, é desejável que a pesquisa qualitativa tenha como característica a busca por:

“[...] uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc.)” (TRIVIÑOS, 1987, p.132).

Para Gil (1999), o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos. De acordo com Bogdan & Biklen (2003), o conceito de pesquisa qualitativa envolve cinco características básicas que configuram este tipo de estudo: ambiente natural, dados descritivos, preocupação com o processo, preocupação com o significado e processo de análise indutivo.

Assim, a pesquisa qualitativa ou naturalista, segundo Bogdan & Biklen (2003), envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes. Entre as várias formas que pode assumir uma pesquisa qualitativa, destacam-se a pesquisa do tipo etnográfico e o estudo de caso.

Ainda, fora coletado informações junto a Instituição IFPI/Campus Paulistana a fim de verificar os objetivos orçamentários organizacionais, com isso incrementar esse trabalho, com métodos práticos de vivência de gestão.

## **6 EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS – IFPI/PAULISTANA**

O Instituto Federal do Piauí é uma Autarquia ligada ao Ministério da Educação, e nessa qualidade dispõe de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

No trato das questões da execução orçamentária, utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, no qual são dispostos os recursos descentralizados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para custeio e investimento da máquina pública.

As receitas geradas pelo Campus, no ano de 2019, foi de R\$ 5.514,42 advinda de multas por atraso de entrega de livros na biblioteca, emissão de 2ª via de certificados e pela concessão de espaço público para lanchonete.

Ao passo que as despesas no mesmo ano somaram R\$ 3,1 milhões, isso mostra que a instituição não gera receita que por si só mantenha suas despesas, e que depende do orçamento aprovado pelo Congresso para sua manutenção.

Ainda no referido ano, investiu R\$ 559 mil em assistência a estudantes e os contratos continuados e não continuados de prestação de serviço, somaram R\$ 1,6 milhões. A aquisição de gêneros alimentícios para manter o fornecimento de refeições aos discentes, somou R\$ 180 mil, as compras de bens permanentes, somaram R\$ 194 mil, e o residual foi utilizado para aquisição de outros itens necessários ao bom funcionamento da Escola Federal em questões, tais quais: expediente, elétricos, hidráulicos e etc.

No ano de 2020 as receitas geradas pelo Campus foram de R\$ 1.381,39 advinda dos mesmos motivos que em 2019. Já as despesas de 2020 somaram R\$ 3.021.868,24, o que mostra mais uma vez que as receitas próprias não são capazes de suprir as despesas anuais da Autarquia, dependendo da aprovação orçamentária da LOA para manter suas atividades em funcionamento.

Os R\$ 3 milhões foram distribuídos de tal forma que R\$ 479 mil foram para assistência estudantil, R\$ 2,4 milhões para custeio e 56 mil para investimento, há de se registrar, ainda, que a LOA 2020 previa o valor de R\$ 2,9 milhões para a instituição, portanto verifica-se uma boa gestão local, resultando numa execução maior que a prevista.

A Direção Geral do Campus mostra-se comprometida com a boa prestação de serviço a comunidade, tem ampliado as ofertas de cursos e vagas na instituição, e articulado com diversos atores a fim de manter o diálogo e a transparência pública.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa aqui exposta teve por objetivo mostrar como o Orçamento Brasileiro, ao longo dos anos passou por várias modificações, estas que vieram para melhorar a gestão dos gastos públicos, vários instrumentos legais foram abordados, desde orçamentos sem qualquer planejamento até os mais bem planejados, sendo o finco principal sempre foi a eficiência e eficácia das aplicações públicas.

Segundo Santos & Camacho, num periódico da Revista Evidenciação Contábil & Finanças, “O governo utiliza o orçamento público como um instrumento de planejamento das ações, onde constam as receitas passíveis de serem arrecadadas em um determinado exercício, bem como a destinação das mesmas”, mostram a importância do instrumento orçamentário para permitir que ações governamentais possam atingir o objetivo público macro, que é o bem da coletividade.

O embasamento para as abordagens que aqui se buscou expor trouxe as principais leis e decretos que vinculam a Administração Pública na busca da melhoria da finanças públicas, sendo elas Lei nº 4.320/64, Lei de Direito Financeiro, Carta Magna de 1988, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e a mais recente Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ao entrar em vigor a Lei Complementar n. 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a mesma produziu grandes mudanças, estabelecendo limites e impondo ao administrador público a necessidade de priorizar o planejamento como forma de ter uma administração coerente, responsável e transparente.

No ano de 2020, podemos perceber que as contas públicas não tem apresentado o resultado esperado e previsto nos instrumentos, segundo a Agência Brasil, o Brasil deve encerrar com um déficit nas contas no valor de R\$ 343 Bilhões, valores esses também advindos da crise que a COVID-19 tem causado nas receitas públicas.

Os anos anteriores mostram outros números: 2010 superávit de R\$ 101 Bilhões, 2011 superávit de R\$ 128 Bilhões, 2012 superávit de

R\$ 104 Bilhões, 2013 superávit de R\$ 91 Bilhões, 2014 déficit de R\$ 32 Bilhões.

Daí percebemos que existe sim a possibilidade de crescimentos e controle dos gastos públicos, é simples, basta apenas aplicar as mesmas regras dos últimos anos, que ao que parece, tiveram um efeito eficaz e eficiente.

O Campus Paulistana mostrou-se eficiente, pois mesmo com o pouco recurso para administrar, tem realizado muitas ações que prol da comunidade, o que traz uma gestão que além de eficiente, é eficaz e tem efetividade. O Diretor Geral, Prof. Francisco Washington, afirmou que buscará mais recursos para implantação de outros cursos de forma a fomentar a boa educação e o trabalho técnico especializado proposto pela Rede Federal de Ensino.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MPOG. **Manual Técnico Orçamentário MTO 2015**. Edição 2015. Brasília 2014.

**Controladoria Geral da União**. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/glossario/DetalleGlossario.asp?letra=d>. Acesso em 15 de junho de 2016.

### **Constituição Federal de 1988.**

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2004.

GONTIJO, Vander. **Câmara do Deputados**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda>, Acesso: em 28 de novembro de 2020.

KOTLER,P.; ARMSTRONG, G. (2003). **Princípios de Marketing**. São Paulo ,Prentice Hall

Lei Complementar 101/2000 – **Lei de Responsabilidade Fiscal**;

Lei N<sup>a</sup> 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui **Normas Gerais de Direito Financeiro** para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

MAIA, V. **História do Orçamento Público no Brasil**. São Paulo, 2010;

MÁXIMO, Wellton. **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2020-08/orcamento-de-2021-eleva-previsao-de-deficit-primario-para-r-2336-bi>. Acesso em 28 de Novembro de 2020

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

PIRES, J. B. F. S. **Contabilidade pública**. 7. ed. 2002.

RECEITA PÚBLICA – **Manual – Brasil. 2. Administração Pública** – Manual – Brasil. I. Título Almeida Ramatis, Moreira Lúcia, Costa Edilene - **ORÇAMENTO PÚBLICO** – Rio Branco, 2010, Disponível em: Google Acadêmico

Quirino Simony – **Orçamento Público como Fonte de Estudos Educacionais – FINEDUCA** – 2011, Disponível em: Google Acadêmico.

Horvath, Estevão; Conti, José; Scaff, Fernando – **Orçamento Público e o Financiamento da Educação no Brasil**, Disponível em: Google Acadêmico.

Dos Santos, Luciano; Camacho, Eliane - **Orçamento público municipal: uma análise no município de cosmópolis/sp com enfoque no equilíbrio das receitas x despesas no período de 2007 a 2012 – 2014**, Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin>.

Oliveira, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** / Maxwell Ferreira de Oliveira. - - Catalão: UFG, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. 12.ed. Porto: Porto, 2003

## Capítulo 7

### **GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS: UMA ANALISE DE PEQUENAS EMPRESAS NA CIDADE DE PAULISTANA -PI**

Edcarlos Coelho Rodrigues

Bacharel em Administração

Magno Bruno da Silva Xavier

Bacharel em Administração

Nivianne Lima dos Santos Araújo

Mestra em Contabilidade

#### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo conhecer as práticas desenvolvida por médias e pequenas empresas em Paulistana -PI, no condizente a Gestão de Recursos Humano (GRH). Portanto, o objetivo central deste trabalho é investigar a maneira com que tem sido construída e praticada a gestão de pessoas nos pequenos e médios empreendimentos, bem como apresentar as experiências de profissionais de quem atuam em pequenas e médias empresas. Com isso, visa-se compreender de que forma tem sido executado na prática pelos colaboradores dos setores pesquisados, na visão de poder interferir para uma melhor adequação do bom uso do setor numa perspectiva de crescimento do estabelecimento. Uma vez que de acordo com estudo teórico acerca, entende-se que a justifica como meio de crescimento dos negócios uma boa prática do uso do GRH. Utilizou de estudo de alguns teóricos para melhor explorar o assunto, também realizou entrevista no modo qualitativo. Foram pesquisados seguimentos como uma rede de combustível e uma empresa no setor de calçados, sendo entrevistados proprietários, gerentes e colaboradores das empresas.

**Palavras-chave:** GESTÃO DE RECURSOS, HUMANOS NAS PEQUENAS EMPRESAS

#### **1 INTRODUÇÃO**

A Gestão de Recursos Humanos (GRH) em Medias e Pequenas Empresas (MPE) foi um assunto que surgiu no campo de estudos de GRH durante a década de noventa (DUNDON et al., 1999). As empresas

apresentam características de flexibilidade, escassez de recursos e baixo nível de especialização técnica e gerencial de seus integrantes, encarando problemas para desenvolver método de desenvolvimento para o setor de GRH (WILKINSON, 1999). Autores destacam que práticas e políticas de GRH como caminhos para o crescimento das organizações gerando a eficaz no setor econômico e empresarial. (BOXALL; PURCELL, 2008). Sendo conhecedor através de estudo teóricos que a gestão de recursos humanos é um fator essencial para a eficaz de uma empresa, independentemente do porte ou segmento empresarial, surgiu o interesse de conhecer na prática a efetivação deste processo. Pois sabe-se que manter uma boa harmonia entre colaboradores não é tarefa fácil, partindo desse pressuposto buscou-se a compreensão das metodologias usadas por proprietários, gerentes e colaboradores para manter o clima corporativo saudável dentro da empresa.

Neste artigo, abordaremos o conceito de gestão de recursos humanos e a sua importância para o crescimento da organização. Propomos levantar dados que contribua de forma geral para todos os envolvidos dentro da organização, tende em vista que excelentes resultados é sinônimo de crescimento coletivos.

César Souza (2000) faz um aviso aos profissionais de Recursos Humanos, ao afirmar: Torna-se necessário e urgente reinventar a área de Rh. Os profissionais dessa área só conseguirão ser co-autores das estratégias corporativas quando tiverem domínio dos diferentes negócios da empresa, visão estratégica, mente empreendedora e clara percepção das competências essenciais que fazem essa empresa ter lucro ou prejuízo (SOUZA, 2000)

Como base em estudos realizados observa-se a importância do setor de recursos humanos para a manutenção e desenvolvimento de uma empresa, segundo Chiavenato (1999), as definições para a Gestão de Pessoas é o conjunto de políticas e práticas necessárias para conduzir os aspectos da posição gerencial relacionados com as pessoas ou recursos humanos, incluindo recrutamento, seleção, treinamento, recompensas e avaliação de desempenho.

A maneira como as organizações conduz a gestão de pessoas vem passando ao longo do tempo por grandes transformações, transformações essas que tem ocorrido por diversos fatores: como avanços tecnológicos, relacionamento entre as organizações e as pessoas, entre outros.

Sendo assim a problemática da referida pesquisa visa apresentar relatos de situações e argumentos e foi estruturada da seguinte forma: Quais os resultados das práticas de gestão de pessoas aplicadas nas empresas na cidade de Paulistana do Piauí-PI?

A pesquisa foi exploratória e descritiva, sendo a primeira realizada por



meio de coleta de dados feita através de questionário, onde foram entrevistados colaboradores e proprietários de empresas e a segunda baseia-se em estudo teórico para melhor compreensão da temática abordada tendo em vista para se falar de determinado assunto faz necessário o conhecimento teórico a cerca, partindo desse pressuposto foram realizados estudos, fichamento, resumo baseado em fontes como exemplos. Visando proporcionar maior conhecimento acerca do fator abordado, com o intuito de torná-lo mais claro.

Este estudo pretendeu investigar as relações de pessoas existente dentro de uma organização empresarial na cidade de Paulistana -PI. Os objetivos específicos traçados foram: Elencar possíveis dificuldades enfrentadas nas relações humanas dentre da empresa, identificar quais medidas seriam necessárias para a superação dessas dificuldades e relatar como tais dificuldades interferem no desenvolvimento da organização.

O estudo permitirá a aquisição de conhecimento para o desenvolvimento de competências para administrar pessoas, assim a pesquisa trará um maior preparo para conhecerem e aplicar políticas e práticas de gestão de pessoas nas empresas com a visão de melhorar o desempenho organizacional. Além de visar a descoberta de competência buscando uma maior integração dos componentes curriculares e formar discente com a visão sistêmica, oferecendo a oportunidade de aliar a teoria à prática, por meio de estudos teóricos e pesquisa de campo.

Para entender de que modo a gestão de pessoas, as trajetórias e desafios enfrentados se constroem, foram realizadas entrevistas com proprietários, gestores e colaboradores de média e pequena empresas de variados ramos na cidade de Paulistana -PI, com a finalidade de entender e comparar as práticas em termos de gestão de pessoas vivenciadas. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas para uma análise qualitativa dos depoimentos.

O presente estudo está dividido por uma introdução, seguido da fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, análise dos resultados, considerações finais e referências.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:**

Partindo do pressuposto da necessidade de construir fundamentos teóricos para melhor ter uma visão crítica do tema abordado é que buscou entender por meio de estudo acerca do tema através de autores que apresentam conceitos gerais sobre gestão de recursos humanos (GRH), a partir da construção do conhecimento teórico teremos melhores condições para a

condução do projeto de pesquisa. Sendo conhecedor de muitas das transformações que o mundo vem sofrendo ao longo do tempo é notório que o setor de Gestão de Recursos Humanos também passou por modificações consideráveis, tomando notoriedade dentro das organizações uma vez que essa evolução do RH, apontou diversas mudanças para os profissionais do setor, exigindo adaptação, flexibilidade e capacitação.

De forma resumida, em uma pesquisa intitulada “A Evolução da Gestão de Recursos Humanos no Brasil”, Tose (1997) apresenta as cinco fases na evolução do perfil profissional de Recursos Humanos, que são: contábil; legal; tecnicista; administrativa e a estratégica. Segundo a professora, a primeira fase que aconteceu antes de 1930 centrava-se nos trabalhadores pelo viés contábil; a segunda fase legal (1930-1950) aparece a função de chefe pessoal, que direcionava sua atenção no acompanhamento e manutenção das recém-criadas leis trabalhistas da era de Getúlio Vargas; na terceira fase, a tecnicista (1950-1965), aplicada no Brasil pelo modelo americano que ergueu a função de RH ao status orgânico de gerência; conseqüente, a fase administrativa (1965-1985), criou as relações entre o capital e o trabalho, movida por forças trabalhadoras, onde houve o começo da ação sindical, denominada de novo sindicalismo; e por fim, a fase estratégica (1985 e atualmente), que segundo Albuquerque (1992), nesta fase há uma nova percepção do planejamento estratégico nas organizações e portanto uma nova visão organizacional do cargo de GRH. Nesse processo de mudanças foi onde, segundo CHIAVENATO 2007, houve mudança de nos termos de ARH, para gestão de pessoas. Isso ocorreu quando se teve a compreensão de que as pessoas seriam vistas como seres inteligentes, possuindo habilidades e conhecimentos, sendo o capital mais importante das organizações. Ainda na mesma linha, Gestão de Recursos Humanos, vem sendo reconhecido pelos gestores como algo fundamental no desenvolvimento das organizações.

Chiavenato (1999) coloca a grande importância dos seres humanos no contexto organizacional, sendo a questão básica tratá-los como recursos organizacionais ou como parceiro da organização.

Na visão de Toledo (1999), gestão de recursos humanos pode ser definida como a área de estudos e atividade que lida com os aspectos relativos ao elemento humano em geral, nas organizações. Ou, seja, a área que trata dos problemas de pessoal, de qualquer agrupamento humano organizado.

Nessa visão conclui-se que Gestão de Recursos Humanos caracteriza pelo planejamento da organização, no tangente ao trabalho com pessoas, o que requer uma condução sensível pelo ato de gerenciar as ideias dos colaboradores visando benefícios a empresa.

O que é gestão de RH? Consiste nos cuidados, práticas, técnicas e ferramentas para manter uma relação satisfatória entre a empresa e os seus colaboradores. O que ocorre tanto do ponto de vista de recrutar, motivar e desenvolver pessoas como cobrar desempenho e respeito a regras. Portanto entendemos que gestão de recursos humanos nas médias e pequenas empresas se caracteriza pela relação que se constrói entre todos os envolvidos dentro da organização tendo como objetivo o crescimento da mesma e de todos os colaboradores da instituição. Esse processo inicia no recrutamento que segundo Chiavenato (1985), recrutamento é o conjunto de procedimentos que visa atrair candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocupar cargos dentro da organização. É um sistema de informação através do qual a organização divulga e oferece ao mercado de recursos humanos, oportunidades de emprego que pretende preencher. Antes de qualquer processo seletivo faz-se necessário o levantamento do perfil adequado do candidato que deverá preencher a vaga.

Boxall e Purcell (2008) definem gestão de recursos humanos como todas as atividades associadas ao gerenciamento do trabalho e das pessoas nas empresas e em outros tipos de organizações. De acordo com os autores a gestão de recursos humanos envolve os processos relacionados ao desenvolvimento da organização não importando com o nível de ocupação desempenhada pelo colaborador. Segundo <http://kenoby.com/blog/gestao-de-pessoas> A gestão de pessoas é o conjunto de habilidades, técnicas, métodos e práticas que são empreendidos de forma coordenada e planejada para gerenciar colaboradores e as variáveis associadas à equipe. A proposta é maximizar as habilitações e possibilidades dos profissionais, gerando o direcionamento e o incentivo adequado para a boa produtividade.

Ao gerenciar recursos humanos de maneira efetiva e com qualidade, a empresa alcança uma série de benefícios. A medida possibilita torná-la mais competitiva e elevar os resultados para patamares superiores.

## 2.1 O DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

A administração de Recursos Humanos é o ramo especializado da Ciência da Administração que envolve todas as ações que têm como objetivo a integração do trabalhador no contexto da organização e o aumento de sua produtividade. É, pois, a área que trata de recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento, manutenção, controle e avaliação de pessoal (GIL, 2001, p.17).

O Departamento de Recursos Humanos (DRH) inicia-se quando “os

empregados se tornam um fator de produção cujos custos deveriam ser administrados tão racionalmente quanto os custos dos outros fatores de produção” (FISCHER, 2002, p. 19).

O pilar das empresas são os colaboradores uma vez que a sua produtividade depende do desenvolvimento dos mesmos. Portanto é essencial a elaboração e aplicação de métodos que permita o desenvolvimento de habilidades e competência dos seus funcionários. Para tanto criou o Departamento de Recursos Humanos (DRH), que é o setor responsável para descobrir, conquistar e segurar profissionais, articulando os objetivos entre funcionários e organização. Assim a Gestão de Pessoas traz um desafio para as empresas que busca gerenciar esse departamento na visão de ajudar seus colaboradores que trabalha na empresa buscando atingir os objetivos da organização e dos colaboradores. Portanto esse processo visa o desenvolvimento da integração dos interesses de crescimento de ambos os envolvidos dentro da empresa. O departamento de Recursos Humanos de uma organização tem função de harmonização entre proprietário e colaboradores da mesma, tendo como papel articular juntos aos colaboradores o processo de motivação para que esse sintam-se bem acolhido no ambiente de trabalho, ao tempo que também tem a função de mostrar para a organização o desenvolvimento do colaborador tanto os aspectos positivos ou negativos, pois cabe a essa fazer a avaliação dos seus colaboradores. Chiavenato (2003) conceitua que recursos humanos é uma área interdisciplinar que tem a capacidade de envolver inúmeros conceitos oriundos de várias áreas, por tratar diretamente com o ser humano, ou seja, indivíduos com personalidades diferentes, o que requer de qualquer especialista na área de recursos humanos uma experiência e um bom volume de conhecimento em diferentes áreas. Esse departamento tem como principais funções: Recrutamento, estruturação, treinamento, instrução, capacitação, qualificação, entre outras.

As organizações que trabalham com o setor de Gestão de recursos humanos, GRH somam valores e a apresentam maior confiabilidade quanto aos serviços prestados, uma vez que contam com um departamento específico para orientar e motivar os seus colaboradores. Evidencia que as organizações tem intensificado a implantação do setor de RH, uma vez que ela tem percebido que por meio da motivação dos seus colaboradores através do seu crescimento por sua vez esses trarão melhores resultados para a empresa. Nesse sentido é evidente que a construção de uma harmonização dentro da organização entre seus integrantes proporcionará um maior rendimento e produtividade o que indicará maior crescimento e lucratividade. Portanto colaboradores bem integrados e satisfeitos dentro da organização, eleva a

autoestima tornando promotores de sua organização.

Diante dos fatos é válida o investimento constate para atualizar esses colaboradores, incentiva-los, motiva-los afim de deixa-los realizados com o trabalho.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, a primeira se caracteriza por buscar uma apreensão de significados na fala dos sujeitos, interligada ao contexto em que eles se inserem (ALVES; SILVA, 1992). Foram entrevistados proprietários e colaboradores de média e pequenas empresas de variados ramos na cidade de Paulistana -PI, baseadas em um roteiro semiestruturado no qual são fornecidas opções de resposta para facilitar na codificação, análise e interpretação de dados das respostas dos entrevistados. As entrevistas foram transcritas para uma análise qualitativa do discurso dos entrevistados. O conteúdo das entrevistas é sobre temas que envolveram a história da empresa, organização dos setores e relações humanas dentro das organizações visando buscar as melhores informações com finalidade de se ter mais clareza na conclusão dos resultados.

Portanto, para tal estudo, foram utilizados dois métodos buscando um embasamento e análise dos dados. O primeiro, refere-se a pesquisa bibliográfica, feita pela consulta a livros, dissertações e artigos científicos referentes ao tema. Para tanto foram realizados estudos sistemáticos através de leituras, resumos e fichamentos de autores que discorre sobre o tema. Baseando em fontes como exemplos: ALVES, (1992). CHIAVENATO, I. (1999). TOLEDO -7 ed. São Paulo: Atlas, (1999). WILKINSON, (1999). SEBRAE, SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Entre outras.

A parti dessas informações o pesquisador terá maior amplitude para a condução daquilo que se objetiva, assim o conhecimento teórico foi construído dentro de uma linhagem da evolução da Gestão de Recursos Humanos (GRH), relacionando a importância de tal prática para o crescimento dos colaboradores e da organização.

O segundo método foi a pesquisa de campo, cuja verificação de dados se concluiu através da aplicação de um questionário com 09 questões com resposta fechadas destinado ao proprietário da empresa e aos colaboradores da empresa. Esse questionário tinha o mesmo tipo de questionamento para o mesmo seguimento em cada empresa e foi aplicado no período de novembro/dezembro de 2020, tanto para a rede de combustível como para a

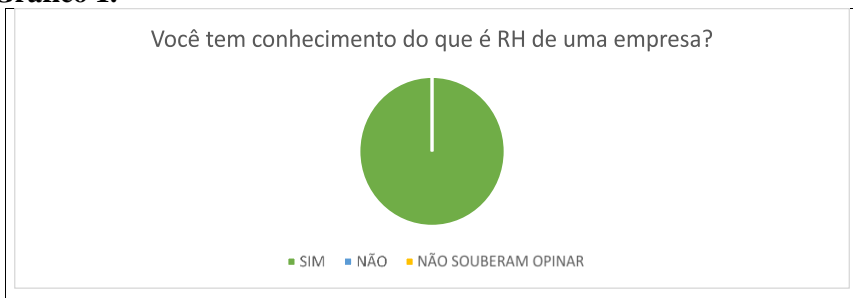
rede de calçados. Todos os entrevistados fazem parte da região de Paulistana cidade mãe das demais cidades que ocupa tais estabelecimentos hoje.

Logo, após colhida a resposta dos questionários os dados, usou as tabelas e gráficos para uma melhor análise dos resultados. Diante das informações foi possível entender como é desenvolvido o setor de Gestão de Recursos Humanos dentro das média e pequena empresas na cidade Paulistana Piauí. Além de que os resultados permitiram entender a relação de crescimento da organização e seus colaboradores. Na linha de resultados mostra as duas vertentes distintas fortalecendo a teoria que boas interações traduzirão em bons resultados. Assim se mostrará o melhor caminho para desenvolver uma boa Gestão de Recursos Humanos em pequenas empresas.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS:

A seção de análise de dados abaixo irá sintetizar os dados coletados com cinco colaboradores de duas empresas situadas na cidade de Paulistana-PI, os mesmos foram entrevistados de forma aleatória sem nenhum tipo de distinção. As empresas possuem entre 10 e 49 funcionários, são segundo o SEBRAE empresas de pequeno porte (EPP). Ref. SEBRAE – NAI Dicese. Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2013, p.17. Sabe-se que o objetivo central do trabalho é entender como funciona o setor de Gestão de Recursos Humanos dentro das empresas estudadas, tendo em vista este objetivo foram realizados dois questionários, sendo o primeiro destinado ao proprietário de ambas as empresas, contendo 10 questões e o segundo para os colaboradores dessas empresas com 11 questões, sendo aplicado sem nenhum tipo de distinção. Os resultados foram expostos por meio de gráficos de setor.

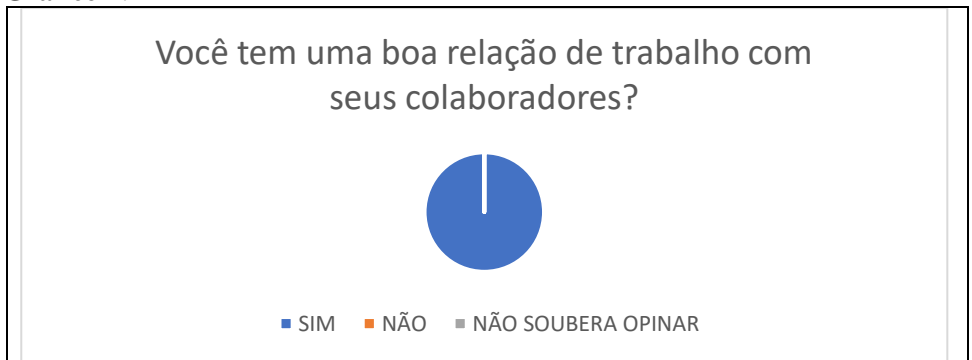
Gráfico 1.



Autores (2020)

Através do questionário aplicado nas empresas, conforme o gráfico 1, é possível concluir que tanto os proprietários quanto os colaboradores já ouviram falar da definição do setor de recursos humanos, onde totalizam que dos entrevistados 100% tem conhecimento, o que leva a reflexão da importância deste setor para as organizações pois através dele a empresa tem como objetivo a qual abrange o ambiente interno que é aplicado diretamente sobre as pessoas através dos cargos ocupados, a área de recursos humanos dentro de uma empresa é geralmente trabalhoso, o setor existe como auxílio dentro da empresa, assessorando os setores, e desenvolvendo diretrizes capazes de solucionar problemas específicos com o quadro funcional. o Rh é o suprimento que possibilita ao chefe tomar decisões acertadas. Rocha (2009)

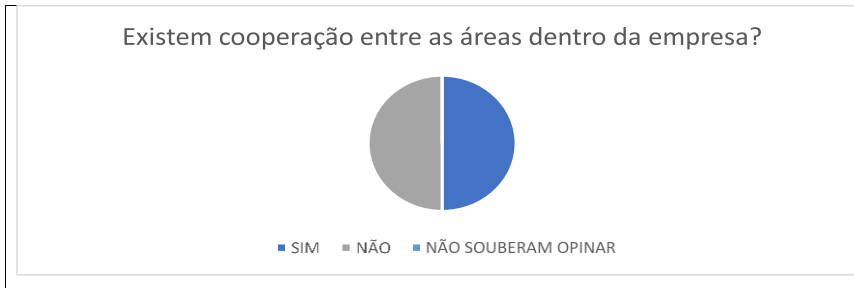
### Gráfico 2.



Autores (2020)

Através do questionário aplicado nas empresas, conforme o gráfico 2, é possível concluir que existe uma boa relação entre proprietários e colaboradores, onde totalizam que dos entrevistados 100% afirmaram ter uma boa relação. O relacionamento interpessoal no trabalho é um fator importante que faz com que um profissional tenha uma carreira promissora ou não. Muitas vezes essas habilidades sociais fazem com que o profissional receba uma promoção e impulse sua carreira.

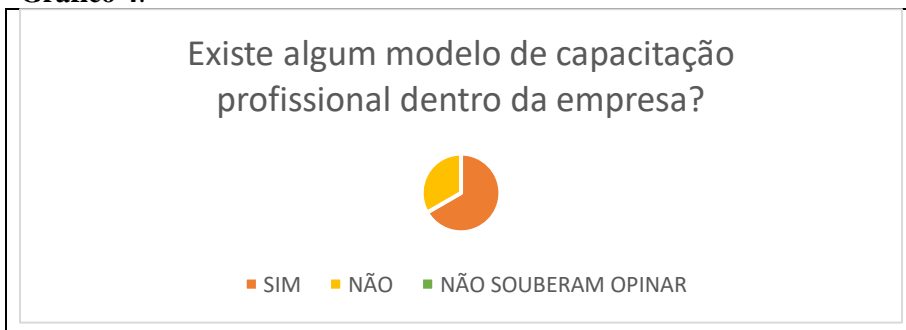
**Gráfico 3.**



Autores (2020)

Quando questionados sobre a cooperação existente entre os colaboradores dos diversos setores das empresas, conforme o gráfico 3, 50 % dos entrevistados afirmaram não haver essa cooperação e 50% afirmaram que existe essa cooperação. As razões pelas quais um determinado grupo de pessoas se reúne para realizar uma determinada tarefa podem ser as mais variadas possíveis. Quando uma tarefa ou problema é grande, complexo ou requer múltiplas competências, é necessário unir os esforços de várias pessoas. Em geral, grupos se formam para a construção de um produto que pode ser tão concreto como um texto, um software ou o projeto de um artefato; tão abstrato como uma decisão ou a formação de um conhecimento comum – um aprendizado – sobre um determinado assunto (MAGDALENO, 2013).

**Gráfico 4.**



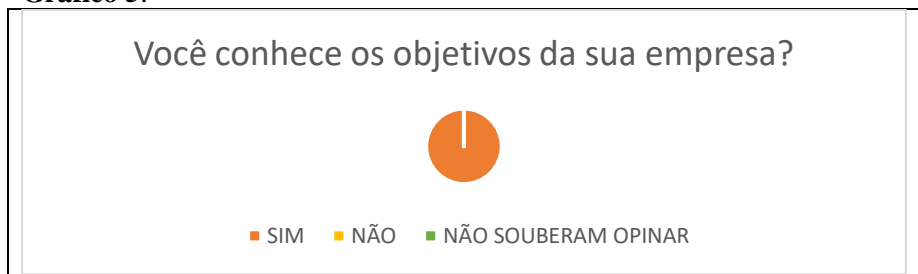
Autores (2020)

Através do questionário aplicado nas empresas, conforme o gráfico 4, é possível observar que quando questionados sobre um modelo de capacitação



dentro das empresas 66,66% afirmaram ter conhecimento de um modelo de capacitação dentro da empresa para qual prestam algum tipo de serviço e 33,33% responderam não ter conhecimento sobre um modelo de capacitação dentro da empresa.

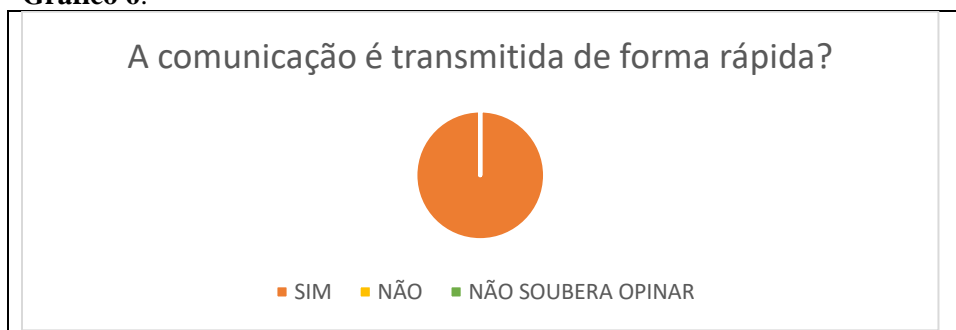
**Gráfico 5.**



Autores (2020)

O gráfico 5 mostra que ao serem questionados sobre conhecerem os objetivos da empresa, 100% dos entrevistados afirmaram ter conhecimento acerca dos objetivos da empresa para qual prestam serviços. Os objetivos de uma empresa são uma poderosa ferramenta, já que através deles as decisões de como liderar a equipe também podem ser tomadas de maneira mais prática. Todo o planejamento depende de um objetivo que a empresa estabelece, ora para iniciar um negócio, solucionar um problema ou atingir um novo público-alvo.

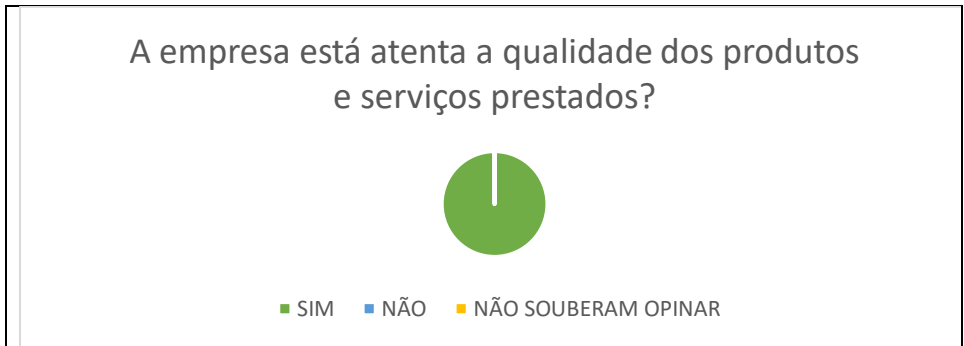
**Gráfico 6.**



Autores (2020)

Quando questionados sobre a comunicação ser transmitida de forma rápida, conforme o gráfico 6, 100 % dos entrevistados afirmaram que a comunicação é transmitida de forma rápida. Sabemos que cada uma das estratégias possui sua importância, e a comunicação interna é uma das estratégias usadas para engajar os colaboradores e outros públicos que fazem sua empresa funcionar corretamente. Quando há falhas nesse processo, uma série de problemas acontece: desalinhamentos entre os projetos; atrasos nos prazos; problemas no relacionamento entre os colaboradores e líderes; entre outras situações negativas. Geralmente nesses casos, uma das partes envolvidas não compreende com clareza as expectativas da outra, seja entre os fornecedores e a organização, entre parceiros ou entre o funcionário e chefe – o que acaba prejudicando os trabalhos.

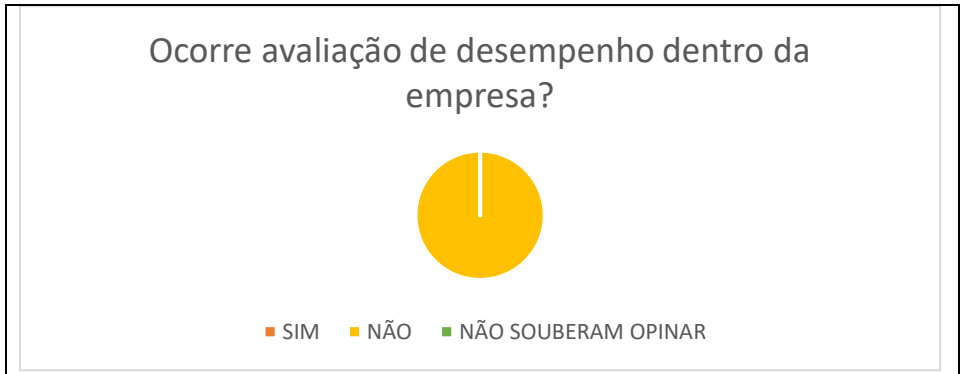
### Gráfico 7.



Autores (2020)

Quando questionados sobre a qualidade dos produtos e serviços prestados 100% dos entrevistados, afirmaram que as empresas para a qual prestam serviços estão atentas a qualidade dos produtos e serviços prestados. A atenção com a qualidade nos produtos e na prestação de serviços pode ser determinante para o sucesso de uma empresa. Uma vez que falar de prestação de serviços é falar de resultados: aquilo que é prometido será avaliado pelo consumidor junto com a sua experiência vivida com a empresa, e definirá se o serviço é de qualidade e se a empresa merece ser recomendada e conceituada como uma empresa alinhada a qualidade de prestação de serviços e qualidade de produtos.

**Gráfico 8.**

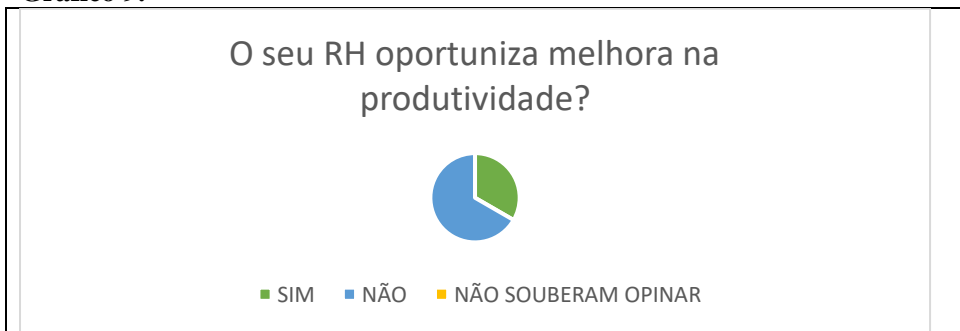


Autores (2020)

Questionados sobre a avaliação de desempenho, o gráfico 8 demonstra que 100% dos entrevistados afirmaram que não ocorrem nenhuma avaliação de desempenho dentro da empresa para a qual prestam serviço. Sabemos que existem várias formas de aumentar a performance de uma equipe de colaboradores. E para saber o que é necessário melhorar nessa performance, você precisa utilizar a avaliação de desempenho. Não é viável esperar que os resultados ruins apareçam para perceber que há algo errado. O correto é fazer um acompanhamento contínuo e a avaliação de desempenho irá permitir esse acompanhamento.

A avaliação de desempenho é uma ferramenta do RH para analisar a performance de um colaborador ou de um time inteiro. Por meio da avaliação de desempenho, é possível avaliar competências comportamentais e técnicas dos colaboradores. E, ainda, relacioná-los com a cultura da empresa.

**Gráfico 9.**



Autores (2020)

Através do questionário aplicado nas empresas, conforme o gráfico 9, 33,33% deles são oportunizados pelo RH da empresa para qual prestam serviços a melhorar sua produtividade e 66,66% afirmaram não ser oportunizados. Sabemos que toda empresa busca ter colaboradores de alta performance, que produzem muito e geram resultados satisfatórios para a organização. Mas os níveis de produtividade na empresa, nem sempre estão elevados como os diretores e gestores desejam e por isso o RH tem um papel fundamental para reverter essa situação. Ele é um setor que pode colocar ações em prática que irão fazer toda a diferença na produtividade dos colaboradores de uma empresa.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho partiu da premissa de compreender de que forma está sendo aplicado o conhecimento sobre Gestão de Recursos Humanos dentro das pequenas e médias empresas na cidade de Paulistana do Piauí, pois essa compreensão nos permite uma visão mais crítica acerca do assunto discutido, assim buscou-se observar as práticas da gestão de recursos humanos, tendo em vista que é um fator importante tanto para o trabalhador como para as empresas.

Nesse contexto, faz sentido afirmar que as práticas de GRH influenciam para o crescimento e desenvolvimento das organizações de médio e pequeno porte. Contudo, é necessário compreender as especificidades de sua aplicação em MPE. O estudo permitiu uma visão ampla de que a prática do bom uso do setor de gestão de recursos humanos possibilita um maior desenvolvimento com eficácia de todo conjunto pertencente a organização, uma vez que essa relação trás uma integração harmoniosa, assim essa boa convivência permite maior dedicação e evidentemente melhores resultados. Com base nisso, podemos afirmar que a gestão do capital humano necessita de cuidados por isso deve-se buscar resultados que beneficie a todos os envolvidos.

## **REFERÊNCIAS**

- ALBUQUERQUE**, Lindolfo Galvão de. **Competitividade e recursos humanos**. Revista de Administração, São Paulo, v. 27, p. 16-29, 1992.
- ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G. F. D.** da. Análise qualitativa de

dados de entrevista: uma proposta. *Paidéia* (Ribeirão Preto), n. 2, p. 61 - 69, 1992.

**BOXALL, P.; PURCELL, J.** *Strategy and Human Resource Management*. 2 a. ed. New York: Palgrave MacMillan, 2008.

**CHIAVENATO, I.** (1999). *Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

\_\_\_\_\_. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

**DUNDON, T.; GRUGULIS, I.; WILKINSON, A.** Looking out of the black-hole Non-Union Relations in an SME. *Employee Relations*, v.21, n.3, p.251-266, 1999

**FISCHER, André Luis.** Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. In: *as pessoas na organização*. São Paulo: Gente, 2002.

**GIL, Antônio Carlos.** *Gestão de pessoas: enfoque nos papéis Profissionais*. São Paulo:Atlas. 2001.

**MAGDALENO, A. M.,** 2013, *COMPOOTIM: Em Direção ao Planejamento, Acompanhamento e Otimização da Colaboração na Definição de Processos de Software*. Tese de Doutorado, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

**SEBRAE, SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.** *Fatores Condicionantes e Taxas de Sobrevivência e Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas no Brasil 2003–2005*. 2007.

**SEBRAE – NAI** Dicese. *Anuário do trabalho no micro e pequena empresa 2013*, p.17.

**ROCHA, D. G.** *Gestão de recursos humanos na administração pública*. 2009. 39 p. Projeto (Pós-Graduação Lato Sensu) – Universidade Cândido Mendes, Vitória, 2009.

**TOLEDO, F.** *Administração de pessoal, desenvolvimento de recursos humanos*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

**TOSE, Marília de Gonzaga Lima e Silva.** *A Evolução da Gestão de Recursos Humanos no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/1090>>. Acesso em 20/12/2020.

**WILKINSON, A.** *Employment Relations in SME*. *Employee Relations*, v.21, n.3, p.206-217, 1999.

## Capítulo 8

### EMPRESA STARTUP: Uma análise da legislação no enquadramento empresarial

Romeu Berger

Graduando em Ciências Contábeis

Nivianne Lima dos Santos Araujo

Mestra em Contabilidade

#### RESUMO

O mundo vive um novo momento chamado de quarta Revolução Industrial, ou também Indústria 4.0, que engloba um amplo sistema de tecnologias avançadas como inteligência artificial, robótica, internet das coisas e computação em nuvem que estão mudando as formas de produção e os modelos de negócios no Brasil e no mundo. Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo através da análise bibliográfica das Leis Complementares 167/2019 e 182/2021 que trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro a figura da Empresa Simples de Inovação bem como o seu enquadramento para ser considerado uma empresa Startup. Estas leis abordam o conceito legal de Startup, requisitos para enquadramento, seus processos de abertura, modificação e extinção, regidos pelo rito sumário e de forma simplificada do Inova Simples que será objeto a ser analisado no decorrer desta monografia. As duas leis que serão objeto a ser analisado vem de encontro a necessidade de modernização do estado Brasileiro frente aos avanços tecnológicos, regularizando algumas lacunas que travavam o processo de abertura e obtenção de capital financeiro para estes negócios. O profissional contábil deve estar atento as estas mudanças e acompanhar as novas leis que interferem diretamente no processo de abertura de novas empresas, e suas condições de enquadramentos e regimes especiais para poder orientar o empresário a tomar a melhor decisão e ter seu negócio amparado pela legislação vigente.

**Palavras-chave:** Startup. Abertura de Empresa. Enquadramento. Regime Jurídico. Inova Simples. Marco legal das Startups.

#### 1. INTRODUÇÃO

No final de 1700, o vapor se tornou uma nova fonte de energia e ajudou a inaugurar a Primeira Revolução Industrial. Continuamos evoluindo, melhorando e desenvolvendo novas tecnologias, passando da

eletricidade para a computação e para o que estamos vendo agora: a inteligência artificial.

Hoje, estamos vivenciando a Quarta Revolução Industrial, na qual a inteligência artificial, a robótica e a Internet das Coisas (IoT) estão transformando a experiência do cliente. Você pode ver essa mudança todos os dias: compra por meio de comando de voz, carros autônomos e dispositivos inteligentes que mantêm você sempre conectado. Na Quarta Revolução Industrial, a inteligência artificial ajudará as empresas a se conectar a seus clientes de uma maneira totalmente nova.

As Startups como são conhecidas as empresas que possuem base tecnológica estão ganhando cada vez mais espaço na economia mundial, estando presentes na vanguarda do desenvolvimento tecnológico privado, e presentes no dia-a-dia de milhões de pessoas. Em outras palavras, são empresas nascentes de base tecnológica, que tem, ao mesmo tempo, alto crescimento exponencial e grandes chances de ruptura financeira. Muitas das vezes essa modalidade de empreendedorismo tem se impulsionado devido a maior disponibilidade de recursos tecnológicos, proporcionados pela globalização, bem como pelas recorrentes crises econômicas que o país vive desde os anos 90, que impelem cidadãos a optarem por negócios que se sobressaíam aos demais visando se destacar no mercado. Atualmente empresas Brasileiras como 99, Nubank, iFood, Sympla, Loggi, Hotmart, dentre outras geram milhares de empregos formais e informais no Brasil.

Para Nagamatsu et al (2013, p. 2), o entendimento do conceito de startup é baseado na identificação do “grau de inovação envolvido no empreendimento e a criação de novos modelos de negócio considerando os históricos de sucesso da comercialização, bem como, as transformações do segmento”. Uma peculiaridade das startups, é que o processo produtivo e de vendas é cíclico, elas produzem, acompanham e aperfeiçoam o processo em busca do modelo de negócio lucrativo (BARROCA, 2012). Diante desse cenário, aspectos jurídicos e contábeis de startups premeditada para seu crescimento é essencial para sua sobrevivência e melhorar o retorno financeiro ao empreendedor.

No decorrer deste trabalho será apresentado como esta modalidade de empresa tem ganhado força no Brasil desde o início dos anos 2000, porém foi depois de 2010 que se passou a se identificar de melhor forma a presença delas no mercado. Segundo a Associação Brasileira de Startups (Abstartups), no ano de 2015 haviam 4.451 empresas cadastradas no Brasil. Em 2019 esse número já alcança 12.727, e só tende a crescer numa média de 26,75% ao ano. Ainda segundo dados da Associação de Investimento de Capital Privado na

América Latina (LAVCA), entre 2019 e 2018 foram investidos no Brasil um total de 1,4 bilhões de dólares em startups.

Entretanto, por estas entidades ter características inovadoras e muitas vezes atípicas em relação a outras empresas tradicionais, estas corporações encontravam-se num limbo no ponto de vista do direito empresarial e contábil. Algumas vezes, nem a administração pública e os órgãos do poder Judiciário não tinham o conhecimento e estruturas necessárias para atender as demandas e conflitos gerados por este novo tipo empresarial. De mesma forma, os regimes adotados pelas empresas tradicionais tendem a se mostrar defasados e impróprios para a dinâmica destas startups, uma vez que estas apresentam uma forte condição de incerteza quanto ao tipo de serviços e produtos que desenvolvem.

Quanto a questão das Startups pode-se citar duas leis que passaram a vigorar muito recentemente, a Lei Complementar 167/2019 sancionada em 24 de abril de 2019, e a Lei Complementar 182/21 o chamado Marco Legal das Startups, sancionada em 1º de junho de 2021. Estas duas leis dão maior foco a questão dos empreendimentos inovadores em território nacional, buscando defini-los e criando regimes jurídicos específicos e novos, que tem como objetivo fomentar e incentivar a abertura de Startups. De modo a ter essas empresas como vetores de desenvolvimento tecnológico e criadores de novos empregos, de maneira a beneficiar o cenário econômico social.

Apenas no ano de 2019 o Brasil passou a contar em seu ordenamento jurídico por meio da LC 167, que, dentre outros diplomas, estabelece a definição legal de Startup e cria um regime diferenciado para essas empresas, o Inova Simples.

Esta lei introduziu o Art.65-A na Lei do Simples Nacional, definindo que Startup é “a empresa de caráter inovador que visa a aperfeiçoar sistemas, métodos ou modelos de negócio, de produção, de serviços ou de produtos, os quais, quando já existentes, caracterizam startups de natureza incremental, ou, quando relacionados à criação de algo totalmente novo, caracterizam startups de natureza disruptiva.”.

Além disso, também passou a existir o Inova Simples, sendo que este é um regime jurídico específico para Startups, que passaram a ter um sistema de abertura, modificação e extinção formal mais célere, bem como dispositivos que as beneficiam. Podendo-se elencar o novo procedimento de registro de marcas e patentes, bem como benefícios tributários.

Já a LC 182/21 foi publicada em 1º junho de 2021, sendo conhecida como “Marco Regulatório das Startups”. Uma das mudanças previstas no Marco Legal das Startups é a definição de regras para o enquadramento das



empresas como startups. Elas são “organizações empresariais ou societárias, nascentes ou em operação recente, cuja atuação caracteriza-se pela inovação aplicada a modelo de negócios ou a produtos ou serviços ofertados”.

De acordo com a LC 182/21 são elegíveis ao enquadramento como startup o empresário individual, a empresa individual de responsabilidade limitada, as sociedades empresariais, as sociedades cooperativas e as sociedades simples com receita bruta de até R\$ 16 milhões no ano-calendário anterior (ou R\$ 1,333 milhão multiplicado pelos meses de atividade, para menos de 12 meses de operação).

Contudo, deve-se questionar qual será o verdadeiro impacto destas novas legislação na abertura destas empresas inovadoras, considerando os anseios existentes dos empreendedores, bem como os entraves sistêmicos que freiam ou atrasam o registro de empresas Startups no Brasil. Em outras palavras, é pertinente que se faça uma análise crítica das novas leis, para entender se ela realmente ampara estes negócios, e sana parte de suas fraquezas que advém dos regimes e enquadramentos empresariais tradicionais.

Deste modo, a presente pesquisa tem como objetivo principal analisar o impacto do novo regime especial Inova Simples e o enquadramento destas empresas na realidade empresarial brasileira. Abordando as especificidades das startups brasileiras, bem como dificuldades enfrentadas frente aos regimes já existentes. Também é necessário realizar uma análise sob o ponto de vista de natureza legal, considerando suas implicações na definição legal de Startup, as possíveis vantagens e desvantagens do regime e seu enquadramento na vida dos empreendimentos inovadores e as regulações advindas da LC 167/2019 e LC 182/21.

Startups, assim como qualquer tipo de empresa, necessitam de atenção e cuidados com relação à gestão jurídico-contábil que bem estruturada gera informações de qualidade para um crescimento de forma organizada e planejada.

O contador precisa fornecer apoio estratégico à startup, que inclui desde a abertura da empresa, orientando sobre o regime e enquadramento mais adequado as necessidades e perfil da empresa, preparação para receber investimentos, adequação tributária, elaboração de contratos, estruturação de planejamento de curto, médio e longo prazo e auxílio à gestão.

Devido à alta carga tributária e a uma legislação ampla e em algumas situações até confusa para os empresários e contadores este trabalho mostra se muito relevante, pois pretende buscar na legislação o que é aplicável para as Startups e como a escolha de um regime e enquadramento específico para esse perfil de empresas pode favorecer estes negócios em estágio inicial.

A originalidade deste trabalho será o foco em analisar duas leis que são bem recentes, uma publicada em abril de 2019 e a outra publicada em junho de 2021 e que impactam diretamente na abertura de novas empresas que se caracterizam tendo um modelo de negócio como Startup.

O mundo tem entrado em uma nova fase de negócios com a chegada da chamada Indústria 4.0 ou Quarta Revolução Industrial é uma expressão que engloba algumas tecnologias para automação e troca de dados e utiliza conceitos de Sistemas ciberfísicos, Internet das Coisas e Computação em Nuvem. Portanto este trabalho sem dúvidas demonstra se muito atual e necessário para o campo das ciências contábeis.

O presente trabalho justifica-se pelo fato de abordar algo relativamente novo, ainda pouco trabalhado. O tema abordado em questão tem ganhado grande destaque no mercado de trabalho, nos últimos anos. O impacto na sociedade é que quase 80% dos brasileiros concordam em abrir seu próprio negócio, valorizam o sucesso dos empreendedores e acompanham na mídia trajetória de empreendedores bem-sucedidos. (GEM, 2015).

A relevância gerencial do trabalho é expor as mudanças trazidas pela legislação brasileira para se adaptar e incentivar a criação de novos negócios de tecnologia no Brasil. Dessa forma, essa pesquisa se faz necessária para detalhar como será a abordagem do regime Inova Simples e o Enquadramento destas empresas conforme as normas previstas em lei.

## **1.1 PROBLEMATICA**

Em decorrência das dificuldades enfrentadas pelos empreendedores no país, diversas propostas legislativas têm buscado entender quais são as demandas geradas pelo setor de tecnologia e inovação, bem como sana-las, de modo a potencializar a criação destas empresas.

Os empreendedores inovadores não aceitam serem tratados como empreendedores convencionais, uma vez que, apesar de serem acima de tudo empresas, eles enfrentam condições de incerteza e mudanças que são novas a todos.

Recentemente o governo publicou leis que tem por objetivos criar um rito sumário e simplificado, dentro de um regime específico e especial, com regras de enquadramento, de modo a tornar mais fácil e ágil a abertura, alteração e fechamento de empresas inovadoras no país. Isso se dá em decorrência da forte burocracia que permeia até mesmo os regimes mais simplificados já existentes.

Tendo como base o fato de que as empresas de novas tecnologias

(startups) estão cada vez mais comuns e ainda apresentam uma carência de incentivos concretos para atrair investidores, surgiu a relevância de pesquisar sobre: Quais são as vantagens que os incentivos presentes nas Leis Complementares 167/19 e 182/21 trarão para as startups de tecnologias?

O objetivo central deste trabalho é pesquisar como o advento recente das Leis Complementares 167/19 e 182/21 que devem impactar na criação de novas empresas da modalidade Startup, e como as mesmas podem obter benefícios ao escolher esse enquadramento e regime especial Inova Simples, dentre outros previstos nestas legislações recentes.

## **1.2 OBJETIVOS GERAL**

Analisar os impactos da Lei Complementar 167/2019 e Lei Complementar 182/21 que tratam sobre o novo regime especial Inova Simples e o enquadramento destas empresas, e as possíveis vantagens e desvantagens advindas destas novas legislações.

## **1.3 OBJETIVO ESPECIFICO**

Como duas leis recentes devem interferir nos registros de novas empresas.

Analisar qual é o conceito de Startap conforme a legislação Brasileira.

Entender o processo de abertura de uma empresa pelo Inova Simples.

Compreender as regras para o enquadramento neste regime especial.

Descobrir os benefícios para empresas que optarem por este regime especial.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA TRANSFORMA AS RELAÇÕES SOCIAIS**

Quando se começa a estudar a Revolução Industrial, a primeira questão a levantar é sobre que tipo de revolução estamos falando. Muitas vezes, entendemos a palavra "revolução" como uma revolta, uma disputa entre grupos políticos, ou até mesmo, uma guerra civil em determinada sociedade. Mas não é disso que se trata aqui. O sentido que usamos neste caso é o de revolução como uma transformação profunda, uma mudança muito grande, uma ruptura com o que havia anteriormente. Ao falarmos, então, de uma

"revolução industrial", estamos falando numa modificação drástica no modo de fabricação dos produtos consumidos pelo homem.

O surgimento das fábricas, a produção em série e o trabalho assalariado são as principais características desta transformação, que alterou a economia, as relações sociais e a paisagem geográfica.

A Primeira Revolução Industrial surgiu principalmente na Inglaterra no final do século 18. No decorrer do século 19, outros países iniciaram sua industrialização: os Estados Unidos, a França, a Alemanha, a Itália, a Holanda, o Japão e a Bélgica. Essa primeira fase da industrialização é chamada de Primeira Revolução Industrial, que vai de 1760 a 1860. Os principais recursos materiais utilizados nessa fase foram o ferro, o carvão, o tear mecânico e a máquina a vapor.

A Segunda Revolução Industrial dá-se entre 1860 e 1900 e se baseia no aço, na energia elétrica e em produtos químicos. A industrialização define fortemente a era contemporânea e o mundo em que vivemos hoje é fruto direto dela. O capitalismo adquiriu sua plena expressão através da industrialização. As relações sociais atuais são determinadas pela forma como se estrutura o trabalho e a luta pela sobrevivência. Além disso, muitos fatos históricos decorreram da industrialização dos países europeus e da disputa entre eles por novos mercados consumidores e fontes de matéria-prima. Isso explica a partilha da África ocorrida no século 19, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a conseqüente Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Todos os produtos que o homem usa e consome, e que não estão em estado natural, foram transformados através do trabalho humano. Este trabalho humano na confecção de produtos passou por uma evolução tecnológica no decorrer da história do mundo ocidental.

Já a Terceira Revolução Industrial ocorreu em meados do século XX, a partir da década de 1950. Nesse momento, diversos campos do conhecimento começaram a sofrer mudanças em consequência do avanço tecnológico vivido nesse período e jamais visto anteriormente.

As indústrias que desenvolveram alta tecnologia começaram a se sobressair em relação às indústrias que se destacavam nas fases anteriores da Revolução Industrial, como a metalurgia, siderurgia e a indústria de automóveis.

Assumiram posição de destaque, nesse momento, a robótica, genérica, informática, telecomunicações, eletrônica, entre outros. Os estudos desenvolvidos nessas áreas acabaram modificando todo o sistema produtivo, visto que o objetivo era produzir mais em menos tempo, empregando tecnologias avançadas e qualificando a mão de obra que assumiu a liderança

em todas as etapas de produção, comercialização e gestão das empresas envolvidas na fabricação e comércio dos bens produzidos.

O conceito de Quarta Revolução Industrial foi dado em 2016 por Klaus Schwab, fundador do Fórum Econômico Mundial, em uma obra homônima. Portanto, nada melhor do que ir às suas páginas para encontrar uma definição: "A Quarta Revolução Industrial gera um mundo no que os sistemas de fabricação virtuais e físicos cooperam entre si de uma maneira flexível a nível global". Porém, não consiste somente em sistemas inteligentes e conectados. Seu alcance é mais amplo e vai desde o sequenciamento genético até a nanotecnologia, e das energias renováveis à computação quântica. É a fusão destas tecnologias e sua interação por meio dos domínios físicos, digitais e biológicos que fazem com que a Quarta Revolução Industrial seja diferente das anteriores".

A Quarta Revolução Industrial impôs um novo paradigma tecnológico ao ser humano, criando uma interconexão entre o mundo físico e o digital, onde as atividades se concentram na internet e as demandas tendem a se tornar cada vez mais complexas e líquidas.

A Geração y, conceito usado para caracterizar pessoas que nasceram na década de 80 e 90. Essas pessoas são caracterizadas por possuírem afinidades com os recursos tecnológicos, são elas que estão na liderança da nova maneira de fazer negócios, as startups de tecnologia. Nos Estados Unidos, as startups de tecnologia vêm se expandindo desde os anos 90, período da bolha da internet, e o Brasil vem mostrando um potencial a partir dos anos 2000, no entanto, foi nos anos de 2010 e 2011 que ganhou força. (ALVES, 2013).

No início dos anos 2000, houve um disparo das empresas "pontocom" no Brasil (DORNELAS, 2012). Em decorrência desse acontecimento, o empreendedorismo no País começou a ser tratado com mais atenção pelo governo, acompanhando o exemplo dos Estados Unidos, lugar onde os empreendedores são os largos impulsionadores da economia. (DORNELAS, 2012).

## **2.2 STARTUP**

O termo startup, que provém de "star", significa "iniciar" e "up" que significa "para o alto". Essa forma de fazer negócios startups surgiu no período da bolha da internet dos Estados Unidos e difundiu-se na década de 90. No caso do Brasil, esse tipo de empresa demorou um pouco mais para começar a surgir, tendo o seu reconhecimento no Brasil em meados de 1999 a 2001 (DOLABELA, 2008).

Uma startup consiste em uma empresa recém-criada, normalmente com base tecnológica, que se encontra em fase de desenvolvimento e opera em condições de incertezas, ou seja, não existe garantia de seu sucesso. Para Nagamatsu et al (2013, p. 2), o entendimento do conceito de startup é baseado na identificação do “grau de inovação envolvido no empreendimento e a criação de novos modelos de negócio considerando os históricos de sucesso da comercialização, bem como, as transformações do segmento”. Uma peculiaridade das startups, é que o processo produtivo e de vendas é cíclico, elas produzem, acompanham e aperfeiçoam o processo em busca do modelo de negócio lucrativo (BARROCA, 2012). Diante desse cenário, a contabilidade de startups premeditada para seu crescimento é essencial para sua sobrevivência e melhorar o retorno financeiro ao empreendedor.

Dando ênfase as Startups podemos destacar que os Ecossistemas de Empreendedorismo têm sido alvo de interesse crescente em diversos países (KANTIS; FEDERICO, 2012), na medida em que são cada vez mais reconhecidos como alavancas de inovação, progresso tecnológico e desenvolvimento econômico (ACS; DESAI; HESSELS, 2008). Tais ecossistemas se caracterizam pela combinação de elementos culturais, econômicos, políticos e sociais dentro de uma região que apoiam o desenvolvimento e crescimento de startups inovadoras (MASON; BROWN, 2014; STAM, 2015; ROUNDY, 2016).

Para Gitahy (2016) a definição contemporânea para startup trata de uma espécie de equipe em busca de um modelo de empreendimento que seja lucrativo e que possa crescer em escala, operando sob altíssimo grau de incerteza. O conceito de startup sob a ótica de Santos (2013) trata de um empreendimento que inova, que possui capacidade de crescimento em escala, por ser inovador, possui altos riscos, visto que não foi testado previamente por ninguém o que torna o critério de imprevisibilidade alto.

Enquanto isso, Steve Blank e Bob Dorf (2014), dupla pioneira no assunto, entendem a startup como uma organização voltada para a persecução de um modelo de negócio repetível, escalável e lucrativo. Repetível significa entregar o mesmo produto ou serviço sem customizações. Escalável se refere ao aumento exponencial do faturamento, através da venda de produtos ou serviços repetíveis, sem modificar sua estrutura ou desembolsar custos na mesma proporção do crescimento dos resultados. Por sua vez, como se sabe, a lucratividade advém da diferença entre valores recebidos e gastos. Para as startups que comercializam um mínimo produto viável (MVP) e conseguem escalar sua operação, a margem de lucro futura será sempre maior do que a atual, propiciando a distribuição crescente de dividendos aos investidores.

### 3. METODOLOGIA

O objetivo principal da pesquisa foi detalhar quais serão os benefícios para empresas de nova tecnologia (startup) advindos por meio da Lei Complementar 167/19 e Lei Complementar 182/21. Dessa forma, a pesquisa é a maneira de desenvolver o conhecimento, aplicando com isso as regras da metodologia do trabalho científico, tendo como foco responder ao principal objetivo da pesquisa.

Como a intenção da realização da pesquisa foi de mostrar algo ainda pouco trabalho e muito novo no mercado, através de uma análise documental, o embasamento teórico da pesquisa teve sua elaboração com base na pesquisa bibliográfica.

Marconi e Lakatos (2010, p. 166) define pesquisa bibliográfica como:

*“A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais revistas, livros pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. Até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenha sido transcrito por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”.*

Quanto a sua natureza, o trabalho constituiu-se de forma básica, já que tem o objetivo de gerar apenas novos conhecimentos para o avanço da ciência, sem que haja uma aplicação prática. Em relação aos objetivos, a pesquisa teve como base exploratória, uma vez que a pesquisa exploratória tem como objetivo criar uma maior familiaridade com o tema em estudo, com vistas a criar hipóteses, ou de torná-lo mais compreensível. A maioria desse tipo de pesquisa envolve I) levantamento de bibliografia; II) entrevistas com pessoas que já viveram experiências com o problema em estudo na prática e III) uma análise que ajude a compreender o tema em questão (GIL, 2010).

### 4. ANALIZE E DISCURSÃO DOS RESULTADOS

#### 4.1. O SENÁRIO DA LEGISLAÇÃO EMPRESARIAL APLICADO PARA AS STARTUPS NO BRASIL

O mundo das startups já invadiu o Brasil de forma agressiva e inovadora. Isso reflete muito a situação econômica pela qual o país passa

atualmente, e a natureza extremamente criativa do brasileiro. Diversos eventos acontecem diariamente, promovendo espaços onde ideias podem ser trocadas, projetos podem ser exibidos, e negócios podem ser fechados.

O momento é único para os Startups que pretendem ver suas ideias proliferarem, e também para aqueles que já buscam investimentos através de angels funds e venture capital. Investidores arriscam em ideias novas e em projetos em andamento, mas buscam um mínimo de segurança no negócio.

É importante salientar que os legisladores não se prendem somente ao impulso tecnológico nacional, mas sim a um plano de retomada econômica geral visando recompor os setores afetados por diversas crises desde o início dos anos 2000. É incontestável que a economia brasileira, boa parte pautada no agronegócio e exportação de commodities, carece de modernização, tanto para atender o comércio interior, como para ser competitivo externamente.

Neste sentido, a Lei, em lato sensu, tem essencial finalidade de criar cenários nacionais que possibilitem o desenvolvimento do assunto sobre o qual versam, haja visto a sua incidência ampla e dispositiva. Tanto as legislações já vigentes, quanto as que ainda tramitam nas casas legislativas, buscam apenas tentar adequar o panorama legal ao que vem sendo construído no dia-a-dia do mercado. Poucas são as que buscam se adiantar frente as demandas existentes, visando fomentar novas oportunidades e condições aos empreendedores.

Entretanto, é importante ressaltar que a ideia de que a legislação corre sempre vários passos atrás do que ocorre no “mundo real”, é ainda mais forte no cenário de empreendedorismo brasileiro. Uma vez que o mercado se torna cada vez mais volátil, sofrendo bruscas mudanças em curto espaço de tempo. Este é um problema não só enfrentado no Brasil, mas em todo o Globo, como versa Klaus Schwab: *“Por causa do ritmo acelerado das mudanças desencadeadas pela quarta revolução industrial, os reguladores estão sendo desafiados a um grau sem precedentes. Atualmente, as autoridades políticas, legislativas e reguladoras são muitas vezes ultrapassadas pelos acontecimentos, incapazes de lidar com a velocidade da mudança tecnológica e a importância de suas implicações. O ciclo de notícias de 24 horas pressiona os líderes a comentar os eventos ou agir imediatamente, reduzindo o tempo disponível para obter respostas calculadas, valoradas e calibradas”*. (SCHWAB, Klaus Schwab - A Quarta Revolução Industrial. São Paulo: Edipro. 2016., p.74).

Todavia, diversas propostas legislativas mais recentes têm buscado reverter esses cenários. Pautadas no incentivo à ordem econômica, livre mercado e busca do pleno emprego, precipícios constitucionais elencados no



Art. 170 da Constituição Federal de 1988, estas propostas tentam alavancar o número de empreendimentos inovadores no Brasil, bem como incentivar o investimento e desenvolvimento destes.

Neste cenário surgiu nos últimos anos duas leis que interferem diretamente nas Startups, são as Leis Complementares 167/2019 e 182/2021 que trouxeram ao ordenamento jurídico brasileiro a figura da Empresa Simples de Inovação bem como o seu enquadramento para ser considerado uma empresa Startup. Estas leis abordam o conceito legal de Startup, requisitos para enquadramento, seus processos de abertura, modificação e extinção, regidos pelo rito sumário e de forma simplificada do Inova Simples que será objeto a ser analisado.

## 4.2 LEI COMPLEMENTAR Nº167 DE 2019

Até o ano de 2019 não havia no Brasil uma legislação que citasse expressamente o termo “Startup”, até que veio a Lei Complementar 167/2019 que passou a definir o que legalmente poderia ser considerado uma Startup, dentre outras questões para serão nosso objeto de estudo. A LC 167/2019 que trouxe a figura da Empresa Simples de Crédito e, principalmente, uma regulação geral sobre startups.

Ainda a LC 167/2019 inclui na Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006 o artigo 65-A, que disciplina o Inova Simples, o regime especial simplificado que concede às iniciativas empresariais que se autodeclararem como startups ou empresas de inovação um tratamento jurídico diferenciado, como incentivo à criação, formalização, desenvolvimento e consolidação dos empreendimentos que podem induzir avanços tecnológicos e gerar empregos no país.

### 4.2.1. DEFINIÇÃO LEGAL DE STARTUP

Conforme vimos no decorrer deste trabalho não existe uma definição única e simples de se definir o que são empresas Startups. Há sim um certo entendimento geral quais seriam as características destas, mas nunca houve uma definição oficial para tal. Ocorre, que o Direito Empresarial tem a difícil missão de se adequar ao mercado, que está em constante e diária mudança, como discorre Rachel Sztajn: “ *A dinâmica do Direito Comercial diverge daquela aplicada ao direito comum na medida em que o comércio está em constante mudança, inova e requer flexibilidade de instrumentos sem o que o*

*desenvolvimento econômico será tolhido. Por isso que, para facilitar a circulação de bens e serviços que satisfaçam necessidades sociais, novas demandas dos agentes econômicos, decorrentes, ou não, de avanços tecnológicos, são criados novos instrumentos e/ou estruturas que, incorporados aos usos e costumes, ao gerarem confiança, se consolidam e podem ser recepcionados pelo legislador que os positiva”.*

A Seção II da Lei Complementar n°167/2019, acrescenta a Lei n°123/2006 (Lei do Simples Nacional), o Art.65-A que tem como finalidade criar o regime do Inova Simples para as Startups. Contudo, antes disso, o diploma dispõe o que seria, sob a forma da Lei, a definição de Startup no ordenamento jurídico.

A redação do artigo, em seu primeiro parágrafo, é relativamente simples, dispondo: *Art.65-A: § 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se startup a empresa de caráter inovador que visa a aperfeiçoar sistemas, métodos ou modelos de negócio, de produção, de serviços ou de produtos, os quais, quando já existentes, caracterizam startups de natureza incremental, ou, quando relacionados à criação de algo totalmente novo, caracterizam startups de natureza disruptiva”.*

Vamos decorrer realizando uma análise aprofundada sobre este paragrafo da lei que conceitua as Startups e refletir sobre seus impactos na realidade dos empreendedores.

a) Empresa: Antes de tudo devemos levar em questão que as Startups são, acima de tudo, empresas, e entender a definição de empresário no ordenamento jurídico brasileiro. O Código Civil define em seu Art.966 que empresário é quem exerce “atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens e serviços”. Portanto trata se de uma constatação legal do que ocorre naturalmente no mercado, afinal, todas as atividades desenvolvidas pelos empreendimentos inovadores se dão por meio de empresas formalmente constituídas. A princípio o que diferencia as empresas Startups das empresas tradicionais são o seu modelo de negócio e forma de atuação para desenvolver e produzir bens e serviços, contudo o objetivo sempre será a produção de riqueza através da circulação monetária.

b) Caráter inovador: Segundo Nick Balding “Inovação é a exploração com sucesso de novas ideias.”, deste

simples conceito podemos entender qual é a distinção legal feita entre empresas e empresas Startups. O impulso que levou o empresário a criar seu empreendimento é um modelo de negócio voltado a inovar, seja num processo, produto ou serviço. Logicamente, isso não quer dizer que empresas tradicionais não possam inovar, mas a atividades fim delas não é voltada a esse interesse, exclusivamente.

c) “Aperfeiçoar sistemas, métodos ou modelos de negócio, de produção, de serviços ou de produtos”: nesta passagem a lei pretende apenas a quais pontos de atuação a inovação dessas empresas é dirigida. Mostra de forma mais ampla quais serão as atividades inseridas no modelo de negócio que diferencia as Startups das demais empresas.

d) “Natureza incremental”: trata-se da concepção de que a inovação não envolve apenas criações completamente novas, mas também melhorias em sistemas, métodos ou modelos de negócio, de produção, de serviços ou de produtos. Portanto é importante para que se garanta o enquadramento de empresas que tenham como serviço ou produto um tipo de incremento.

e) “Natureza disruptiva”: Em contraponto ao termo supracitado, aqui o legislador se refere a Startup que tenha modelo de negócio realmente novo, que ainda não exista no mercado. O senso comum pode indicar que a grande maioria dos empreendimentos inovadores se enquadrariam nesta opção, porém ocorre realmente que existem Startups com serviços e produtos incrementais e completamente novos. A palavra “disruptiva” é mais um indício de que o legislador conhece os termos usados nos Ecossistemas de inovação. Na cultura das Startups “disrupção” significa o descolamento e a quebra para com os padrões encontrados no mercado naquele momento, fazer diferente e reinventar-se de acordo com as novas demandas.

Com a expressão “cenário de incerteza”, a lei deixa claro que o empreendimento inovador segue passos ainda não definidos no mercado.

Portanto, não se sabe se o produto ou serviço serão aceitos pelos consumidores sem que antes ele seja testado, e aí que tem outro diferencial entre os empreendimentos tradicionais, pois estes já sabem quem serão os seus clientes com clareza, e já tem acesso a feedbacks mercadológicos gerados por concorrentes do mesmo nicho de atuação. Essa incerteza torna o caminho a ser percorrido pelas Startups muito mais tortuoso e arriscado.

Assim, essas empresas necessitam de condições iniciais de atividade para que possam fazer a validação de seus modelos de negócio. O parágrafo segundo não vem fazer um enquadramento legal, mas sim dispor do porquê está se criando um regime específico para as Startups. Nesta passagem a lei procura tornar mais palpável para o consultor da lei em que cenário essas empresas estão inseridas.

#### **4.2.2. INOVA SIMPLES**

A Lei Complementar busca desburocratizar o sistema de criação e fechamento de empresas no país, especialmente para atualizar o processo de criação de empresas inovadoras, com o objetivo de fomentar a criação de tecnologias e vagas de empregos qualificadas no Brasil.

Pretende-se reduzir a duração média para a formalização de uma empresa em território nacional para girar em torno de 100 dias, números altíssimos se comparados a demais países. A LC 167/2019, adiciona o Art.65-A à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei da Micro e Pequena empresa), que dentre outros objetivos, cria o Inova Simples. Este, por sua vez, é um regime jurídico especial e simplificado, voltado às Startups.

De acordo com Francisco Amaral, em seu livro “Direito Civil: introdução”, regime jurídico é algo que define a posição ou enquadramento de certo conceito no sistema jurídico, portanto pode-se compreender que o legislador, ao criar um novo sistema de regras específicas, bem como uma definição concreta de empresa inovadora na lei, está criando um novo regime jurídico empresarial a ser seguido a partir de então.

Deste modo, o Art-65-A após definir o que é uma empresa Startup, passa a descrever como se dará o tratamento diferenciado a estas. Em seu § 3º, ele estabelece que a Lei está criando um rito sumário para a abertura e fechamento de empresas. Podemos entender que rito sumário é um procedimento diferenciado que visa dar maior velocidade a certo processo, através de ferramentas ou de suas desburocratizações. Certamente isso deveria facilitar o cenário de criação de empresas no país é permeado de lentidão e entraves formais, que desestimulam a iniciativa privada.

Ainda o parágrafo prossegue e diz que o rito sumário se dará de forma simplificada e automática. Neste trecho é válido notar que a Lei admite que o procedimento convencional de abertura de empresas é complexo, e, além disso, busca trazer métodos modernos para solucionar tal situação.

### 4.2.3. REDESIM

Dando prosseguimento a redação da lei continua regendo que essa forma automática do rito se dará através do portal da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) por meio de formulário digital. O Redesim não é um instrumento exatamente novo, haja visto que foi instituído em 2006 da LC 123/2006 e 11.589/2007. É um sistema que faz a integração e simplificação de diversos aspectos concernentes a empresas, como seu registro, inscrição, alteração e baixa. Sobre os objetivos do Redesim podemos citar:

*“O Simples foi um grande avanço no sentido de facilitar a gestão tributária das empresas, assim como outras modalidades de enquadramento tributário. O REDESIM (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios) é o aperfeiçoamento desse sistema, tendo como objetivo a simplificação do registro e legalização dos negócios.*

*Do ponto de vista social e macroeconômico, o REDESIM tem como finalidade estabelecer duas frentes de benefício. Uma delas é a inclusão econômica e social através da atividade empresarial e da livre iniciativa, com apoio do Estado. A outra é desobstruir a atividade econômica e colaborar com o desenvolvimento do país a partir do incentivo à mesma. Assim, conferindo ao Brasil competitividade perante outras nações que oferecem condições similares aos seus cidadãos<sup>8</sup>”.*

O Redesim foi um importante progresso na desburocratização da formalização de empresas no país, uma vez que integrou diversos sistemas e processos que anteriormente deveriam ser feitos separadamente, gerando uma onerosidade ao empreendedor.

O processo, que anteriormente envolvia, ir presencialmente a Junta Comercial, Cartório, órgãos públicos responsáveis por questões tributárias e à órgãos responsáveis por alvarás (como o Corpo de Bombeiro e Vigilância Sanitária), passou a ser substituído gradativamente por formulários online

---

<sup>8</sup> E.gestor. REDESIM: Conheça tudo sobre o que é e como funciona. Disponível em: <https://blog.egestor.com.br/redesim/>. Acesso em: 12 de julho de 2021

integrados ao sistema Redesim. Cada Estado da União, bem como o Distrito Federal, ficou responsáveis por fazer a criação e integração de sistemas ao Redesim (que atualmente é gerenciado pela Receita Federal a nível federal).

#### **4.2.4. PROCEDIMENTO**

O cadastro a ser feito pelas Startups que queiram se valer do regime do Inova Simples a princípio é bem básico. Estas deverão preencher no Redesim informações básicas como qualificação civil do titular e demais dados pessoais.

É válido ressaltar, para que haja o enquadramento da empresa no regime do Inova Simples, basta a mera declaração do empreendedor de que seu modelo de negócio caracteriza uma Startup nos termos da lei, não havendo nenhuma formalidade ou necessidade de comprovação documental e prática para tal. Tal escopo se mostra acertado, uma vez que se houvesse a necessidade de comprovação, a celeridade pretendida seria seriamente comprometida frente a grande demanda de formalização empresarial no país.

O inciso segundo traz uma grande diferença para com os demais tipos empresariais, uma vez que além de se ter que descrever o escopo da intenção empresarial inovadora, deverá também definir-se razão social. Contudo a razão social deste empreendimento deverá conter obrigatoriamente a expressão “Inova Simples (I.S.)”. Tal denominação é propícia, uma vez que servirá para identificar de pronto as empresas enquadradas no Inova Simples e diferencia-las de tipos empresariais semelhantes, como o Micro Empreendedor Individual.

Assim como no regime padrão do Simples Nacional, é exigida auto declaração de que a atividade a ser desenvolvida pela empresa é de baixo risco. Este ponto contribui para a celeridade e menor onerosidade do processo de abertura.

O inciso quatro versa sobre o local da sede do empreendimento, que poderá ser comercial, residencial ou misto. Contudo a previsão continua dispondo que poderão ser também demais instituições vinculadas a atividade da Startups, como parques tecnológicos, instituições de ensino, empresas juniores, incubadoras, aceleradoras e coworkings (espaços compartilhados de trabalho). Isso é de grande valia para estes empreendedores, pois é extremamente comum que estejam vinculados e trabalhando em espaços e instituições como essas, que oferecem apoio inicial para validação de processos e modelos de negócios.

Já o próximo inciso traz a possibilidade de que se identifique também a

existência de apoio ou validação de “instituto técnico, científico ou acadêmico, público ou privado, bem como de incubadoras, aceleradoras e instituições de ensino, nos parques tecnológicos e afins”. Tal possibilidade ainda não existia no ordenamento jurídico e se mostra muito atualizado com os conceitos e práticas dos Ecossistemas de Inovação.

Demais itens relacionados ao procedimento de inscrição no Inova Simples não são citados, deste modo, podemos subentender que o legislador espera que se sigam as disposições da Lei do Simples Nacional, uma vez que o Art.65-A foi inserido nesta. Contudo seria propícia uma previsão expressa disso, para evitar possíveis questionamentos decorrentes dessa lacuna.

O parágrafo quinto estabelece, finalmente, que se todos os dados forem corretamente preenchidos o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas (CNPJ) será automaticamente gerado pelo sistema do Redesim, com código específico do Inova Simples.

A integralização do capital social vem no parágrafo seguinte, sendo que deverá ser feita através de conta bancária, que deverá ser aberta imediatamente após a inscrição do empreendimento no sistema do Redesim. Está conta deverá ser feita em nome de pessoa jurídica, e será responsável por realizar a formalização do capital social, seja ele proveniente de aporte próprio (o chamado bootstrapping entre o linguajar das Startups, que é uma técnica usada para alavancar projetos e empresas apenas com capital, não somente financeiro, da pessoa empreendedora, sem depender de investimentos exteriores), de investidor do exterior, de linha de crédito público ou privado. Essa previsão é interessante, pois mostra-se um rol exemplificativo que tem por objetivo demonstrar de quais fontes poderão vir os investimentos iniciais, uma vez que não há obrigatoriedade de demonstrar concretamente qual foi a fonte responsável pela integralização do capital social da empresa.

Por fim, o décimo primeiro parágrafo demonstra como se dará a baixa do CNPJ em casa de não êxito no modelo de negócio. Será feita de forma automática no sistema Redesim, através de mera declaração feita pelo empreendedor. Mais uma vez o Legislador demonstra que a natureza do Inova Simples vem para ajudar os empreendimentos inovadores que estão no início de suas atuações, na validação dos modelos de negócios pretendidos.

#### **4.2.5. REGISTRO DE MARCAS E PATENTES**

As Startups por natureza são inovadoras e, portanto, é de grande importância que o ordenamento jurídico lhes conferisse uma maior segurança quanto aos seus conteúdos inovativos. Mas na prática esse funcionamento não se mostrava tão eficaz, uma vez que o processo de registro de marcas e patentes no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) apresenta por característica uma lentidão e entraves sistêmicos. Essa dificuldade fazia com que muitas empresas inovadoras nem mesmo pleiteassem o registro de patente, uma vez que este poderia vir a ser oneroso, optando por si arriscar no mercado com a sua solução.

Visando solucionar este emergente problema, o Art.65-A inserido na LC 123/2006, em seu parágrafo sétimo, busca criar um rito sumário para que as empresas enquadradas no Inova Simples possam pleitear mais facilmente o registro de marcas e patentes. Dispõe que deverá ser criado no portal Redesim um campo ou ícone exclusivamente voltado para que os empreendedores possam fazer o registro de maneira facilitada e integrada aos sistemas do INPI.

Contudo o trecho mais interessante vem logo após, no parágrafo oitavo, onde a lei define que o INPI deverá um dispositivo que processe sumariamente as solicitações de marcas e patentes advindas no regime do Inova Simples.

No dia 22 de junho de 2020 foi aprovada a Portaria n°247 do INPI, que dentre diversos diplomas, trouxe a criação do Trâmite Prioritário para depositante Startup. Para tal, deverá o titular anexar ao pedido uma certidão emitida portal Redesim, indicando a denominação de empresa Inova Simples dentro dos termos da lei.

Esse novo trâmite prioritário para as empresas inovadoras será de muita importância em seu desenvolvimento e na criação geral de novas tecnologias dentro do país. Um sistema mais ágil e desburocratizado colocará o registro de marcas e patentes no radar dos empreendedores que estão inovando no mercado, além de que acelera seu processo de consolidação e facilitam sua comercialização.

#### **4.2.6 TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO**

O modelo de negócios das Startups pode ser inicialmente não lucrativo, como vimos no início deste trabalho, fazendo com que o período pós sua criação seja o mais importe e cheio de incertezas. Diante esse fato os parágrafos nono e décimo do Art.65-A buscam encontrar uma solução que



possa contribuir para que os empreendimentos enquadrados no Inova Simples possam lograr maior êxito nessa fase inicial de suas vidas. O § 9º versa que os recursos capitalizados não constituirão renda e destinar-se-ão exclusivamente ao custeio do desenvolvimento de projetos de Startup, e logo em seguida o § 10 diz que a comercialização experimental do serviço ou produto poderá ser feita até o limite permitido ao MEI.

Na prática a lei conferiu uma isenção fiscal aos empreendedores do Inova Simples, uma vez que podem faturar com seus produtos ou serviços até o limite de R\$81.000,00 (limite conferido por lei ao MEI) sem que sejam tributados sobre esses valores. É interessante observar que os legisladores que as empresas do Inova Simples terão tamanho semelhante ao um Micro Empreendedor Individual, por consequência usufruem de limites e garantias semelhantes, logicamente, guardadas as evidentes especificidades que as Startups possuem.

Caso ultrapassem tal limite, as empresas não mais serão contempladas por tal isenção, devendo, ainda, optarem por forma jurídica distinta (como EIRELI, por exemplo). Contudo está questão não está bem explicitada no Art.65-A, carecendo de resolução mais específica e detalhada.

Essa decisão mostra se acertada, considerando que empresas inovadoras no início de suas atuações no mercado tem como objetivo realizarem testes, que muitas das vezes podem não ser lucrativos. Deste modo, terão um encargo a menos para que se preocupem nos estágios iniciais, podendo arriscar mais em seus modelos de negócios e testar diferentes variações, haja visto que essa isenção dará maior liberdade financeira para as Startups.

Cumprindo o disposto pelo § 13 do Art.65-A, o Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), publicou no dia 23 de março de 2020 a sua Resolução nº55, que tem como objetivo instrumentalizar o disposto pelo Inova Simples. Este comitê foi instituído em 2009 através do Decreto nº 6.884 com o objetivo de versar sobre assuntos pertinentes a Lei do Simples Nacional, e devido a inserção do novo regime para Startups nessa lei, lhe foi incumbido este novo papel.

A resolução não traz nada de novo, apenas concretiza previsões já estipuladas pela lei. Como “escopo da intenção” pode-se entender que aqui é necessário que o titular faça uma descrição geral sobre o modelo de negócio a ser explorado pelo empreendimento, porém a resolução não traz mais detalhes sobre. Ademais é incluída a necessidade de autodeclaração de requisitos municipais ou distritais para o funcionamento da atividade no local da sede, sendo este um requisito que irá variar conforme a realidade de cada titular.

### **4.3. LEI COMPLEMENTAR Nº 182 DE 2021**

O presidente Jair Messias Bolsonaro sancionou em 1º de junho de 2021 a LC 182/21, que institui o Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador. O objetivo é simplificar a criação de empresas inovadoras, estimular o investimento em inovação, fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação e facilitar a contratação de soluções inovadoras pelo Estado.

Pela definição da nova lei, são consideradas startups as organizações empresariais ou societárias com atuação na inovação aplicada a modelo de negócios ou a produtos e serviços ofertados. Essas empresas devem ter receita bruta anual de até R\$ 16 milhões e até dez anos de inscrição no CNPJ. Também precisam declarar em seus atos constitutivos que fazem uso do modelo de negócio inovador em sua atividade.

Entre as novidades da nova lei está a previsão da figura do investidor-anjo, que não é considerado sócio nem tem qualquer direito à gerência ou a voto na administração da empresa, não responde por qualquer obrigação da empresa, mas é remunerado por seus aportes.

Outra inovação é a criação do "ambiente regulatório experimental" (sandbox regulatório), que é um regime diferenciado onde a empresa pode lançar novos produtos e serviços experimentais com menos burocracia e mais flexibilidade no seu modelo, segundo o governo.

O texto cria também a modalidade especial de licitação pública para contratação de startups. Pela medida, a Administração Pública poderá contratar pessoas físicas ou jurídicas, isoladamente ou em consórcio, para o teste de soluções inovadoras por elas desenvolvidas ou a serem desenvolvidas, com ou sem risco tecnológico.

Em seu primeiro Capítulo a Lei busca evidenciar quais são os seus objetivos gerais, sendo eles: (I) estabelece os princípios e as diretrizes para a atuação da administração pública no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (II) apresenta medidas de fomento ao ambiente de negócios e ao aumento da oferta de capital para investimento em empreendedorismo inovador; e (III) disciplina a licitação e a contratação de soluções inovadoras pela administração pública.

A Lei visa atender necessidades básicas e emergentes dos ecossistemas de inovações espalhados pelo Brasil, com forte destaque a questão de diretrizes públicas mais eficientes, que atualmente não atingem uma porcentagem significativa dos estados e municípios brasileiros. Fortalecer os fomentos, que tendem a serem feitos pelo Governo Federal através da FINEP-Financiadora de Estudos e Projetos, através, principalmente no FINEP Startup,

mas que não atingem os demais entes públicos.

#### **4.3.1. DO ENQUADRAMENTO DE EMPRESAS STARTUPS**

O Art. 4º da Lei Complementar 182/21 estabelece as normas para que uma empresa possa ser enquadrada como startups, permitindo que seja organizações empresariais ou societárias, nascentes ou em operação recente, cuja atuação caracteriza-se pela inovação aplicada a modelo de negócios ou a produtos ou serviços ofertados.

O § 1º do artigo quarto, elenca o rol de personalidades que podem ser enquadrados no tratamento especial do caput. sendo eles: o empresário individual, a empresa individual de responsabilidade limitada, as sociedades empresárias, as sociedades cooperativas e as sociedades simples.

Essa redação se mostra muito moderna e com boa base técnica do assunto, pois, ao contrário do senso comum, as Startups se mostram em diversos tipos empresariais e societários. Desta forma, o redator acerta em elencar os tipos empresariais e societários mais comum no país, pois, desta forma, os empreendimentos inovadores dos mais diversos tipos poderão ser contemplados com o tratamento especial da lei.

A grande abrangência do diploma pode fazer com que praticamente qualquer empresa em âmbito nacional se enquadre nos benefícios que são previstos nos demais artigos da proposta. Sabendo disso o legislador buscou estabelecer limites objetivos e mais específicos visando criar um foco maior nos empreendimentos inovadores alinhados com as definições de Startups.

No inciso I a redação fixa que se enquadrarão no novo regime as empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais) no ano-calendário anterior ou de R\$ 1.333.334,00 (um milhão, trezentos e trinta e três mil trezentos e trinta e quatro reais) multiplicado pelo número de meses de atividade no ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, independentemente da forma societária adotada.

Na pratica o legislador optou por extrapolar o limite legal para micro e pequenas empresas, previsto no Art. 3º, I da Lei Complementar nº123 de 2006, que é de no máximo de R\$ 360.000,00 referente a receita bruta anual para microempresa, e de R\$ 4.800.000,00 para empresas de pequeno porte. Essa escolha, na verdade, alinha-se com o praticado por bancos, que consideram empresas de Pequeno-Médio porte as com lucro bruto anual de no máximo R\$ 16.000.000,0029. Isso se dá pois encontram-se no mercado Startups que ainda respeitam os limites desse tipo empresarial mesmo com

lucros significativos, sendo que, principalmente, o cenário de incerteza do modelo de negócio permanece presente. Ou seja, buscou o legislador manter sob uma ótica benéfica até mesmo as empresas que já possuem um porte médio, que, porém, continuam expostas aos riscos inerentes das atividades de Startup.

Mais adiante a lei prevê ainda como requisito para enquadramento nesta modalidade as empresas com até 10 (dez) anos de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia. Sendo este um requisito coligado com o anterior.

Esta exigência de estabelecer um limite sobre o tempo de constituição da empresa é algo a qual muitos questionam a sua eficácia pois não poderia uma empresa com mais de 10 anos tornar-se cada vez mais modernas e tecnológicas? Entendemos que o legislador se equivocou neste ponto, pois não existem motivos tangíveis para tal restrição. Se o intuito é criar um ambiente mais fértil a negócios inovadores, visando fomentar a criação de empregos e uma retomada econômica nacional, não é razoável impor que os benefícios da lei possam atingir apenas os empreendimentos mais recentes.

Talvez a proposta legislativa neste quesito demonstra um obstáculo desnecessário, que possivelmente levará as empresas com mais de dez anos de formalização a se sentirem afastadas dos benefícios legais, ou, buscando contornar a situação, criarem novas empresas vinculadas a principal, para que se enquadrem no regime.

Por fim, a Lei Complementar, acrescenta que para que se enquadrem no regime, as empresas deverão, ainda, atenderem a no mínimo um dos requisitos elencados, sendo eles: (I) declaração em seu ato constitutivo ou alterador e utilização de modelos de negócios inovadores para a geração de produtos ou serviços, nos termos do inciso IV do caput do art. 2º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; ou (II) enquadramento no regime especial Inova Simples, nos termos do art. 65-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Estas limitações fazem se necessária uma vez que possibilitam a demonstração do modelo de negócio inovador do empreendimento. A escolha do legislador por fazer menção a Lei nº 10.973 é acertada, pois ela traz definições e regramentos bem estabelecidos para definir o que são inovações. Da mesma forma a Lei Complementar 167/2019, pois está define muito bem o que são Startups, servindo de complemento ao caput do Art.3º do Projeto de Lei Complementar.

Para fins de contagem do prazo estabelecido na lei deverá ser observado

as seguintes regras: (I) para as empresas decorrentes de incorporação, será considerado o tempo de inscrição da empresa incorporadora; (II) para as empresas decorrentes de fusão, será considerado o maior tempo de inscrição entre as empresas fundidas; e (III) para as empresas decorrentes de cisão, será considerado o tempo de inscrição da empresa cindida, na hipótese de criação de nova sociedade, ou da empresa que a absorver, na hipótese de transferência de patrimônio para a empresa existente.

### **4.3.2. DOS INSTRUMENTOS DE INVESTIMENTO EM INOVAÇÃO**

A LC 182/21 em seu capítulo trata de outro fator importante durante a abertura e crescimento de uma Startup que são as formas de captar capital financeiro. O Art. 5º elenca os tipos de aporte de capital possível, que poderão ser feitos tanto por pessoas físicas quanto por pessoas jurídicas, e que poderá resultar ou não em participação no capital social da startup, a depender da modalidade de investimento escolhida pelas partes.

Não será considerado como integrante do capital social da empresa o aporte realizado na startup por meio dos seguintes instrumentos: (I) contrato de opção de subscrição de ações ou de quotas celebrado entre o investidor e a empresa; (II) - contrato de opção de compra de ações ou de quotas celebrado entre o investidor e os acionistas ou sócios da empresa; (III) debênture conversível emitida pela empresa nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; (IV) contrato de mútuo conversível em participação societária celebrado entre o investidor e a empresa; (V) estruturação de sociedade em conta de participação celebrada entre o investidor e a empresa; (VI) contrato de investimento-anjo na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006; (VII) outros instrumentos de aporte de capital em que o investidor, pessoa física ou jurídica, não integre formalmente o quadro de sócios da startup e/ou não tenha subscrito qualquer participação representativa do capital social da empresa.

Portanto o objetivo dessa previsão é tornar cada vez mais atrativo para que investidores, dos mais diversos tipos, invistam capital em empresas inovadoras. É interessante lembrar que as Startups precisam de investimento financeiros nas mais diversas etapas de seus desenvolvimentos, necessitando assim de modalidades menos burocráticas ou que as tornem extremamente vinculadas aos investidores.

Desta forma, essa abordagem legal traz a segurança para o investidor, no mesmo passo em que consegue manter a autonomia do empreendedor sob o seu negócio. A finalidade é tornar cada vez mais atrativo para que

investidores, dos mais diversos tipos, aporem capital em empresas inovadoras.

### **4.3.3. DO FOMENTO À PESQUISA, AO DESENVOLVIMENTO E À INOVAÇÃO**

O Capítulo IV busca efetivar com maior abrangência a atuação de Startups nos setores de pesquisa e desenvolvimento, celebrando a possibilidade de que empresas que possuem obrigações de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação, estas decorrentes de contratos de outorga ou delegação com agência reguladoras, poderão atingir seus objetivos indiretamente, investindo em empreendimentos inovadores.

### **4.3.4. DOS PROGRAMAS DE AMBIENTE REGULATÓRIO EXPERIMENTAL**

O Capítulo V prevê que entidades da administração pública com competência de regulamentação setorial, pudessem criar ambientes menos burocráticos e rígidos para modelos de negócio inovadores.

Estes ambientes são chamados de Ambientes Regulatórios experimentais, onde os empreendimentos receberiam prévia autorização das entidades para desenvolverem inovações mediante o cumprimento de critérios e limites, por meio de procedimento facilitado.

### **4.3.5. DA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS PELO ESTADO**

Ainda a CL 182/21 no seu sexto capítulo aborda sobre a “Da Contratação de Soluções Inovadoras Pelo Estado” cria uma modalidade de licitação a qual o governo pode contratar uma Startup resolver as demandas públicas que exijam solução inovadora com emprego de tecnologia. É evidente que a atuação pública carece cada vez mais de produtos e serviços tecnológicos inovadores, nas mais diversas áreas. Outra intenção do legislador seria promover a inovação no setor produtivo por meio do uso do poder de compra do Estado.

Este ponto é interessante, pois a redação almeja alcançar um objetivo pouco explorado atualmente, a do Estado como um grande consumidor de tecnologia. Ao contrário dos demais consumidores e administração pública pode ter demandas mais constantes e menos suscetíveis a oscilações de

mercado, o que se mostra um ponto positivo para os empreendimentos que buscam se estabilizar financeiramente. Uma nova modalidade de licitação voltada a contratação específica de Startups, com o intuito de testar soluções inovadoras por elas desenvolvidas ou a serem desenvolvidas, com ou sem risco tecnológico, por meio de licitação na modalidade especial.

A lei estabelece que o valor máximo previsto neste contrato deverá ser de no máximo R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais). Este valor se mostra bem interessante, visto que é o suficiente para desenvolver projeto ou serviço inovador para o ente público, e é substancial para o faturamento de uma Startup. Pesquisas de 2019 mostram que 50% das Startups nem mesmo faturam enquanto apenas 3,4% faturam mais de R\$500.000,00 anualmente<sup>9</sup>.

Isso mostra que um contrato celebrado com a administração pública poderá significar uma grande alavancagem na sustentabilidade financeira da Startup.

O Marco Legal das Startups se apresentar muito benéfico para os empreendimentos inovadores, e não apenas uma maneira do Estado tentar controlar e regular demasiadamente a economia. As legislações que vem sendo aprovadas e debatidas são extremamente ousadas e alinhadas com os preceitos do livre mercado, atuando muito mais no sentido de fomentar boas iniciativas.

O cenário das empresas inovadoras no Brasil, mesmo que tardiamente, vem mostrando bons resultados, e tenderá a ser potencializado com as iniciativas legais existentes e vindouras.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento tecnológico é um caminho sem volta para a humanidade, com o passar dos tempos a demanda por novas tecnologias tem impulsionado cada vez mais empreendedores a focarem seus negócios nesse nicho. As Startups têm se tornado comuns no dia-a-dia da população mundial, sempre inovando com produtos e serviços que atendem as demandas mais recentes da população.

É inegável que o ambiente de negócios no Brasil é extremamente prejudicial para esses empreendimentos inovadores, uma vez que uma série de

---

<sup>9</sup> LAVCA PUBLICA PESQUISA INAUGURAL DE STARTUPS LATINO-AMERICANAS 24 de Abril de 2019. Disponível em: <https://lavca.org/press-release/lavca-publica-pesquisa-inaugural-de-startups-l-atino-americanas/>. Acesso em: 13 de julho de 2021.

questões trazem morosidade e elevados custos de operação a estes. O avanço tecnológico e de mercado se mostra muito mais veloz que o avanço legislativo nesse sentido, criando verdadeiras correntes que travam o desenvolvimento de novos empreendimentos.

A quarta revolução industrial e o boom das Startups foram evidentes sinais de que a dinâmica de mercado estava mudando no mundo globalizado, cabendo aos países se adequarem a está nova realidade. O profissional contábil deve estar atento as estas mudanças e acompanhar as novas leis que interferem diretamente na abertura de novas empresas, e suas condições de enquadramentos e regimes especiais para poder orientar o empresário a tomar a melhor decisão e ter seu negócio amparado pela legislação vigente.

A leis e normas que entraram em vigor nos últimos anos são um bom começo para que se trata as Startups de maneira diferenciada no país. Iniciativas como o Marcos Legal das Startups, e a Lei do Investimento Anjo são excelentes para que os objetivos econômicos do país sejam alcançados. A Lei da Liberdade Econômica demonstrou a necessidade de se pensar em normas voltadas a nova economia no Século XXI.

As Leis Complementares 167/2019 e 182/2021 foram as peças centrais para se pudesse debater com maior concretude a atuação das Startups e as definições trazidas por elas tornará a atuação dessas empresas cada vez mais sólida, haja visto que passa-se a ter um amparo legal para definir o que elas são e o que fazem.

O rito sumário de abertura, modificação e extinção das Empresas Simples de Inovação, bem como a criação desse novo regime e seu enquadramento sem dúvidas, irá incentivar a criação, crescimento e consolidação das empresas enquadradas. Os benefícios trazidos, como os tributários e vinculados ao INPI, trarão um aumento na possibilidade de sucesso das Startups em estágios iniciais.

Compreende-se que o poder público tem cada vez mais compreendido as demandas das empresas inovadoras no Brasil, sendo a LC 167/2019 e LC 182/21 um excelente indicativo disso. Ainda que estas legislações poderiam ter sido mais eficiente em relação a tributação, tema qual é muito cobrado por empreendedores do setor de inovação, o saldo ainda é positivo no sentido de estimular a economia nacional através da tecnologia e inovação.

Um ponto importante é a definição de Startup que agora se encontra na segurança jurídica, uma vez que uma definição advinda de lei, poderá ser utilizada em situações mais formais, como processos administrativos, licitações ou litígios judiciais. Bem como por parte de instituições do poder público, que terão maior precisão quando tiverem que identificar essas



empresas em seus processos ou atividades.

O novo regime é um rito simplificado para a abertura dessas empresas, e em decorrência do adiamento da atualização da plataforma da Redesim, é impossível definir com certeza qual o tempo real a abertura de CNJP, bem como se esse rito realmente será mais veloz do que o já existente para as demais empresas simples.

Outra vantagem em aderir ao Inova Simples é a tributação simplificada semelhante ao do MEI – Microempreendedor Individual. No início da Startup existe muitas incertezas se o produto realmente vai ter aceitação no mercado, geralmente começa com o MVP, que é a sigla para Minimum Viable Product, ou produto mínimo viável, que é uma fase de validação no mercado, podendo ter sucesso ou não, em geral começa de uma forma, mas conforme vão acontecendo as validações o produto é modificado sistematicamente para atender as demandas do mercado consumidor.

Um ponto crítico que devemos levar em conta, como já citado, a lei estabelece uma série de benesses para as autodeclaradas Empresas Simples de Inovação, isso pode levar a que empreendedores diversos, que não exercem atividade inovadora, passem a tentar se enquadrar neste regime buscando, por exemplo, a isenção fiscal trazida pelo §9º do Art.65-A, ou pelo rito sumário de registro de marcas e patentes no INPI. Trata-se de uma encruzilhada, caso o legislador trouxesse um requisito objetivo, ou a ser comprovado, ao Inova Simples, a simplicidade buscada cairia por terra, contudo, a questão da autodeclaração poderá suscitar brechas para que titulares de empresas se utilizem irregularmente o regime. Portanto, caberá aos órgãos fiscalizadores se atentar a esta questão.

Outro ponto importante foi a simplificação de S.As. De acordo com a nova legislação, sociedades anônimas poderão ter apenas um diretor. Além disso, aquelas com faturamento inferior a R\$ 78 milhões também poderão realizar suas publicações legais pela internet e substituir seus livros tradicionais por registros eletrônicos.

Por fim, entende-se que as Leis Complementares 167/2019 e 182/2021 trouxeram avanços importantes para o Setor, e que tanto empreendedores, como também os contadores devem estar atendo a estas mudanças que buscam modernizar a legislação e entender sobre o assunto pode representar o sucesso ou fracasso ao empreender com a abertura de uma nova empresa de inovação, as chamadas Startups.

## **6. REFERENCIAS**

- BARROCA, João Pedro Tomásia. **O sucesso das Startups em tempos de crise**. Lisboa: ISCTE, 2012. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/6272>>. Acesso em: 11 jul.2021
- BICUDO, Lucas. **O que é uma Startup?** 3 de Maio de 2016. Disponível em: <https://www.startse.com/noticia/startups/afinal-o-que-e-uma-startup>. Acesso em: 10 de junho de 2021.
- BRASIL. **LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm). Acesso em: 12 de julho de 2021.
- Borges, B. H. (2014). **Planejamento Tributário – IPI, ICMS, ISS e IR**. 13ª edição. São Paulo: Atlas.
- CALVOSA, Marcello, FREITAS, Jefferson. **Angel investor: empreendedorismo fomentado através de uma nova modalidade de investidor**. Revista Cadernos de Administração. Ano 1, Vol.1, nº.02, 2008. P.6.
- CARRILO, Ana Flávia,.. **Crescimento das startups: veja o que mudou nos últimos cinco anos!** 11 de Fevereiro de 2020. Disponível em: <https://abstartups.com.br/crescimento-das-startups/>. Acesso em: 11 de julho de 2020.
- E.gestor. **REDESIM: Conheça tudo sobre o que é e como funciona**. Disponível em: <https://blog.egestor.com.br/redesim/>. Acesso em: 05 de julho de 2021.
- Empreendedorismo no Brasil: Relatório Executivo 2017**. Disponível em: [https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL\\_web.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf). Acesso em: 07 de julho de 2021.
- Endeavor, **Capital, experiência e relacionamento: com um investidor anjo, sua empresa está sempre bem acompanhada**. Disponível em: <https://endeavor.org.br/dinheiro/investidor-anjo/>. Acesso em: 10 de julho de 2021.
- EstratégiaAção MCTIC. **Mapa Estratégico**. Acesso em 24 de novembro de 2020. Disponível em: <https://estrategia2020-2030.mctic.gov.br/info/mapa>.
- Gaveta do Povo, **"Abertura de empresas no Brasil emperra nas prefeituras e leva mais de 100 dias"**, 24 de Abril de 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/empreender-pme/abertura-de-empresas-no-brasil-emperra-nas-prefeituras-e-leva-mais-de-100-dias-28aiwfb1nhqtt119snqms4gc3/>. Acesso em: 29 de setembro de 2020.

GITAHY, Y. **O que é uma startup?** Exame, São Paulo: (2016). Disponível em. Acesso em: 02 set. 2018.

Governo Federal. **RESOLUÇÃO Nº 55, DE 23 DE MARÇO DE 2020.** Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/drei/cgsim/arquivos/Resolu552020alteradapela62.pdf>. Acesso em: 09 de julho de 2021.

**LAVCA PUBLICA PESQUISA INAUGURAL DE STARTUPS LATINO-AMERICANAS** 24 de Abril de 2019. Disponível em: <https://lavca.org/press-release/lavca-publica-pesquisa-inaugural-de-startups-latino-americanas/>. Acesso em: 09 de julho de 2020.

Longo, W.P. **Tecnologia e Soberania Nacional**, PROMOCET e Editora Nobel, São Paulo, 1984, p.323.

Magazine Brasil. **Os cinco melhores países europeus para as startups.** Disponível em: <https://www.regus.com.br/work-brazil/pt-br/the-five-best-european-countries-for-startups/>. Acesso em: 09 de julho de 2021.

Migalhas. **INPI reduz tempo para concessão de patentes.** Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/336356/inpi-reduz-tempo-para-concessao-de-patentes>. Acesso em: 09 de julho de 2021.

*Ministerp dello sviluppo economico. Startup innovative.* Disponível em: <https://www.mise.gov.it/index.php/it/impresa/competitivita-e-nuove-imprese/start-up-innovative#:~:text=Ai%20sensi%20della%20normativa%20di,non%20pi%C3%B9%20di%205%20anni>. Acesso em: 09 de julho de 2021.

NAGAMATSU, F. A.; BARBOSA, J.; REBECCHI, A. **Business Model Generation e As Contribuições Na Abertura De Startups.** In: Anais do II SINGEP e I S2IS, 2013, São Paulo. Anais... São Paulo: 2013.

PASSARO, Juliano. **Entenda o que é uma fintech e saiba quais são as 3 maiores do Brasil.** Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/noticias/entenda-fintech-tres-maiores-brasil/>. Acesso em 09 de julho de 2021.

Planalto, **Lei nº 10.973 de 2004.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm). Acesso em: 09 de julho de 2021.

Planalto. **LEI N o 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 09 de julho de 2021.

Planalto. **LEI Nº 11.598, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2007.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-)

2010/2007/lei/111598.htm. Acesso em: 09 de julho de 2021.

Planalto. **LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996.**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm). Acesso em: 09 de julho de 2021.

Presidência da República, **LEI COMPLEMENTAR Nº 167, DE 1º DE JUNHO DE 2021.** Acesso em 05 de julho de 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp167.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp167.htm)

Presidência da República, **LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 24 DE ABRIL DE 2019.** Acesso em 05 de julho de 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp182.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp182.htm)

RIES, Eric. **A startup enxuta: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas.** Rio de Janeiro: LeYa, 2012, p.22.

SCHERKERKEWITZ, Iso Chaitz. **Direito e Internet.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p.16.

SCHWAB, Klaus Schwab - **A Quarta Revolução Industrial.** São Paulo: Edipro. 2016., p.18.

SZTAJN, Raquel. **Teoria Jurídica da Empresa: atividade empresária e mercados.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 5.

TEIXEIRA, Tarcisio, LOPES, Alan Moreira. **Startups e inovação: direito no empreendedorismo** 2a ed. Editora Manole, 2020.

TONETTO, Arthur Posser. **Lei complementar nº 167/2019: uma análise do recente instituto da empresa simples de crédito.** Curitiba: Brazilian Journal of Development, 2020. P.13.

## Capítulo 9

### **PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID 19): A CONSULTORIA CONTÁBIL COMO SUPORTE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DISTRIBUITIVAS EMERGENCIAIS**

Tayana Pereira Carvalho  
Graduanda em Ciências Contábeis  
Nivianne Lima dos Santos Araújo  
Mestra em Contabilidade

#### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo fazer um levantamento de dados mostrando como a contabilidade pode contribuir com a execução das políticas públicas distributivas emergenciais durante a crise causada pelo novo Coronavírus. Para isso, foi feita uma análise bibliográfica, entre os meses de março a julho de 2020, observou que as diretrizes das MP nº 936/2020 e MP nº 937/2020 tendo como base as medidas provisórias e decretos no site oficial do Ministério da Cidadania e Economia, provocam dúvidas e insegurança em grande parte da população beneficiada e concluiu que através de uma força-tarefa, de forma quiçá remota, a contabilidade enquanto ciência social aplicada pode contribuir com a efetiva execução das políticas públicas através da consultoria. Para pesquisas futuras é recomendado que se fizesse um levantamento de dados por um período de tempo maior, e também como a contabilidade agia antes da pandemia e qual sua posição no cenário atual.

**Palavras-chave:** Consultoria Contábil. Coronavírus. Políticas Públicas.

#### **1 Introdução**

No Brasil, os primeiros casos confirmados do novo Coronavírus (COVID 19) ocorreram no final de fevereiro e logo no início de março o Ministério da Saúde regulamentou critérios de isolamento social e quarentena. Posteriormente o Governo Federal determinou a paralisação dos serviços considerados não essenciais o que acarretou uma série de medidas econômicas para tentar reduzir o impacto do novo Coronavírus na economia visando amparar principalmente os mais vulneráveis e a manutenção do emprego e renda.

Neste processo de adaptação à nova realidade econômica, a contabilidade é uma importante ferramenta. Pois Segundo Ferreira (2004, p. 1), a contabilidade na visão teórica é definida como “a ciência que estuda o patrimônio do ponto de vista econômico e financeiro, bem como os princípios e as técnicas necessárias ao controle, à exposição e à análise dos elementos patrimoniais e de suas modificações.”. Essas modificações ocorrem constantemente e através da consultoria a contabilidade orienta, controla e planeja as entidades para que se adequem as novas legislações vigentes atualizadas e adaptadas para o contexto. Graças à capacidade de, efetivamente, contribuir para a economia e a sociedade brasileira, a contabilidade fez com que muitas empresas conseguissem manter-se durante a crise.

Foi perceptível que grande parte da população beneficiada com as medidas provisórias não compreendeu por completo seus direitos, seja por sua linguagem técnica e formal, pela velocidade que as informações chegaram ou por falhas no sistema. Não obstante, houve a automação necessária dos serviços assistenciais e um número crescente de *fake News* e golpes. O resultado foi aglomerações e filas nas agências da Caixa Econômica Federal por todo país e mais de 180 mil solicitações de auxílios emergenciais considerados inconclusivos até julho.

Em virtude disso, o objetivo principal é mostrar que a consultoria contábil pode ser uma importante ferramenta para a qualidade das políticas públicas emergenciais. Para que isso fosse possível, foi utilizada uma abordagem metodologia classificada como aplicada e exploratória, pois os resultados poderão ser utilizados na solução de um problema que ocorreu na realidade. Quanto à abordagem do problema, é considerada qualitativa à medida que não foi necessário a utilização de ferramentas estatísticas para o levantamento de dados.

Foi realizado um estudo bibliográfico e documental acerca da consultoria contábil e da contabilidade durante a pandemia. Em seguida foi feito um levantamento das medidas emergenciais adotadas pelo Estado dando destaque a MP nº 936/2020 (Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda) e MP nº 937 (Auxílio Emergencial de Proteção Social).

Este estudo se justifica pela tentativa de responder à indagação efetuada na questão norteadora de como o profissional contábil contribui na execução das políticas públicas distributivas emergenciais? Pela contribuição que traz à sociedade ao provocar uma reflexão à expectativa sobre o fenômeno.

O texto está estruturado em quatro seções: na primeira, esta introdução; a segunda traz-se um referencial teórico dos conceitos e definições sobre

consultoria contábil, o consultor e a contabilidade na pandemia; a terceira apresenta uma coleta de dados sobre as MPs dos Ministérios da Economia e Cidadania dando ênfase às MPs nº 936/2020 e nº 937/2020, dados da empresa de processamento de dados da previdência social – DATAPREV e informações encontradas na imprensa acerca das MPs em destaque, e a última, a conclusão.

## **2 Referencial Teórico**

### **2.1 Consultoria contábil**

Iudícibus (2010) afirma que a contabilidade como ciência social aplicada, integra um setor muito importante do conhecimento dispendo de recursos que lhe permite captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja este pessoa física ou jurídica de Direito Público ou privado.

Com essa premissa, Martins (2003) afirma que a consultoria contábil surgiu junto à contabilidade gerencial, com o advento das indústrias, e passou por adaptações até chegar ao estágio atual onde a Tecnologia de Informação possibilita soluções bastante satisfatórias, processando simultaneamente as três contabilidades (Financeira, de Custos e Gerencial) e conciliando suas diferenças para desenvolver duas funções relevantes: o auxílio ao Controle e a ajuda às tomadas de decisões.

SÁ (2008) vai além ao afirmar que a consultoria contábil não se limita a aplicação de doutrinas e práticas ligadas ao desempenho do patrimônio nas empresas e instituições, mas, abrange variada gama de cognições e requer cultura relativa a outros ramos do saber humano. O autor defende ainda que esta interdisciplinaridade é algo axiomático e tal fato não anula nenhuma outra ciência, mas, enriquece as aplicações do intelecto conquistado:

“Não há dúvida de que a ocupação contábil seja o centro da atividade, mas também, é inquestionável que são requeridos como complementares os conhecimentos de: Administração, Organização, Direito, Matemática Financeira, Estatística, Economia, Finanças, Informática, Fiscalidade, Mercadologia, Merceologia, Ética, Sociologia, Cibernética, Técnicas de produção e outros”. (Antônio Lopes de Sá, 2008, p. 12)

Assim é possível afirmar que a consultoria contábil engloba muito mais que informações quantitativas e qualitativas acerca do patrimônio e se faz útil

e necessária a quem precisar, deixando de ser apenas um trabalho tradicional de registros de documentações para fins legais e passando a ser importante ferramenta para solucionar problemas específicos sobre eventos passados e/ou como auxílio para decisões futuras.

### **2.1.2 O consultor contábil**

Consultores são emissores de opiniões e orientadores, quer em caráter eventual, quer de forma permanente ou de acompanhamento integral. Neste sentido, Sá (2008) afirma que a emissão de opinião científica sobre as situações informadas está no topo da carreira funcional e requer que o profissional esteja imbuído de sua responsabilidade de cooperação e atuação.

Para Mussolini (1994) os profissionais da contabilidade devem estar atentos para executar suas funções de forma ética e socialmente responsável. Do ponto de vista ético, o papel do Consultor Contábil é oferecer opiniões e orientações de forma concisa no sentido de que os referidos propósitos sejam alcançados, denunciando todos os desvios em relação a tal propósito.

Para isso, a escolha de uma filosofia contábil é imprescindível, pois os dados para efeito de consultoria além de confiáveis precisam ser realistas. Sá (2008) afirma que os dados encontrados na escrita oficial e legal precisam ser organizados, pois o excesso de preocupação com o financeiro e os interesses das políticas do poder público têm sido os responsáveis pela má qualidade normativa.

Por isso o Código de Ética Profissional do Contador – NBC PG 01 (2019), além de expressar deveres quanto à conduta do profissional, dispõe que na existência de conflito entre as normas profissionais, prevalecem as disposições desta norma, pois a profissão deve ser exercida “com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público, os interesses de seus clientes ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais”. (NBC PG 01, 2019).

Por tanto, o consultor contábil deve oferecer caminhos, através de modelos de comportamentos ou sugestões, de forma ética e compreensível baseados em seus conteúdos teóricos, técnicos e práticos para que o ente possa conseguir resultados positivos acerca de seu objetivo. “Por mais sofisticado que seja um meio de oferecer notícia sobre fatos, ele será sempre insuficiente se dele não resultar proveito” (SÁ, 2008).



## 2.2 A contabilidade na pandemia

Os profissionais da área contábil tiveram de se adaptar rapidamente a medidas adotadas pelo Estado para auxiliar as empresas a manterem suas atividades. Segundo Breda (2020) ainda em março, início da pandemia no Brasil, já eram contabilizadas 2.848 mudanças na legislação sendo 435 a âmbito federal.

Nesse sentido, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e os Conselhos Regionais de Contabilidade - CRCs que já possuíam projetos e programas que atendem às necessidades e aos anseios da classe contábil, entidades sindicais e estudantis e toda sociedade, criaram uma comissão de gerenciamento de crise. Responsável por vários apoios que a classe contábil recebeu, a comissão fez adaptações nos projetos e programas a nova realidade.

Quadro resumo dos programas e projetos do sistema CFC/CRCs:

Quadro 1 - Quadro resumo dos programas e projetos do CFC.

Departamento	Programas	Público Alvo
Desenvolvimento Pessoal	Excelência na Contabilidade	Contadores filiados
	Educação Profissional Continuada	Audidores Independentes
	Contabilizando o Sucesso	Profissionais da contabilidade em geral
Multimídia	Visitas Escolares	Estudantes em geral
	Difusão Cultural	Estudantes em geral
Técnica	CRE	Audidores Independentes
Eventos	O CFC em um Dia	Profissionais Contábeis
Ouvidoria	Responsabilidade Socioambiental	Profissionais Contábeis
Política Institucional	Mulher Contabilista	Profissional de Contabilidade do sexo feminino
	Jovens Lideranças Contábeis	Estudantes de Contabilidade
	IR – Imposto de Renda	Sociedade (Contribuintes)
	Programa de Voluntariado da Classe Contábil	Sociedade (políticas Públicas)

Fonte: autora 2020.

As adaptações foram desde seminários *on-lines*, *webnar*, *e-book* e *lives*

a *workshops* estabelecendo uma comunicação à distância com a finalidade de apresentar respostas rápidas às dificuldades dos profissionais contábeis acerca das novas legislações.

Segundo Junior (2020), o Conselho buscou também parcerias com empresas, sindicatos e entidades governamentais e realizaram importantes iniciativas para auxiliar profissionais e organizações contábeis a minimizarem os efeitos da pandemia causada pelo novo Coronavírus Covid-19. O Empregador *Web*, por exemplo, foi uma conquista da parceria entre o CFC empresas de software e da DATAPREV.

Todas essas iniciativas serviram “para que profissionais e organizações contábeis pudessem assessorar devidamente os empresários brasileiros em meio à repentina tormenta econômica e trabalhista que se instalou”. (BRETA, 2020). Como resultado desse esforço conjunto, o caráter essencial contabilidade foi oficialmente reconhecido por muitos estados, podendo operar durante o período de quarentena juntamente com os serviços de saúde, bancos, supermercados e outras empresas de alimentação.

### 3 Metodologia

Quanto à natureza e objetivos segundo Gil (2004), esta é uma pesquisa aplicada exploratória, à medida que objetiva gerar conhecimentos para aplicação na prática de um problema específico envolvendo verdades e interesses locais e busca o aprimoramento de uma ideia sendo, portanto, bastante flexível e possibilitando a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Assim, baseada na consultoria contábil e considerando os ruídos na recepção das informações, esta pesquisa busca apresentar à classe uma maneira de colaborar com os trabalhadores atingidos com a MP nº 936/2020 e com a população considerada vulnerável nas políticas públicas emergenciais adotadas pelo Estado Brasileiro em virtude da pandemia do novo Coronavírus.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos e da forma de abordagem do problema, segundo Martins e Theóphilo (2007), trata-se de uma pesquisa estudo de caso qualitativo, à medida que investiga de forma empírica fenômenos dentro do seu contexto real onde o pesquisador não tem controle sobre os eventos e variáveis, buscando compreender a totalidade de uma situação e criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto.

A pesquisa, portanto, fez um levantamento das informações legais acerca das medidas emergenciais adotadas pelo Estado no enfrentamento da

crise causada pelo novo Coronavírus e as correlacionou com as dúvidas da população beneficiada.

A metodologia por tanto foi constituída inicialmente por leitura e análise de livros, textos e artigos sobre consultoria contábil e o perfil do consultor. Posteriormente, foram buscadas no site oficial do CFC as iniciativas da classe contábil no contexto da pandemia na tentativa de minimizar os danos na economia e dar suporte a própria classe.

A coleta de dados foi formada por uma linha do tempo das normas, medidas provisórias e decretos no site oficial do Ministério da Cidadania e Economia, em sua ordem cronológica, entre os meses de março a julho de 2020. Foi necessário ainda, destacar as MPs nº 936/2020 e MP nº 937/2020 e apresentar dados da DATAPREV além de uma busca por reportagens nos principais sites de notícias acerca da postura dos cidadãos quanto às medidas provisórias supracitadas.

## **4 Resultados**

Com base nos pressupostos metodológicos utilizados para concretização do estudo, foram observadas as principais medidas provisórias durante a pandemia entre os meses de março a julho de 2020 com ênfase nas MPs nº 936/2020 e nº 937/2020. Logo, foram utilizadas: O Ministério da Economia, Ministério da Cidadania e dados da DATAPREV.

### **4.1 Ministério da Economia**

O Ministério da Economia deu grande apoio às empresas com foco na manutenção do emprego e renda logo em março e nesse sentido, o profissional contábil foi o responsável pela orientação das entidades quanto a essas políticas públicas emergenciais adotadas pelo Estado diante da crise econômica que se instalou, bem como no auxílio dos novos prazos para as obrigações acessórias e auxílio aos empregados e empregadores na celebração de acordos individuais e coletivos.

Quadro resumo das principais medidas do Ministério da Economia no enfrentamento da crise do novo Coronavírus:

Quadro 2 - Principais medidas do Ministério da Economia no enfrentamento da crise do novo Coronavírus.

16/03/2020	Portaria nº 373	Medidas protetivas no âmbito do INSS.
15/04/2020	Portaria 295	O INSS também suspendeu exigências para o segurado especial rural pelo prazo de 120 dias
27/04/2020	Portaria nº 552	Prorrogação automática por seis vezes na concessão dos benefícios de auxílio-doença
27/04/2020	Portaria nº 543	Autoriza a transferência do pagamento de benefícios para modalidade de conta corrente.
17/03/2020	Resolução Nº 17	Redução temporária da alíquota do Imposto de Importação
21/03/2020	Chamamento público nº 1/2020	Pessoa física ou jurídica para doação de materiais na prevenção e combate ao COVID – 19
22/03/2020	Medida provisória nº 927	Medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública
01/04/2020	Medida provisória nº 936	Programa emergencial de manutenção do emprego e da renda
06/07/2020	Lei nº 14.020	Conversão da MP nº 836
31/03/2020	Medida provisória nº 932	Altera as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos
04/04/2020	Medida provisória nº 945	Financiamento para pequenas e médias empresas para custear a folha de pagamento e garantir empregos.
06/04/2020	Portaria conjunta nº 9.381	Antecipação de um salário mínimo para os segurados do INSS que têm direito ao auxílio-doença
07/04/2020	Medida provisória 946	Extingue o fundo PIS-PASEP e transfere seus recursos para o FGTS
15/04/2020	Portaria 295	O INSS também suspendeu exigências para o segurado especial rural pelo prazo de 120 dias

Fonte: autora 2020.

#### 4.1.1 MP Nº 936/2020 - O Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm).

De início, o Ministério da economia publicou a MP nº 927/2020 que permitia a suspensão do contrato de trabalho por quatro meses e estabelecia que o empregador não precisasse pagar salário no período de suspensão contratual, mas poderia *conceder ao empregado ajuda compensatória mensal* com valor negociado entre as partes. Essa medida sofreu muitas críticas pelas brechas apresentadas e dias depois foi revogada.

Posteriormente, foi publicada pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia a MP nº 936/2020 que instituiu o programa Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda - BEm com a mesma proposta da MP anteriormente revogada, mas com muitas alterações. Convertida na Lei nº 14.020, de 06 de julho de 2020.

Os acordos são informados pelas empresas por meio do sistema [Empregador Web](#). Segundo o manual de Leiute do Arquivo B.E.M., a medida é aplicada quando houver acordos entre trabalhadores e empregadores nas situações de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e suspensão temporária do contrato de trabalho.

Quadro resumo:

Quadro 3 - Número de contratos segundo o Ministério do Trabalho entre os meses de abril a julho.

Períodos	Empregadores	Acordos					Total
		Intermitentes	Redução 25%	Redução 50%	Redução 70%	Suspensão	
01/04 a 02/05	1.259.562	181.175	950.511	1.228.903	920.858	3.860.486	7.141.933
03/05 a 06/06	714.011		664.291	716.825	862.215	1.412.868	3.656.199
07/06 a 04/07	566.696		333.116	489.214	1.166.794	414.511	2.403.635
05/07 a 25/07	526.302		223.624	363.892	466.853	1.073.418	2.127.787
Total	3.066.571		2.171.542	2.798.834	3.416.720	6.761.283	15.329.554

Fonte: autora 2020.

Como mostra o Quadro 3, até junho de 2020 mais de 3 milhões de empregadores aderiram ao programa BEm, totalizando 15.329.552 acordos individuais e coletivos, sendo destes, a maior parte de suspensão de contrato e a menor, redução proporcional a 25%. Neste sentido, ainda segundo o Ministério da Economia, a curva de admissões dos empregos formais de março a abril despencou 48,3%. Em seguida voltou a subir com 267.242 novas admissões formais até junho.

Assim, como a solicitação do auxílio BEm sendo feita de forma totalmente remota e por possuir uma série de exigência no que tange o sistema empregador *web*, a consultoria contábil foi importante aliada aos empregadores. Pois, as prestações das informações precisaram ser de cunho imediato para que o prazo de pagamento do benefício ao trabalhador não fosse impactado e a entidade não sofra penalidades e demandas trabalhistas futuras.

## 4. 2 Ministério da Cidadania

O Ministério da Cidadania por sua vez aderiu medidas de urgência para que a assistência aos vulneráveis não parassem. As primeiras medidas adotadas foram adaptações para evitar o deslocamento dos beneficiários e consequentemente as aglomerações. **Segue quadro resumo das principais medidas provisórias, leis e decretos do Ministério da Cidadania:**

Quadro 4 - Principais medidas do Ministério da Cidadania durante a pandemia do novo Coronavírus.

Datas	Medidas	Descrição
19/03/2020	Portaria nº 330	Cancelamento do bloqueio de pagamentos do BF e BPC*
30/04/2020	Portaria nº 368	Atualização cadastral via telefone ou por meio eletrônico.
20/03/2020	Portaria nº 335	Suspensão da Averiguação e da Revisão Cadastrado CadUnico
15/04/2020	Portaria nº 58	Orientações gerais para regulamentação, gestão e oferta de benefícios.
15/05/2020	Portaria nº 387	Suspende aplicações das ações de administração de benefícios do Bolsa Família em nível municipal.
16/07/2020	Decreto nº 10.398	Redefine a base do CadUnico
22/07/2020	Portaria nº 419	Flexibilização de procedimentos e atividades do SUAS*
30/06/2020	Portaria nº 427	Posterga prazo de bloqueio e suspensão de Inscrição no CadUnico
02/04/2020	Medida provisória nº 937	Credito de 98,2 bilhões para o auxílio emergencial. DECRETO Nº 10.316 regulamenta PORTARIA Nº 351 Procedimentos
14/05/2020	Portaria nº 386	Calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial
15/07/2020	Portaria nº 413	Calendários para depósito em conta digital e saques do auxílio emergencial
25/05/2020	Portaria nº 428	Calendário de pagamentos e saques do Auxílio Emergencial
30/07/2020	Decreto nº 10.412	Prorroga auxílio emergencial
02/04/2020	Lei nº 13.982	Parâmetros adicionais de caracterização de vulnerabilidade
	Recomendação conjunta nº 1	Cuidados a criança e adolescente no contexto da pandemia
27/07/2020	Medida provisória nº 957	500 milhões para segurança alimentar nutricional – PPA

Fonte: Autora 2020.

#### **4.2.1 MP Nº 937/2020 - Programa Auxílio Emergencial de Proteção Social**

Através da medida provisória nº 937/2020 foi criado o programa Auxílio Emergencial de Proteção Social a pessoas em situação de vulnerabilidade com o objetivo fornecer proteção a classe considerada vulnerável no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19. Com base no Decreto nº 10.316/2020 o benefício no valor de R\$ 600,00 foi pago por três meses, para até duas pessoas da mesma família e para as famílias em que a mulher é considerada chefe de família o valor foi de R\$1.200,00.

Em abril, o Governo lançou o aplicativo “CAIXA|Auxílio Emergencial” (disponível para sistema Android e iOS) para grupo que não possuíam cadastro no CadÚnico onde foi possível que o próprio cidadão realizasse seu cadastro no programa de forma remota. E através da Lei nº 13.982/2020 que altera a lei Nº 8.742, os parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC) foram ampliados.

A Caixa Econômica criou ainda a Poupança Social Digital Caixa acessada através do aplicativo CAIXA Tem inicialmente para a população que não possuíam conta bancária na Caixa Econômica Federal e posteriormente adaptada a todos os beneficiários do programa. O intuito era facilitar o acesso através da transferência bancária e posteriormente foi decidido que a Poupança Social Digital se adaptaria a todos os beneficiários e seriam lançados calendários para saques e transferências.

Segundo dados da DATAPREV, o número de cadastros para o Auxílio Emergencial do Governo Federal ultrapassou os 150 milhões desde início do programa em abril. A empresa afirma que atingiu 99,8% do processamento de todos os requerimentos até o início da segunda quinzena de julho como mostra o Quadro 6 a seguir.

Quadro 5 - Balanço DATAPREV de cadastros para auxílio emergencial atualizado em 19/07/2020.

Cadastros	Números computados	Porcentagem
Recebidos	150.763.188	100%
Processados	150.489.558	99,82%
Em processamento	273.630	0,18%

Fonte: Autora 2020.

Ainda segundo a Empresa, no mês de julho o número de pessoas beneficiadas chegou a 125.467.960 e 122.805 pedidos para serem reprocessados. Esse número correspondia a 0,22% de todas as solicitações recebidas da Caixa. Havia ainda 917.305 cadastros classificados como “inconclusivos” nos sistemas como mostra o Quadro 7 abaixo:

Quadro 6 - Balanço DATAPREV de cadastros do auxílio processados atualizado em 19/07/2020.

Cadastros	Pessoas beneficiadas	Pessoas não beneficiadas
Elegíveis	<b>66.131.279</b>	
Inelegíveis	<b>35.037.927</b>	<b>29.333.705</b>
Inconclusivos	<b>180.058</b>	<b>737.247</b>
Indicados	<b>24.118.696</b>	

Fonte: Autora 2020

Muitos podem ser os motivos que geraram os números de cadastros inelegíveis e inconclusivos apresentados no Quadro 6 já que o processamento de dados realizado pela DATAPREV são de informações disponíveis e existentes nos registros oficiais do Governo Federal, resguardado o sigilo fiscal e bancário, e informações autodeclaradas pelo cidadão no aplicativo e portal da Caixa. Por tanto,

Nessa premissa e considerando ainda que o auxílio emergencial abrange além dos desempregados, os trabalhadores informais, Microempreendedores Individuais – MEI e autônomos, o contador enquanto consultor pode ser importante ferramenta de apoio ao cidadão. Apresentando informações e orientações acerca da legislação e suas diretrizes na efetuação de cadastros podendo evitar assim o grande número de pessoas consideradas inelegíveis.



### 4.3 Na imprensa

No que tange a MP nº 936/2020, segundo a F. de São Paulo, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) divulgou uma nota oficial na qual manifesta preocupação com a negociação individual. Mas, apesar dessa forte oposição da ANAMATRA, em 16 de junho foi noticiada que foi sancionada pelo Senado a Lei nº 14.020/2020 que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Com isso as empresas continuam fazendo acordo direto com o empregado para diminuir a jornada e o salário, ou suspender o contrato de trabalho por tempo determinado.

Sobre o auxílio emergencial, para o Jornal Nacional, os problemas começaram uma semana após a MP nº 937/2020 ser sancionada. Em reportagem o Governo prometeu divulgar o calendário de pagamento no dia 06/04/2020 e para os informais que não estavam no cadastro único, o aplicativo e *site* ainda estavam em construção com data prevista de liberação para o dia seguinte (07/04/2020). O benefício seria pago 48 horas após o cadastramento. Assim, os beneficiários do Bolsa Família seguiriam as datas prefixadas para receber o auxílio e o grupo que se cadastrou pelo aplicativo ou *site* entre os dias 07 e 10 de abril, primeiros pagamentos ocorreriam a partir do dia 17/04/2020.

Contudo, o *site* da UOL, registou Filas, problemas com o aplicativo, falta de informação e até bate-boca no primeiro dia do saque do auxílio emergencial no estado de São Paulo. Nas agências da Caixa Econômica Federal, parte dos beneficiários afirmava não saber sobre o aplicativo Caixa Tem, sobre o procedimento para realizar o cadastro e nem sobre o cronograma do calendário de pagamento. O G1 também noticiou as aglomerações por todo país, principalmente na região Nordeste, nas agências da Caixa para saque do auxílio emergencial. Muitas pessoas chegaram a dormir na fila para garantir atendimento.

Em abril, as *fake News* tomaram grandes proporções até chegar ao ponto do governo e comunidade criarem campanhas em combate às essas *fake news*. O principal exemplo de fake News a ser citada é a afirmação de que a Caixa Econômica bloqueou o CPF de 187 mil pessoas por terem comprado aparelho celular com o dinheiro do auxílio

emergencial. O G1 desmentiu essa notícia bastante compartilhada no *WhatsApp* com a logomarca da Caixa Econômica Federal.

Não obstante a tanto caos na informação, houve ainda um número crescente de golpes tanto *online* quanto presencial. Segundo a Folha de São Paulo, no final de abril já existiam 250 aplicativos falsos e 125 páginas maliciosas envolvendo o tema Coronavírus. O compartilhamento para a aplicação dos golpes chegou à marca de 11 milhões.

Os problemas persistiram de várias formas e em julho ainda havia pessoas com situação cadastral em análise e auxílio emergencial negado por divergências de informações do núcleo familiar. Quando quase dois milhões de pessoas cadastradas no Bolsa família começavam a receber a quarta parcela do auxílio emergencial, milhares de pessoas ainda não sabiam se irão receber ou não.

## 5 Conclusão

A consultoria contábil se equipa de várias outras doutrinas para emitir uma opinião, dentre elas pode-se destacar a administração, o direito, economia, informática, ética e sociologia. Por isso é considerada uma importante ferramenta de defesa da sociedade principalmente se considerada a condição do ambiente político e econômico do momento.

Assim, em âmbito empresarial, os profissionais da área contábil tiveram de se adaptar até março deste ano a quase 3.000 atualizações na legislação para auxiliar as empresas a manterem suas atividades em meio à crise. Para auxiliar sua categoria, o sistema CFC/CRCs, fez uma série de adaptações em seus programas já existentes, montou parceria e estabeleceu uma comunicação a distância com os profissionais da área.

No que tange o programa BEm, o estudo mostrou que os contadores possuem bastante ferramenta para auxiliar as entidades e colaboradores. Contudo, a ANAMATRA apresentou forte oposição alegando *razões inconstitucionais* nas negociações individuais sem qualquer tipo de orientação partidária. Ainda assim, cerca de 12 milhões de acordos individuais e coletivos foram realizados até metade de julho e conseqüentemente a MP nº 936/2020 foi convertida em Lei.

No âmbito social, o estudo observou que muitos foram aos ruídos na recepção das informações acerca das medidas provisórias adotadas pelo Estado desde falhas nos sistemas a golpes, principalmente no que tange a MP nº 937/2020. Segundo os dados coletados da DATAPREV, esses ruídos impactaram no programa auxílio emergencial, 0,22% de pedidos indeferidos devido divergências de informações até o fim do mês de julho. Em números concretos, isso significa que 122.805 cidadãos vulneráveis ficaram desamparados pelo Estado em meio uma pandemia.

Por tanto, o artigo concluiu que a contabilidade, através da consultoria e baseada na responsabilidade social, pode ser de grande valia para o Estado e toda população, em especial para a considerada vulnerável. À medida que baseada em seus princípios, colabora com a correta aplicação das políticas públicas e evita fraudes e golpes.

Por fim, recomenda-se que a classe contábil forme uma força-tarefa por meio de seu sistema CFC/CRCs, profissionais e estudantes para prestar orientação em forma de consultoria à população principalmente as amparadas pelas MPs em destaque neste estudo. Proporcionando ao cidadão compreensão acerca de seus direitos, promovendo assim, a qualidade de vida e conseqüentemente o desenvolvimento humano.

Para pesquisas futuras é recomendado que se faça um levantamento de dados por um período de tempo maior, e também como a contabilidade agia antes da pandemia e qual sua posição no cenário atual.

## REFERÊNCIAS

**AUXILIO emergencial de R\$ 600 ao trabalhador informal ainda não foi liberado.** Globoplay, 06 de abr. 2020. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8461818/>>. Acesso em: 30 de jul. 2020.

**BRAS IL.** Caixa Econômica Federal. **Caixa tem.** Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/atendimento/aplicativos/caixatem/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 17 de jul. 2020.

BRASIL. **Medida provisória nº 937, de 2 de abril de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do ministério da cidadania, no valor de R\$ 98.200.000.000,00, para os fins que especifica.** Planalto. Brasil, 02. Abri. 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2020/mpv/mpv937.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/mpv/mpv937.htm)>. Acesso em: 17 de jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Decretos, portarias instruções e resoluções.** Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/covid-19/decretos-portarias-instrucoes-e-resolucoes>>. Acesso em: 01 de ago. 2020.

BRASIL. Ministério da economia. **Medidas econômicas voltadas para a redução dos impactos da Covid-19 (Coronavírus) — linha do tempo.** Disponível em: <[https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline?b\\_start:int=0](https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline?b_start:int=0)>. Acesso em: 13 de Jul. 2020.

BRASIL. Ministério da economia. **Benefício emergencial – BEm. Disponível em:** <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzczYmM1MzEtYjExYi00NzMyLWVhM2YtYTdmNDRjYzA4ZTdmIiwidCI6ImNmODdjOTA4LTRhNjUtNGRlZS05MmM3LTExZWE2MTVjNjMyZSIsImMiOiJlR9>>. Acesso em: 14 de jul. 2020.

BRASIL. Ministério da economia. **Manual de Leiaute do Arquivo B.E.M.** Disponível em: <[https://sd.maisemprego.mte.gov.br/sdweb/validador/Manual\\_Empregador\\_Web\\_BEM.pdf](https://sd.maisemprego.mte.gov.br/sdweb/validador/Manual_Empregador_Web_BEM.pdf)>. Acesso em: 13 de Jul. 2020.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Decreto-Lei nº 9.295, de 1946. Alterado pela Lei nº 12.249, de 2010. Aprova a NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador.** Publicada no Diário Oficial da União de 07 de fevereiro de 2019.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Projetos e programas.** Disponível em: <<https://cfc.org.br/projetos-programas/>>. Acesso em: 29 de Jun. 2020.

COUTINHO, Rogério; SANTOS, Ana Paula. **Pessoas se aglomeram em filas de agências da Caixa no primeiro dia de saque do auxílio emergencial no rj.** G1, 27 de abr. 2020. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/27/pessoas-dormem-na-fila-da-caixa-no-primeiro-dia-do-saque-do-auxilio-emergencial-no-rj.ghtml>>. Acesso em: 30 de jul. 2020.

**DATAPREV. Auxílio Emergencial: Dataprev atinge 99,8% do processamento dos pedidos.** Brasília, 2020. Disponível em: <<https://portal2.dataprev.gov.br/auxilio-emergencial-dataprev-atinge-998-do-processamento-dos-pedidos>>. Acesso em: 27 de jul. 2020.

**FERREIRA, Ricardo J. Contabilidade Básica: Finalmente você vai aprender contabilidade.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2004.

**GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 41 p.

**GIROTTI, Maristela. Em evento do IBRACON, presidente do CFC fala sobre o momento atual da profissão.** Comunicação CFC, Brasília, 24 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://cfc.org.br/noticias/em-evento-do-ibracon-presidente-do-cfc-fala-sobre-o-momento-atual-da-profissao/>>. Acesso em: 25 de jun. de 2020.

**IUDÍCIBUS, Sérgio de. et al. Contabilidade introdutória.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

**MARTINS, E. Contabilidade de custos.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

**MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para as ciências sociais aplicadas.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

**MILHARES ainda não sabem se vão ou não receber o auxílio emergencial.** G1, 20 de jul. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/20/milhares-ainda-nao-sabem-se-vaou-ou-nao-receber-auxilio-emergencial.ghtml>>. Acesso em: 30 de jul. 2020.

**MP 936 põe pessoas com medo para negociarem, diz associação de magistrados.** UOL. São Paulo, 02 de abr. 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/02/mp-coloca-pessoas-com-medo-para-negociarem-diz-associacao-de-magistrados.htm>>. Acesso em: 30 de jul. 2020.

**MUSSOLINI, Luiz F. A função social da Contabilidade.** In Revista

Brasileira de Contabilidade. CFC Novembro de 1994. Ano XXIII, nº 89.

PENNAFORT, Roberta. **É #FAKE que Caixa bloqueou segunda parcela do auxílio emergencial de quem se cadastrou para comprar eletrônicos.** G1, 24 de abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/04/24/e-fake-que-caixa-bloqueou-segunda-parcela-do-auxilio-emergencial-de-quem-se-cadastrou-para-comprar-eletronicos.ghtml>>. Acesso em: 31 de jul. 2020.

SÁ, Antônio Lopes de. **Consultoria e análise contábil.** 1ª reimpressão, 2008. Curitiba: Juruá, 2011.

TEIXEIRA, Lucas Borges. **Auxílio: Primeiro dia de saque tem fila na Caixa, desinformação e bate-boca.** Folha de S. Paulo, 27 de abr. 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/27/auxilio-primeiro-dia-de-saque-tem-fila-na-caixa-desinformacao-e-bate-boca.htm>>. Acesso em: 30 de jul. 2020.

# COLETÂNEA DE ARTIGOS CONTABILIDADE & ADMINISTRAÇÃO

Nivianne Lima dos Santos Araujo  
Ronaldo da Silva Araujo  
(Orgs.)